



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

PORTUGAL CAPITAL VENTURES
Growing.Global

RF
RF

Índice

Mensagem do Conselho de Administração.....	3
--	---

PARTE I - A Portugal Ventures

1. Perfil Corporativo.....	7
2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento.....	10
3. Estrutura Organizativa.....	16
4. Cumprimento das Orientações Legais.....	22

PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2016

1. Breve Análise Setorial.....	35
2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures.....	39
3. Fundos de Capital de Risco sob Administração da Portugal Ventures.....	42
4. Atividades de Negócio.....	50
5. Atividades Corporativas.....	59
6. Evolução Financeira / Análise às Contas.....	68
7. Proposta de Aplicação de Resultados.....	73
8. Factos Subsequentes.....	73
9. Perspetivas para 2016.....	74
10. Outra Informação Relevante.....	82
11. Agradecimentos.....	83

PARTE III - Demonstrações Financeiras.....	85
---	-----------

PARTE IV - Relatórios, Certificações e Pareceres.....	125
--	------------

ANEXO I - Grelha do Relatório do Governo Societário 2015





Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2015 foi de plena afirmação da estratégia e posicionamento da Portugal Ventures e da dinâmica colocada desde a sua criação, tendo-se verificado os primeiros resultados de impacto com base sustentável e duradoura: o ecossistema ganhou significativa notoriedade no exterior, com vários investidores internacionais a reconhecerem o talento e atratividade das startup portuguesas, ocorreu a primeira Serie A internacional de uma empresa investida em decurso da Call for Entrepreneurship (tendo participado na mesma 3 investidores internacionais, um global e dois asiáticos, e estando previstas outras rondas internacionais ao longo dos próximos meses) e promoveu-se uma operação de desinvestimento com significativa dimensão (outra operação similar igualmente em perspetiva para 2016) e, finalmente, a carteira de fundos sob gestão obteve um resultado agregado positivo.

Em todas as áreas de atuação, em 2015, a Portugal Ventures intensificou a sua intervenção: i) no investimento na criação de projetos empresariais com valorização económica do conhecimento e forte potencial de globalização, de acordo com práticas internacionais, ii) no acompanhamento de proximidade e rigoroso às participadas, fator crítico de valorização do investimento, iii) na criação de redes de contactos e iv) no desenvolvimento de relações internacionais com grandes empresas e investidores com vista a acelerar a geração de negócio e o levantamento de capital internacional.

Na Call for Entrepreneurship, desde o seu lançamento no final de 2012, foram submetidos 910 projetos, dos quais, em 31 de dezembro de 2015 tinham sido já contratados 57 novos projetos, o que representa aproximadamente uma média de 6% e um investimento global comprometido de cerca de 33 milhões de euros, sujeitos a tranches contingentes a milestones. No âmbito do *Programa +Inovação +Indústria*, foram analisados 65 projetos, tendo sido concretizados, em 2015, os primeiros 6 investimentos.

A forte geração de deal flow originada pelos programas “Call for Entrepreneurship” e “+Inovação +Indústria”, conduziu a um incremento apreciável do investimento e permitiu aumentar, também de forma significativa, o número de participações em venture capital. No final de 2015, a Sociedade geria uma carteira de 89 participações na área de venture capital, um incremento de cerca de 31% relativamente às 68 participadas em carteira no final de 2014. Na referida carteira de 89 participações, foram realizados durante 2015, investimentos em 67 empresas, das quais 27 respeitantes a novas participações em empresas (o que compara com um aumento de 20 novas empresas no ano transato) e as remanescentes 40 empresas receberam reforços de investimentos resultantes de tranches anteriormente comprometidas ou novos investimentos de follow-on contratualizados em 2015, que mobilizaram um total de cerca de 38,3 milhões de euros (face a 21,5 milhões de euros no ano anterior). Esta dinâmica de investimento tem tido reflexo nos indicadores de estudos internacionais, por ex: no estudo mais recente da EVCA no período entre 2011 e 2014, Portugal passou de uma posição de investimento abaixo da média europeia para acima da média europeia.

De salientar que este investimento envolveu também operadores privados nacionais de seed capital em linha com o posicionamento da Portugal Ventures de agregar o ecossistema nacional. Com efeito, dos 57 investimentos realizados desde o início da Call for Entrepreneurship, 37 (65%) são acompanhados por outros investidores, o que contribui também para a dinamização da atividade privada de venture capital nacional.



No âmbito da atividade internacional, durante 2015 assistiu-se a um aprofundamento das relações com investidores internacionais, visível na participação dos mesmos no âmbito de atividades como os 9 Follow on Investments realizados em 2015, o PV Day e o Investors Forum, tendo vindo a Portugal neste contexto alguns dos mais importantes investidores europeus e americanos em startups (como descrito neste relatório, mais de 50 investidores internacionais estiveram associados a estas iniciativas).

Acrescente-se ainda o reforço da presença internacional, em São Francisco, Boston, Berlin e, no recentemente aberto centro de Londres (no decurso do aprofundamento da parceria em construção durante 2015 com a Beacon Capital), onde se têm multiplicado o número de empresas e empreendedores portugueses presentes, fortalecendo os seus projetos e estabelecendo relações mais profundas com parceiros, clientes e investidores internacionais.

No final de 2015, o valor do património líquido dos Fundos de Capital de Risco sob gestão da Portugal Ventures ascendia a cerca de 240 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 19%, face ao montante registado em 31 de dezembro de 2014 (201,1 milhões de euros). O desempenho económico registou uma melhoria substancial face ao ano de 2014 – o Resultado Líquido agregado dos fundos passou de -4,4 milhões de euros em 2014 para 17,1 milhões de euros em 2015. Analisando o histórico de investimentos e desinvestimentos dos Fundos e considerando as valorizações atuais dos ativos, verifica-se uma melhoria generalizada nas taxas de rentabilidade total (TIR) dos Fundos, comparativamente aos valores registados em 2014, apesar de se manterem em valores negativos, com exceção dos FCR FAI Energias e Universitas.

Em sequência da política proativa de promoção de operações de desinvestimento em participadas com elevado estágio de maturidade, com o objetivo de reduzir a maturidade média da carteira e promover a geração de liquidez para reinvestimento, é de sublinhar que em 2015 e pela primeira vez, representando uma clara inversão na maturidade da carteira sob gestão da Portugal Ventures, 55% do total de 124 participações, ou seja, 68 empresas são de operações de investimento até 3 anos.

A atual carteira de empresas detida pelos Fundos de Capital de Risco representa um volume de negócios agregado de cerca de 2.182 milhões de euros com um volume de emprego de 22 mil trabalhadores, o que demonstra a importância desta atividade para o crescimento do PIB e para o emprego.

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2015 traduziu-se no valor positivo de 3.069 mil euros, correspondendo a um grau de realização de 464% do valor orçamentado (mais 2.407 mil euros), justificado pelo aumento de justo valor potencial dos ativos que integram a carteira de capital de risco da Sociedade (1.028 mil euros), pelo ganho extraordinário obtido com o encerramento dum processo judicial (932 mil euros) e pela não concretização de gastos estimados ao nível da rubrica de Fornecimento e Serviços Externos (505 mil euros), o que demonstra a rigorosa gestão da sociedade.

Para 2016, o maior desafio que a sociedade enfrenta será assegurar o reforço do capital dos fundos para fazer face às oportunidades de investimento em novas startups (com origem na Call for Entrepreneurship e no Programa +inovação +industria), aos investimentos de Follow-on e ao acompanhamento de Series A das empresas já participadas. Adicionalmente, e com a vinda do websummit para Lisboa é natural que exista um incremento considerável do fluxo inbound de startups de promotores estrangeiros, o que contribuirá também para o fortalecimento do ecossistema português.

A terminar, uma palavra de reconhecimento aos membros dos Órgãos Sociais que cessaram funções no início de 2015 e que estiveram na génese da criação da Portugal Ventures e na sua definição estratégica inicial, que com o seu empenho e dedicação muito contribuíram para se atingir os resultados agora expressos neste relatório.

Adicionalmente, um agradecimento aos restantes órgãos sociais da Portugal Ventures, em particular ao Conselho Geral e de Supervisão, pelo apoio e valiosa colaboração, bem como a todos os colaboradores da sociedade pela sua competência e dedicação à missão e objetivos da sociedade.

O Conselho de Administração



Luís Vieira
Deputy-CEO
Portugal Ventures



Marco Fernandes
CEO & Chairman
Portugal Ventures



Teresa Fernandes
Board Member
Portugal Ventures



PARTE I – A PORTUGAL VENTURES

1. Perfil Corporativo	
Missão e Valores.....	7
Orientações e Objetivos de Política Pública.....	7
Estrutura Acionista.....	7
Órgãos Sociais.....	8
2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento	
Objetivos da Política de Investimento.....	10
Evolução recente da Atividade.....	12
3. Estrutura Organizativa	
3.1 Assessoria ao Conselho de Administração	
<i>General Counsel</i>	16
Gestão de Controlo de Riscos.....	17
Fusões e Aquisições.....	17
3.2 Unidades de Negócio	
<i>Engineering & Manufacturing</i>	17
<i>Technology</i>	18
<i>Life Sciences & Med Tech</i>	19
<i>Travel & Leisure Tech</i>	19
3.3 Unidades Corporativas	
<i>Active Portfolio Development</i>	19
Operações e Sistemas de Informação.....	20
Administrativa, Financeira & Recursos Humanos.....	20
Comunicação e Parcerias.....	21
4. Cumprimento das Orientações Legais (nos termos do DL n.º 300/2007 de 23 de agosto).....	22

PARTE I - A Portugal Ventures

1. Perfil Corporativo

Missão e Valores

A Portugal Ventures tem como missão investir de modo proativo em empresas em todas as fases de desenvolvimento, apostando no seu crescimento, competitividade e capacidade de globalização. A Portugal Ventures foca a sua política de investimento nas empresas inovadoras e de base científica e tecnológica que se posicionam em mercados globais e dinâmicos, incluindo projetos com conteúdos inovadores dirigidos ao setor do turismo e também a todos os setores mais tradicionais da economia nacional.

A prossecução da sua missão assenta nos seguintes valores corporativos:

- *Accountability*
- Responsabilidade
- Excelência
- Independência
- Isenção
- Transparência
- Ambição
- Preseverança

Orientações e Objetivos de Política Pública

A Portugal Ventures foi criada em 15 de junho de 2012, por fusão das três sociedades de capital de risco com capitais maioritariamente públicos (InovCapital, AICEP Capital Global e Turismo Capital), refletindo uma nova visão e estratégia da intervenção pública em capital de risco de acordo com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2011.

A reforma da atividade pública de capital de risco então empreendida assenta nos seguintes princípios programáticos:

- Clarificação dos objetivos estratégicos e concentração de meios para o investimento público;
- Dinamização da atividade privada de *Venture Capital*, com participação nacional e internacional;
- Impulso ao desenvolvimento do empreendedorismo nacional e à valorização económica do conhecimento de base científica e tecnológica;
- Criação de uma nova realidade empresarial de elevado potencial exportador, globalmente competitiva e posicionada nas cadeias de valor internacionais;
- Criação de fatores de impacto económico com base sustentável e duradoura;
- Racionalização e significativa redução de custos operacionais.

Estrutura Acionista

O capital social da Sociedade é de € 40.412.650,00 (quarenta milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e cinquenta euros) representado por 8.082.530 (oito milhões, oitenta e duas mil, quinhentos e trinta) ações de valor nominal de 5 euros cada uma, distribuídas de acordo com a seguinte estrutura acionista:

Figura 1: Estrutura acionista da Portugal Capital Ventures S.A.

Acionista	Valor Nominal	%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	15.345.470 €	37,97
AICEP, E.P.E.	7.843.240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4.174.810 €	10,33
Turismo Portugal, I.P.	3.080.575 €	7,62
Banco Comercial Português, SA	2.534.930 €	6,27
Banco BPI, SA	2.503.205 €	6,19
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, SA	1.847.525 €	4,57
Novo Banco, SA	1.527.595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1.009.935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	504.965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12.625 €	0,03
Citibank International Limited, Sucursal em Portugal (*)	12.625 €	0,03
Banco Efisa, SA	5.050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5.050 €	0,01
Banco BIC, SA	5.050 €	0,01
Total	40.412.650 €	100,00

(*) A partir de 1 de janeiro de 2016, Citibank Europe Plc, Sucursal em Portugal.

Órgãos Sociais

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 26 de Junho de 2015, designou para o exercício de funções no mandato de 2015-2017 os seguintes Órgãos Sociais:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Dr. Alberto Amorim Pereira

Vice-Presidente: Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro

Secretária: Dra. Ana Sofia Ferreira da Costa

Conselho Geral e de Supervisão:

Presidente: **IAPMEI, I.P. – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.** representada pelo seu Presidente, Prof. Dr. Miguel Jorge de Campos Cruz

Vogal: **Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.**, representada por Dr. Artur José Moreira da Silva Pereira

Vogal: **Turismo de Portugal, I.P.** representado pelo seu Presidente, Dr. João Cotrim Figueiredo

Nota: O Dr. João Cotrim Figueiredo apresentou a sua renúncia em 19 de fevereiro de 2016

Vogal: **Direção Geral do Tesouro e Finanças** representada pela Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo

Vogal: **Banco Comercial Português, S.A.** representado por Dr. Pedro Manuel Macedo Vilas Boas

Vogal: **Novo Banco, S.A.** representado por Dr. Luis Miguel Cordeiro Guimarães de Carvalho

Vogal: **Banco BPI, S.A.** representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda

Vogal: **PME Investimentos–Sociedade de Investimentos, S.A.** representada por Eng.º Carlos António Monteiro de Castro

Vogal: **IFD, S.A.**, representada por Dr. Ricardo Luz

Conselho de Administração Executivo:

Presidente: Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes

Vice-Presidente: Eng.º Luís Miguel de Sousa Lopes Vieira

Vogal: Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes

Revisor Oficial de Contas

Efetivo: António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães

Suplente: Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão

Sociedade de Auditores

BDO & Associados, SROC, Lda.



2. Áreas de Investimento e Objetivos da Política de Investimento

Objetivos da Política de investimento

A Portugal Ventures tem como missão promover o empreendedorismo nacional e investir de modo proativo, seletivo, criterioso e de acordo com práticas internacionais, em todas as fases de desenvolvimento de empresas com forte potencial de globalização, inovadoras e com sólidos alicerces de conhecimento, sem qualquer limitação setorial ou tecnológica.

No contexto acima definido, a política de investimentos da Portugal Ventures é orientada por dois objetivos estratégicos fundamentais: (1) o da rentabilidade dos capitais investidos - garantindo a sustentabilidade do *funding* no médio e longo prazo - e (2) o da indução de atividade empreendedora - que permita criar um ecossistema mais resiliente para o futuro, tanto do lado da procura de capital, como do lado da oferta.

Para a persecução desta sua missão, a Portugal Ventures estabeleceu os seguintes grandes objetivos, dimensões e principais linhas de atuação:

Figura 2: Objetivos da política de investimentos da Portugal Capital Ventures S.A.

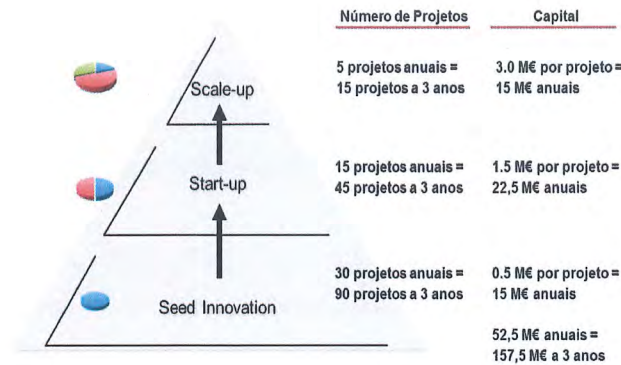
Objetivo	Dimensão	Principais ações
Rentabilidade/ Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilidade dos projetos • Rentabilidade dos fundos e dos participantes • Sustentabilidade da alimentação de liquidez no médio e longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> • Captação proativa de projetos • Aposta em projetos vencedores com base em critérios claros de qualidade e potencial de geração de valor • Acompanhamento proativo de participadas • Proatividade e contratualização do <i>exit</i>
Indutor/Catalisador	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento estrangeiro • Empreendedorismo tecnológico • Valorização recursos • Valorização de conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de rede • Agregação de melhores práticas • Fertilização cruzada • Liderança do ecossistema • Abertura ao exterior (levar projetos para fora e trazer <i>know-how</i> e capital) • Aumentar número de projetos para potenciar o aparecimento de projetos com qualidade

A intervenção pública de capital de risco protagonizada pela Portugal Ventures deverá criar as condições necessárias para a emergência de uma indústria global, inserida nas mais dinâmicas cadeias de valor internacionais, que fará da sua capacidade tecnológica e de inovação fatores críticos de competitividade e fonte de geração de riqueza nacional e criação de emprego altamente qualificado.

A política de investimentos da Portugal Ventures criará as condições necessárias para a adequada capitalização das startups durante o ciclo normal do seu desenvolvimento e promovendo, em particular, a participação de capital de risco privado nacional e internacional.

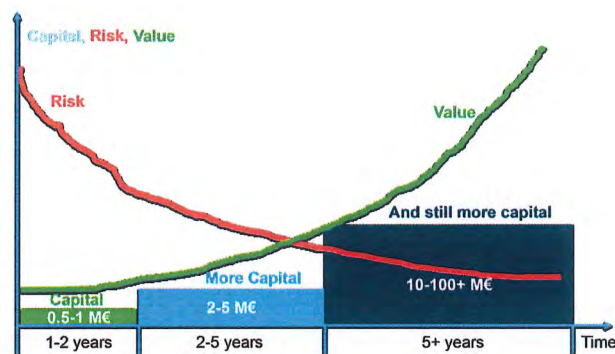
A pirâmide de investimento representada na figura abaixo corresponde ao modelo comumente aceite que espelha a atividade da indústria de capital de risco, bem como a expectativa de participação pública e privada, nacional e internacional, no investimento em startups em Portugal, desde a fase inicial (*seed investment*) até à fase final (*scale-up*) que antecede a oportunidade de desinvestimento por colocação nos mercados de capital ou, com muito maior incidência, através de operações internacionais de *trade sale*.

Figura 3: Pirâmide de investimento.



Esta pirâmide de investimento decorre dos perfis típicos de capital, risco e criação de valor normalmente associadas à criação de *startups* de base tecnológica e que se ilustram na figura infra.

Figura 4: Perfil de capital, risco e valor.



Desta realidade bem conhecida internacionalmente, decorrem algumas conclusões fundamentais que importa salientar:

- **A criação de empresas de base tecnológica competitivas no mercado global requer adequada capitalização.** Não se constroem empresas globalmente competitivas com políticas de “pulverização” de pequenos investimentos por muitas *startups*. Inevitavelmente, esta política de investimento apenas poderá conduzir à falência de *startups* incapazes de ultrapassar as necessidades de capitalização por força do *equity gap* existente no sistema financeiro tradicional.
- **O crescimento das empresas exige novas rondas de financiamento de VC internacionais.** Neste contexto deve-se, desde o início do *seed investment*, promover nas *startups* a criação das condições capazes de atrair investidores internacionais, designadamente em termos de equipa, *governance* e métricas, bem como cultivar laços entre *startups* e investidores que potenciem futuras oportunidades de investimento.
- **O sucesso da intervenção pública na indústria de capital de risco deverá ser medido pelas operações de *exit* realizadas segundo as melhores práticas internacionais.** O sucesso de qualquer política pública de intervenção e dinamização do ecossistema de empreendedorismo de base tecnológica não poderá nunca ser medido pelo número de *startups* criadas. Apenas as operações de desinvestimento, quer através da entrada de empresas nos mercados de capital, nacional ou internacionais, quer através de operações de *trade sale* realizadas segundo as melhores práticas internacionais e nos mercados mundiais, são os resultados que poderão medir o sucesso da intervenção pública.

É neste contexto que a atividade de *venture capital*, como gestão de uma classe de ativos com perfil de risco muito elevado e incompatível com os tradicionais instrumentos de financiamento empresarial do setor financeiro tradicional, proporciona o único instrumento de *funding* conhecido que corresponde às necessidades de capital para a emergência de *startups* globais que conduzirão ao posicionamento de Portugal como um centro tecnologicamente avançado, mundialmente competitivo e atrativo para investidores internacionais.

É neste quadro que a Portugal Ventures se tem posicionado como *seed investor* e co-investidor na fase subsequente, suprimindo as falhas de mercado justificativas da política de intervenção pública. Contudo, como é sabido, estas intervenções demoram o seu tempo a tornar visível, em toda a sua extensão, os impactos económicos e sociais em termos de crescimento do PIB, de modernização e eventual alteração do paradigma da economia nacional, com elevada incorporação de inovação e conhecimento e, finalmente, no que respeita à criação de mais e melhor emprego altamente qualificado capaz de atrair e reter o talento nacional e internacional. É um desígnio decisivo para o futuro do país e a que a Portugal Ventures tem vindo a corresponder com empenho e determinação e, cada vez mais, com reconhecimento nacional e internacional.

Evolução recente da Atividade

Reforço da atividade de investimento

O ano de 2015 foi marcado por um aprofundamento da dinâmica de investimento, quer em decurso da “Call for Entrepreneurship” quer do “+Inovação +Indústria”,

A forte dinamização de *deal flow* originada pelos programas “Call for Entrepreneurship” e “+Inovação +Indústria”, conduziu a um incremento apreciável do esforço de investimento e permitiu aumentar, também de forma significativa, o número de participações em *venture capital*. No final de 2015, a Sociedade geria uma carteira de 89 participações na área de *venture capital*, um incremento de cerca de 31% relativamente às 68 participadas em carteira no final de 2014. Na referida carteira de 89 participações, foram realizados durante 2015, investimentos em 67 empresas, das quais 27 respeitantes a novas participações em empresas (o que compara com um aumento de 20 novas empresas no ano transato) e as remanescentes 40 empresas receberam reforços de investimentos resultantes de tranches anteriormente comprometidas ou novos investimentos de *follow-on* contratualizados em 2015, que mobilizaram um total de cerca de 38,3 milhões de euros (face a 21,5 milhões de euros no ano anterior).

De salientar que este investimento envolveu também operadores privados nacionais de *seed capital* em linha com o posicionamento da Portugal Ventures de agregar o ecossistema nacional. Com efeito, dos 57 investimentos realizados desde o início da Call for Entrepreneurship, 37 (65%) são acompanhados por outros investidores, o que contribui também para a dinamização da atividade privada de *venture capital* nacional.

Maior profundidade de investimento nas participadas do *portfolio* e maior criação de rede com investidores internacionais

Com a maturação dos primeiros investimentos realizados, várias participadas apresentaram necessidades de extensão do financiamento, por ainda não terem atingido as métricas requeridas por investidores internacionais para series A. Neste contexto, em 2015, iniciou-se a prática de realização regular de comités de Follow-on Investments para os quais convidámos investidores e peritos internacionais, para nos apoiar com todo o rigor e seletividade na decisão de extensão desse financiamento (através de *convertible note*). Estes eventos, pelo

menos uma vez por trimestre, são também uma oportunidade privilegiada para os investidores conhecerem as demais empresas portuguesas. Durante 2015, foram realizados 9 *follow-on committees* envolvendo cerca de 50 investidores/peritos internacionais, tendo-se realizado mais de 150 reuniões *one-to-one*. De salientar que, em 2015, foi possível concretizar o primeiro investimento internacional de serie A numa empresa do portfolio da Call for Entrepreneurship, a Aptoide, envolvendo 4 milhões de Dólares, liderado por um investidor de topo mundial, a E.ventures, o que sinaliza e subscreve a estratégia de investimento da Portugal Ventures.

Continuação do Programa de Ignição

O Programa de Ignição, lançado em Junho de 2012, logo após a criação da Portugal Ventures, tem por objetivo desenvolver uma intervenção estruturante sobre o ecossistema empresarial português de base tecnológica, sobretudo através de um forte impulso ao empreendedorismo, aberto ao mundo, alicerçado em conhecimento tecnológico e científico avançado e referenciado internacionalmente, forte capacidade de inovação e capital humano altamente qualificado. A este forte impulso ao empreendedorismo de base tecnológica terá também que corresponder uma significativa dinamização da atividade privada de *venture capital* nacional e, sobretudo, a captação de operadores privados internacionais.

O Programa de Ignição está estruturado nos quatro pilares representados na figura infra e que seguidamente se descrevem.

Figura 5: Pilares do Programa de Ignição



- *Ignition Partners Network*: a Portugal Ventures conta com a cooperação de universidades, centros tecnológicos, incubadoras e aceleradoras nacionais - atualmente cerca de 48 parceiros em todo o território nacional, incluindo Açores e Madeira - no que pretende ser uma comunidade dinâmica de mentores, empresários, académicos e profissionais experientes. Esta é uma rede essencial e catalisadora para a apresentação de projetos passíveis de receber investimento, bem como para a organização de uma multiplicidade de eventos essenciais ao desenvolvimento e dinamização do ecossistema empreendedor em Portugal.
- *Call for Entrepreneurship*: é o canal de captação de *deal flow*, aberto trimestralmente, que permite identificar e selecionar novos projetos de *startups* tecnológicas inovadoras e globais. No processo de análise e suporte à decisão de investimento, a Portugal Ventures conta já com uma vasta rede de mais de 500 peritos, dos quais mais de 60% estão localizados no estrangeiro, em particular em alguns dos maiores e mais dinâmicos ecossistemas tecnológicos mundiais (por exemplo, Silicon Valley e Boston, ambos nos EUA).

- *Ignition Capital Network*: estabelecida em parceria com operadores privados de *seed capital* e também com alguns dos mais dinâmicos *business angels* a operar no ecossistema nacional, a criação desta rede de *seed capital* tem por objetivo catalisar a intervenção de investidores privados e alavancar o investimento público participado pela Portugal Ventures.
- *Acceleration & Innovation Hubs in the World*: seguindo também as melhores práticas de *venture capital* internacional, a Portugal Ventures reconhece a necessidade imperiosa de, mais do que capital, aportar elementos decisivos para o acompanhamento e desenvolvimento com sucesso das *startups* objeto do investimento, nomeadamente o acesso a ecossistemas mundiais reconhecidamente comprometidos com a criação de valor e riqueza associados ao desenvolvimento de *startups* tecnológicas globais. Com este objetivo, foi estabelecido no início de 2013 o primeiro centro internacional da Portugal Ventures, em Silicon Valley, EUA. O início de 2014 marcou a abertura do segundo destes centros, no Cambridge Innovation Center, em Boston, e numa parceria estabelecida com a Fundação para a Ciência e Tecnologia veio também permitir o acesso das participadas da Portugal Ventures ao centro de aceleração e desenvolvimento de negócios IC2, na Universidade do Texas, em Austin. Em 2015, foi aberto o centro de Berlim, permitindo o acesso a países da orla da Europa Central. Para 2016-2017, perspetiva-se a abertura de dois novos centros da Portugal Ventures, um em Londres, já em funcionamento desde março de 2016, e um na Ásia.

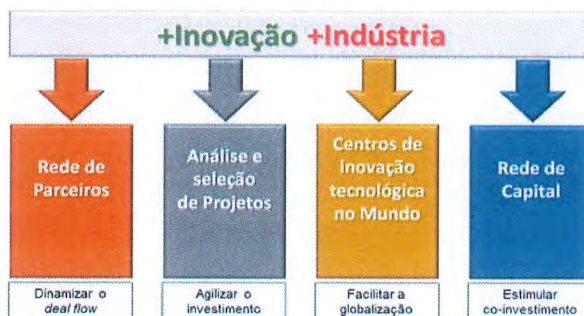
Consolidação do Programa +Inovação +Indústria

A experiência acumulada com o desenvolvimento do Programa de Ignição, e em particular da “Call for Entrepreneurship”, permitiu perceber que a captação de projetos de *startups* tecnológicas tinha origem, fundamentalmente, no sistema científico e tecnológico nacional e organizações promotoras de empreendedorismo a ele associadas. Fora desta dinâmica ficavam os setores tradicionais da economia nacional e, atualmente, determinantes para o esforço exportador de que o País necessita.

Para colmatar esta falha estrutural na captação de projetos inovadores e globais, a Portugal Ventures lançou em agosto de 2014 o Programa +Inovação +Indústria, com o objetivo de estimular o investimento de *venture capital* dirigido, agora também, à capacidade empreendedora existente nos setores mais tradicionais da economia nacional. Este programa tem como objetivos aumentar a incorporação tecnológica e capacidade de inovação empresarial nesses setores, possibilitar a sua rápida progressão nas cadeias de valor internacionais e incentivar a cooperação com o sistema científico e tecnológico nacional (SCTN), com vista a encontrar as respostas mais adequadas aos desafios da reindustrialização da economia nacional.

Desenhado à semelhança do bem sucedido Programa de Ignição, o Programa +Inovação +Indústria assenta também em quatro pilares, apresentados na figura infra e que seguidamente se descrevem.

Figura 6: Pilares do Programa +Inovação + Indústria



- *Rede de Parceiros*: a Portugal Ventures conta com a cooperação de relevantes universidades, centros tecnológicos e polos de competitividade, incubadoras e associações empresariais. Lançada em agosto de 2014 e contando atualmente com 24 participantes, esta rede pretende ser uma comunidade dinâmica orientada para agilizar e sistematizar os processos de *deal flow*, promovendo o acesso a investimento de *venture capital* de projetos inovadores dirigidos aos setores mais tradicionais da indústria portuguesa, bem como o acesso a infraestruturas adequadas para atividades de Investigação & Desenvolvimento (I&D), apoio administrativo, técnico e logístico, apoio à gestão e desenvolvimento de negócio e apoio à comercialização, sobretudo em mercados internacionais.
- *Análise e Seleção de Projetos*: processo ágil de chamada periódica para apresentação de candidaturas de projetos dirigidos aos setores tradicionais da economia nacional, com o objetivo de selecionar e investir em novas realidades empresariais inovadoras e globais. Para suporte ao processo de avaliação dos projetos apresentados, a Portugal Ventures conta com a colaboração de quase 150 peritos, dos mais diversos setores empresariais e entidades do SCTN.
- *Centros de Inovação Tecnológica*: aceleradores de empresas em alguns dos principais e mais dinâmicos centros internacionais de inovação, com vista a contribuir ativamente para a apoiar e exponenciar o crescimento global das *startups* portuguesas incluindo, naturalmente, novas empresas inseridas nos setores industriais tradicionais e objeto de investimento no âmbito do Programa +Inovação +Indústria, com especial relevo, o centro de Berlim.
- *Rede de Capital*: em parceria com o sistema financeiro nacional e investidores privados, esta rede de capital visa no futuro facilitar o acesso a investimento de *venture capital* e outras formas de financiamento compatíveis com as necessidades das *startups* emergentes.

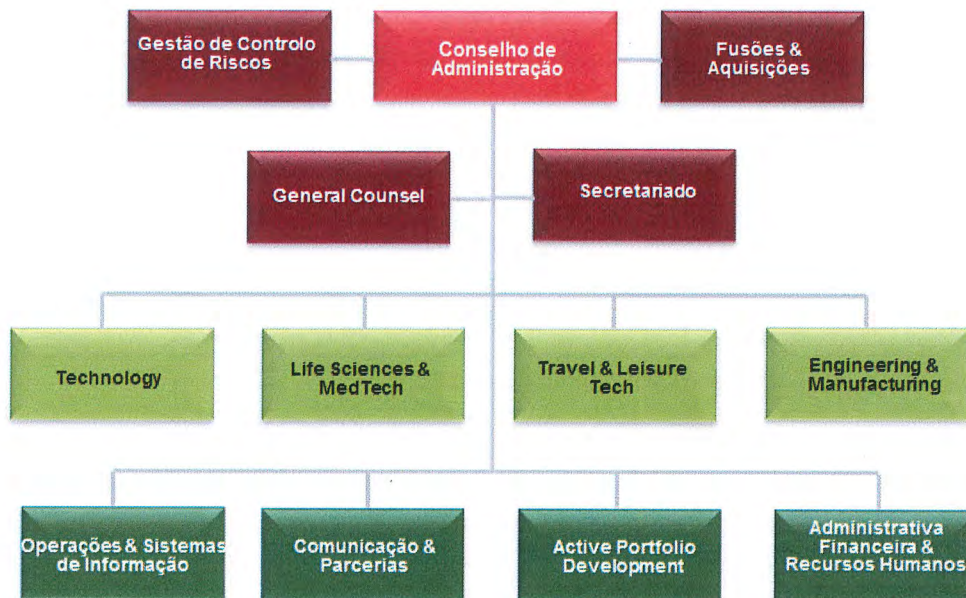
Handwritten signatures and initials in blue ink.

3. Estrutura Organizativa

Em 2015, em resultado do aumento considerável da atividade de Venture Capital e da necessidade de separar funcional e hierarquicamente as funções de gestão de riscos das unidades operacionais, em decurso também da Lei 18/2015, de 4 de março, que aprovou o regime jurídico do capital de risco, do empreendedorismo social e do investimento especializado, a Portugal Ventures decidiu criar a área de Gestão e Controlo de Riscos de Investimentos e de Gestão de Carteiras.

Assim, a estrutura organizacional da sociedade é apresentada na figura abaixo, sendo constituída por 35 colaboradores, 1 estagiário e 3 Administradores, localizados na sede da Sociedade, no Porto, e também nas instalações de Lisboa.

Figura 7: Organograma da Portugal Ventures



Para além das quatro unidades de negócio com especialização setorial nas áreas de *Technology*, *Life Sciences & MedTech*, *Travel & Leisure Tech* e *Engineering & Manufacturing*, a organização da Portugal Ventures integra ainda outras unidades de suporte a toda a atividade de investimento e desinvestimento, de valorização e capacitação das participadas, gestão de fundos e ativos, contratação e gestão de assuntos jurídicos e gestão administrativa, financeira e de recursos humanos, garantindo apoio permanente ao *core business* da sociedade e mantendo o seu regular e eficiente funcionamento.

3.1 Assessoria ao Conselho de Administração

General Counsel

A Área Jurídica assegura o tratamento de todos os assuntos jurídicos da Sociedade e dos fundos sob gestão, designadamente os referentes às operações de investimento e de desinvestimento e, em geral, à contratualização de todos os negócios celebrados pela Portugal Ventures.

Gestão de Controlo de Riscos

A área de Gestão de Controlo de Riscos assegura as funções de supervisão e auditoria organizacional e processual interna, nomeadamente: (i) verificação interna, autónoma e independente dos deveres de devida diligência nos investimentos efetuados, (ii) implementação de processos que permitam a identificação correta dos riscos associados a cada posição de investimento, (iii) criação de meios que permitam assegurar a adequação do perfil de risco à estrutura e dimensão da carteira de ativos nos termos e para os efeitos previstos no artigo 55.º do Regime Jurídico do Capital de Risco.

Fusões e Aquisições

Esta área de assessoria ao Conselho de Administração é responsável pela definição e operacionalização de estratégias de desinvestimento orientadas à otimização do valor investido.

3.2 Unidades de Negócio

Engineering & Manufacturing

No âmbito da atividade da Portugal Ventures como operador de Venture Capital, a área de *Engineering & Manufacturing* tem privilegiado a captação e investimento em startups de base tecnológica que permitam aos setores tradicionais subir na cadeia de valor, focando-se assim essencialmente:

- No investimento e acompanhamento de *start-up's*, abrangendo desde as fases *pré-seed* e *seed* até às fases de *early stage* e eventualmente *scale-up*, orientadas para atividades ou setores relacionados com vocação para o mercado global;
- No contributo para a dinamização do ecossistema nacional de empreendedorismo, nomeadamente Centros Tecnológicos, Universidades, Associações Empresariais e Empresas;
- No acompanhamento próximo, seja pela presença direta no *board* das empresas participadas seja pela promoção ou facilitação da ligação com o mercado potencial, monitorizando e favorecendo a criação de valor juntamente com as equipas de fundadores e outros acionistas.

Tem igualmente competido à unidade de negócio *Engineering & Manufacturing*, tendo presente o conhecimento adquirido ao nível dos sectores da indústria e sectores mais tradicionais da economia portuguesa e em articulação com a equipa de *Active Portfolio Development*, a dinamização e gestão ativa do Programa *+Inovação +Industria*, nomeadamente (i) a promoção da rede de parceiros de capital, (ii) o desenvolvimento da rede de parceiros da indústria, (iii) o desenvolvimento de rede de peritos e ainda (iv) a avaliação do *deal flow* gerado nas edições regulares do Programa.

Por último tem sido igualmente atribuição da unidade de E&M a responsabilidade pela gestão e acompanhamento do portfólio de *Private Equity* existente na carteira sob gestão da Portugal Ventures. A prioridade dessa gestão mantém-se centrada na valorização das participações ativas e na promoção de desinvestimentos, segundo os critérios previamente definidos, norteados para a maximização do grau de recuperabilidade e valorização do investimento.

Em 31 de dezembro de 2015 o portefólio de investimento da unidade *Engineering & Manufacturing* contava com 31 empresas, das quais 17 ainda do portfólio de *Private Equity* e das restantes, 6 já resultantes do Programa *+Inovação +Industria*.

Technology

A unidade de negócio *Technology* tem como vocação promover e dinamizar o investimento de capital de risco na criação e desenvolvimento inicial de empresas de base tecnológica com ambição global no ecossistema português de empreendedorismo qualificado, nas fases *Seed* e *Early Stage*.

Em particular, esta unidade de negócio tem em vista o investimento e a geração de negócios predominantemente no setor comumente designado de *ICTE & Web* (tecnologias de informação, comunicações, eletrónica, conceitos web e mobile), em alinhamento com os principais temas e desafios em mercados globais.

Os resultados obtidos em 2015 quanto ao número de projetos do *deal flow*, de Investimentos originais e de *Follow-On* e *Exits* refletem, ainda que em diferentes medidas, o impacto das principais linhas de atuação da unidade *Technology*:

- Participação ativa na geração de *deal flow* em sessões de debate e de divulgação de fontes de financiamento, concursos de ideias e de planos de negócio, “*Demo Days*” de programas de aceleração, entre outros eventos e reuniões;
- Avaliação das oportunidades de investimento mantendo sob gestão direta o processo de decisão do *deal flow* gerado no processo trimestral na *Call for Entrepreneurship*;
- Exploração de oportunidades de sindicância do investimento com investidores privados (“business angels”) e fundos de capital de risco nacionais e internacionais;
- Apoio na potenciação do desenvolvimento internacional das *startups* através dos Centros Internacionais da Portugal Ventures e do aprofundamento dos contactos internacionais, em especial tendo em vista o desenvolvimento de negócios, o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos modelos de negócio, a angariação de *independent board members*, mentores, especialistas, consultores e investidores e o recrutamento de *key-people* para as equipas;
- Acompanhamento próximo, com presença direta no *board* das empresas participadas, monitorizando e favorecendo a criação de valor com as equipas de fundadores;
- Fomento de *network* de peritos nacionais e internacionais e outros investidores de capital de risco, no sentido de apoiar com conhecimento global relevante os processos de decisão e alargar a base de oportunidades de novas rondas de investimento;
- Realização de comités de investimento *Follow-on* em Portugal com a presença de investidores e peritos europeus relevantes especialmente convidados para o efeito, apoiando no processo de decisão de reforço de investimento da Portugal Ventures e explorando potenciais oportunidades de sindicância e de *networking*;
- Acesso e incorporação de referências internacionais que norteiam a prática e as temáticas de investimento de *Technology*, promovendo e dinamizando conhecimento e participando em eventos globais relevantes.

Em 31 de dezembro de 2015 o portefólio de investimento da unidade *Technology* contava com 46 empresas, sendo que no início de 2016 se encontravam na fase de negociação a Term Sheet de um potencial investimento e um contrato de recapitalização liderado por um fundo internacional com um investimento global de 55 milhões de USD, permitindo um *exit* bem sucedido do fundo gerido pela Portugal Ventures na participada.

Life Sciences & MedTech

A unidade de negócio *Life Sciences & MedTech* (LS&M) foi criada no quarto trimestre de 2014, procurando responder à necessidade de maior especialização de recursos no seio da Portugal Ventures, tendo em conta as especificidades científicas e tecnológicas, de mercado e do ciclo de vida dos negócios em que investe.

Para dar resposta aos objetivos de atuação em termos de uma unidade de negócio científica e tecnologicamente especializada reforçou-se a equipa de LS&M através do recurso, em regime de prestação de serviços, a elementos dotados da formação científica adequada e que permitem a especialização interna e aquisição acelerada de conhecimento.

Em 31 de dezembro de 2015 o portfolio de Life Sciences & MedTech era constituído por 18 empresas.

Travel & Leisure Tech

No decorrer de 2015, a unidade de Travel & Leisure Tech (TLT) prosseguiu o reenfoque da atividade na área de Venture Capital, utilizando como fonte de originação de projetos a Call for Entrepreneurship.

Os critérios de seleção na fase de pre-screening assentam no potencial de escalabilidade e de internacionalização de projetos nos setores do turismo, viagens e lazer. É ainda dada relevância ao potencial da tecnologia desenvolvida, ou de conteúdos produzidos, e ao contributo para a afirmação do setor do turismo nacional como uma referência global.

Em 31 de dezembro de 2015, a unidade TLT contava no seu portefólio com 11 empresas participadas no âmbito dos investimentos Venture Capital realizados, acompanhando ainda 11 empresas participadas decorrentes de investimentos no sector hoteleiro e realizados num período anterior a 2012.

3.3 Unidades Corporativas

Active Portfolio Development

A equipa de *Active Portfolio Development* foi estabelecida em Outubro de 2014 com o principal objetivo de reforçar a dinâmica e as ligações ao ecossistema nacional e internacional onde a Portugal Ventures e as suas participadas atuam, bem como consolidar a implementação do Programa de Ignição, atuando nos seus 4 pilares estratégicos:

- *Call for Entrepreneurship;*
- *Ignition Partners Network;*
- *Ignition Capital Network;*
- *Acceleration & Innovation Hubs in the World.*

Acresce ainda que é objetivo da equipa de *Active Portfolio Development* contribuir para reforçar a capacitação da Portugal Ventures e das equipas que lideram as start-up no acesso a contactos nacionais e internacionais de relevo para a sustentabilidade e crescimento das start-ups ao nível de:

1. Desenvolvimento de relações internacionais com *corporations* e investidores com vista a apoiar e preparar um conjunto de empresas participadas para a angariação de geração de negócio e *funding* internacional;

2. Apoiar as equipas de investimento na angariação de *experts* nacionais e internacionais para suporte à atividade de *screening* de oportunidades de investimento e angariação de *International Board Member* ou *Advisory Board Members* para a carteira de participadas;
3. Promover a divulgação e presença conjunta com participadas em eventos de destaque no panorama internacional, por forma a reforçar a visibilidade e oportunidades de parcerias internacionais das start-ups e dinamização de negócio internacional;
4. Realização estruturada e reiterada de ações de capacitação dos CEOs e membros séniores das equipas executivas das participadas, beneficiando da rede de expertise internacional, numa iniciativa denominada “PV Academy” que pretende promover a partilha do saber, experiência, e fomentar a adpção de melhores práticas internacionais de start-ups investidas por *Venture Capital*.

Operações e Sistemas de Informação

A atividade da área de **Operações** centra-se nos seguintes objetivos gerais:

- Aperfeiçoamento da capacidade de prestação de informação, quantitativa e qualitativa, da atividade desenvolvida pelos fundos de capital de risco geridos pela Portugal Ventures, não só internamente, como também externamente, através do reporte aos Participantes e à CMVM, enquanto entidade reguladora;
- Reforço dos procedimentos de monitorização para recuperação de créditos vencidos decorrentes de vendas a prazo, em articulação com as áreas financeira e jurídica da Portugal Ventures;
- Acompanhamento ativo da carteira de capital de risco que se encontre em situação de inatividade, insolvência e/ou liquidação, também em articulação com as unidades de negócio e a área jurídica.

No que se refere à área de Sistemas de Informação é de realçar os seguintes objetivos:

- Gestão das relações internas com as diferentes unidades departamentais da Portugal Ventures de modo a responder às necessidades identificadas, bem como com os fornecedores externos que prestam serviço na área de sistemas de informação;
- Gestão do sistema de informação utilizado como intranet da Portugal Ventures – Navigator – e que suporta, numa plataforma integrada, todos os processos de negócio e de suporte da empresa e dos fundos por ela geridos;
- Garantir a fiabilidade da informação no que concerne aos sistemas informáticos;
- Definir e elaborar a parametrização do Sistema.

Administrativa, Financeira & Recursos Humanos

A área Administrativa, Financeira & Recursos Humanos é responsável pela definição de um conjunto de ações e procedimentos que asseguram a prossecução dos seguintes objetivos:

- Planeamento, análise e controlo das atividades financeiras da empresa, com o objetivo de garantir o rigor e a eficiência na gestão financeira e de tesouraria;
- Melhoria contínua do modelo de informação de suporte à gestão e da informação prestada a todos os stakeholders, por forma a estabelecer os indicadores de performance e reunir a informação pertinente para medir, monitorizar, avaliar e gerir a atividade da Portugal Ventures e dos Fundos por si geridos e permitir, sempre que necessário, a implementação de medidas que garantam a prossecução dos objetivos definidos;

- Garantir o cumprimento integral de todos os processos e procedimentos estabelecidos no Manual de RH, respeitando todas as obrigações legais em vigor e promovendo o desenvolvimento dos Recursos Humanos da empresa.

Em conjunto com as restantes áreas, assume-se como principal objetivo da área contribuir para a maximização dos resultados e do valor da empresa.

Comunicação e Parcerias

A área de Comunicação e Parcerias é responsável pela comunicação interna e externa/Institucional da Portugal Ventures, com o mercado e com a carteira de empresas participadas, promovendo também a relação com parceiros. A área de comunicação desenvolve iniciativas que contribuam para aumentar a notoriedade da Portugal Ventures, incrementando o "deal-flow" de projetos e dando visibilidade às participadas, para além de um forte empenho no desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e do setor de capital de risco nacional.



4. Cumprimento das Orientações Legais

Dos objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado.

Em termos do Plano de Atividades e Orçamento para 2015, no contexto da atividade desenvolvida pela Portugal Ventures, foi assumido como intervenção transversal a todas as Unidades de Negócio:

- Continuação da atuação pró-ativa na geração de deal flow quer através da “Call For Entrepreneurship”, quer através do Programa “+Inovação + Indústria”, visando a identificação, seleção e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos de qualidade, competitividade e ambição global.
- Reforço da rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o desenvolvimento das startups de base tecnológica, nomeadamente através da participação de membros internacionais em Conselhos de Administração e da constituição de Conselhos Consultivos internacionais;
- Reforço do Conselho Consultivo Internacional da Portugal Ventures, como elemento indutor das melhores práticas internacionais e facilitador de contactos internacionais;
- Acompanhamento de proximidade das empresas participadas, apoiando o seu rápido desenvolvimento e criação de valor;
- Reforço da rede de centros internacionais (*Acceleration & Innovation Hubs in the World*) através da sua extensão a Berlim, e possivelmente à Ásia, mantendo a atual presença nos Estados Unidos, em Boston, São Francisco e Austin, neste último caso em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia;
- Criação da Portugal Ventures *Academy* para a realização de um vasto programa de ações de formação e capacitação das equipas de gestão das startups, em particular dos seus CEOs, visando a transmissão de conhecimentos e experiências essenciais ao desenvolvimento, acelerado crescimento e globalização das empresas e possibilitando também um mais próximo conhecimento das melhores práticas internacionais;
- Estímulo ao co-investimento com entidades privadas, com base em modelos de partilha de mais-valias como incentivo à tomada de risco, sem lhes mitigar, no essencial, a captura dos potenciais upsides nas operações de desinvestimento;
- Desenvolvimento proativo de operações de desinvestimento em participadas com elevado estágio de maturidade, com o objetivo de reduzir a maturidade média da carteira e promover a geração de liquidez para reinvestimento;
- Continuação e aprofundamento do desenvolvimento do sistema integrado de informação (NAVIGATOR), devidamente enquadrado por um detalhado Manual de Procedimentos, como ferramenta indispensável de suporte a toda a atividade da sociedade, dos fundos sob gestão e respetivas participadas;
- Organização de eventos, devidamente estruturados e orientados, para a promoção das participadas geridas pela Portugal Ventures junto de investidores internacionais, com os objetivos de aumentar a visibilidade internacional da atividade de capital de risco nacional, para a emergência de startups globalmente competitivas e para eventual captação de capital para subseqüentes rondas de investimento;
- Desenvolvimento de um processo estruturado e qualificado de análise e tomada de decisão em novas rondas de levantamento de capital (*Follow-on Investments*), destinado exclusivamente a participadas da Portugal Ventures, com o recurso a comités de investimento compostos por especialistas internacionais com um conhecimento global das indústrias e domínios tecnológicos relevantes.

Conforme exposto neste Relatório e Contas, a Portugal Ventures desenvolveu todo um vasto conjunto de ações e procedimentos que lhe permitiram atingir os objetivos descritos no parágrafo anterior.

No quadro seguinte, apresentam-se os principais indicadores económicos e financeiros que a Portugal Ventures se propôs alcançar em 2015, bem como o respetivo grau de cumprimento.

Figura 8: Principais indicadores de desempenho económico-financeiro da Portugal Ventures [K EUR]

Principais Indicadores	Real 2015	Orçamento 2015	Variação 2015
	(a)	(b)	(c) = (a)-(b)
Vendas e Serviços Prestados	5.434	5.624	-190
Gastos com Pessoal	-2.173	-2.333	160
Fornecimentos e Serviços Externos	-1.685	-2.190	505
EBITDA	3.685	1.112	2.573
Resultado Líquido	3.069	662	2.407
Capitais Próprios	48.977	47.372	1.605
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)	6,3%	1%	4,9%

Da gestão do risco financeiro e do cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2015, na Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2015.

A Portugal Ventures não tem qualquer financiamento alheio ou endividamento.

Da evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (arrears), conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A Portugal Ventures apresenta, no 4º trimestre de 2015, um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 26 dias (24 dias no 4º trimestre de 2014). Como procedimento para pagamento a fornecedores, a Portugal Ventures tem definido efetuar os pagamentos uma vez por mês, concentrando o pagamento de todas as faturas com vencimento até ao final do mês em referência desde que devidamente validadas. Consequentemente, os prazos de pagamento pré-estabelecidos são habitualmente cumpridos, sendo que, desvios pontuais resultantes da aplicação do procedimento referido anteriormente são automaticamente regularizados no pagamento seguinte.

Das diligências tomadas e dos resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2014.

Na Assembleia Geral da Sociedade, ocorrida em 27 de abril de 2015, aquando da aprovação das contas de 2014, o acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças emitiu as seguintes recomendações:

- “dar cumprimento ao disposto no artigo 61º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), e em concreto no que respeita ao plano de redução de gastos operacionais e às despesas com deslocações e alojamento”;
- “dar cumprimento ao disposto no nº 1 do artigo 28º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, sem prejuízo da possibilidade prevista no nº 3 do referido artigo”;
- “disponibilizar toda a informação solicitada para o sitio do SEE”.

Na sequência, o Conselho de Administração tomou as diligências a seguir enunciadas:

- Dar continuidade ao procedimento de toda a despesa ter prévio cabimento orçamental, bem como prosseguir, com periodicidade mensal, o controlo orçamental das contas da Sociedade e, em particular, de cada uma das rubricas que integram o plano de redução de gastos operacionais, incluindo as despesas de deslocação e alojamento, o que no final do exercício de 2015 se traduziu na apresentação de valores inferiores ao nível das referidas rubricas de gastos face ao período homólogo anterior e ao orçamentado para o ano de 2015;
- Reiterar a informação transmitida ao acionista em referência, através de carta datada de 11 de agosto de 2014, com o entendimento de não sujeição da Portugal Ventures ao Princípio da Unidade de Tesouraria, tendo dado, por diversas vezes, conhecimento à Direcção Geral do Tesouro e Finanças dos motivos que sustentam fundamentadamente tal entendimento. Pelos motivos indicados, o Conselho de Administração da Portugal Ventures considera terem sido efetuadas as diligências necessárias ao cumprimento da recomendação do acionista emitida aquando da aprovação das contas de 2013;
- Disponibilizar a informação solicitada para o sítio do SEE.

Das remunerações

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Ventures de 27 de julho de 2012 foi deliberada a não remuneração dos membros designados para a Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Geral e de Supervisão, tendo a fixação da remuneração dos membros que integram o Conselho de Administração ficado pendente da publicação da classificação da Sociedade nos termos definidos no nº 16, da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro. De igual forma, não foi fixada a remuneração do Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Nestes termos e até ao dia 26 de junho de 2015, a Portugal Ventures continuou a processar as remunerações aos seus administradores e ao Revisor Oficial de Contas com base nas remunerações fixadas anteriormente.

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Venture de 26 de junho de 2015, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2015-2017 e fixadas as correspondentes remunerações em função da Portugal Ventures ser uma empresa pública classificada como Grupo C, conforme resulta da aplicação dos indicadores constantes da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012.

No Apêndice 1 é apresentado o detalhe das remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais no exercício de 2015.

Dos Órgãos Sociais

As remunerações dos membros dos Órgãos Sociais são apresentadas no Apêndice 1.

Mesa da Assembleia Geral

Por deliberação das Assembleias Gerais de Acionistas realizadas em 27 de julho de 2012 e em 26 de junho de 2015, os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Conselho de Administração

Nos termos do disposto no artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, procedeu-se à redução de 10% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração e à reversão da redução definida no artigo 4º da referida Lei nº 75/2014.

Nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, manteve-se, em 2015, a redução de 5% das remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração.

Nos termos do disposto no artigo 41º da Lei nº 82-B/2014, e à semelhança de anos anteriores, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão no exercício de 2015 aos membros do Conselho de Administração, nem tal atribuição está prevista ocorrer durante 2016.

Revisor Oficial de Contas

Nos termos do disposto no artigo 2º da Lei nº 75/2014, procedeu-se à redução de 10% da remuneração mensal ilíquida do Revisor Oficial de Contas com a reversão da redução definida no artigo 4º da referida Lei nº 75/2014.

Do Auditor Externo

Em conformidade com o disposto no artigo 75º da Lei nº 82-B/2014, procedeu-se à redução de 10% do valor da prestação de serviços do Auditor Externo e à reversão da redução definida na Lei nº 75/2014.

Dos Restantes Trabalhadores

Continuou a ser aplicada em 2015 a redução das remunerações dos trabalhadores, em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, com a reversão da redução definida no artigo 4º da referida Lei nº 75/2014.

Da suspensão do pagamento de complemento de pensões pelas empresas que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos três últimos exercícios (2014, 2013 e 2012), nos termos do nº 3 do artigo 78º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro.

A Portugal Ventures não procede ao pagamento de complementos de pensões aos seus colaboradores.

Da aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro.

Os membros do Conselho de Administração da Portugal Ventures não possuem cartão de crédito nem outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, nem apresentam despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Da aplicação do disposto no nº 2 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, que proíbe a realização de despesas não documentadas.

A Portugal Ventures tem definido o procedimento de que não são aceites despesas não documentadas.



Da elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº18/2014, de 7 de março.

A Portugal Ventures procedeu à elaboração do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens relativo ao ano de 2015, relatório que será objeto de divulgação em 2016.

Da contratação pública

Nos termos e para os efeitos do Despacho nº 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitido pelo ofício circular nº 6312, de 6 de agosto de 2010, da DGTF, informa-se que, de acordo com entendimento jurídico prestado, não se aplica à Sociedade o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, sendo que, em qualquer caso, não existiram em 2015 contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 5 milhões de euros (excluindo IVA).

Da elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

A Portugal Ventures está a ultimar a revisão do plano de prevenção da corrupção, que divulgará em 2016.

Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

A Sociedade não aderiu ao Sistema Nacional de Compras Públicas, sem prejuízo do acompanhamento dos eventuais benefícios que essa adesão possa propiciar, podendo a todo o tempo vir a solicitar essa adesão.

Medidas tomadas no âmbito da Frota Automóvel relativamente às orientações previstas nº4 do artigo 61º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho (comunicado através de Ofício Circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através de Ofício Circular nº 7408, de 2 de dezembro).

A Portugal Ventures adotou uma política de contenção de custos, que se traduziu, neste particular, na não aquisição de viaturas desde janeiro de 2010. Por outro lado, tem sido efetuada a análise e acompanhamento das necessidades da empresa e, sempre que não se justifica a manutenção de alguma viatura, a Sociedade tem procedido à respetiva alienação. Neste âmbito e no decurso do exercício de 2015, a Portugal Ventures procedeu à redução da sua frota automóvel, de 22 para 19 viaturas.

Do impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no nº 1 do artigo 61º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, justificando o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios é aferida face ao exercício anterior.

A Portugal Ventures tem vindo a adotar uma política de redução de custos, que se traduziu numa análise e acompanhamento de todas as necessidades da empresa. Sempre que se justifica, a Sociedade tem procedido à consulta ao mercado e à renegociação dos contratos com objetivo de diminuir os respetivos gastos anuais.

Nos quadros seguintes é apresentada a evolução do plano de redução de custos e do número de colaboradores da Portugal Ventures.

Figura 9: Evolução dos principais indicadores da Portugal Ventures

Unidade: mil euros

Plano de Redução de Custos	Meta	2015	2014	2013	2012	2011 (a)	2010 (a)	2015/2014		2015/2010	
								Δ Absoluta	Var. %	Δ Absoluta	Var. %
(1) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas		N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
(2) Fornecimentos e Serviços Externos		1.685	1.800	1.321	1.389	1.385	1.764	-114	-6,4%	-78	-4,4%
(3) Gastos com Pessoal		2.173	2.121	2.316	2.469	3.091	3.599	52	0	-1.426	-39,6%
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)		3.858	3.920	3.636	3.858	4.476	5.363	-62	-1,6%	-1.504	-28,1%
(5) Volume de Negócios (VN)		5.434	5.610	6.411	7.254	8.192	7.499	176	-2,7%	-2.066	-27,5%
(6) Peso dos Gastos no Volume de Negócios (%) = (4)/(5)		71,0%	69,9%	56,7%	53,2%	54,6%	71,5%				
Lei OE 2015 - Art. 61 nº 3											
Comunicações (FSE)	em linha com 2014	33	40	45	51	84	90	-7	-17,0%	-56	-62,9%
Deslocações /Estadas (FSE)	em linha com 2014	100	149	106	91	105	128	-49	-33,0%	-28	-21,9%
Ajudas de Custo (Gastos com Pessoal)	em linha com 2014	0	0	0	0	0	1	0	0,0%	-1	-100,0%
Número Recursos Humanos (sem Órgãos Sociais)		35	35	35	41	51	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Nº Efetivos (sem Órgãos Sociais)		33	35	35	41	51	n.a.	-2	-5,7%	n.a.	n.a.
Nº Cargos de Direção (sem Órgãos Sociais)		9	9	8	8	7	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Nº Trabalhadores /Cargos Direção		388,9%	388,9%	437,5%	512,5%	728,6%					
Viaturas											
Nº de viaturas	menor que 2014	19	22	22	n.a.	n.a.	n.a.	-3	-13,6%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	menor que 2014	67	79	87	n.a.	n.a.	n.a.	-12	-15,6%	n.a.	n.a.

(a) Nos anos de 2010 a 2011, os valores apresentados correspondem ao somatório do respetivo montante de cada uma das três Sociedades de Capital de Risco (InovCapital, AICEP - SCR e Turismo Capital - SCR) que foram objeto de fusão em junho de 2012 e originaram a Portugal Capital Ventures.

Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28º do Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro, e no artigo 125º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, em caso de ter sido autorizada a exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como a data da entrega em receita do Estado do montante de juros auferidos em incumprimento da UTE.

Considerando que a Portugal Ventures tem na sua estrutura acionista entidades privadas, foi apresentada junto das entidades competentes a fundamentação, acompanhada de um parecer jurídico, para a não sujeição ao referido princípio da Unidade de Tesouraria.

Do dever de divulgar as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado.

No decurso do exercício de 2015 não ocorreu nenhuma auditoria à Portugal Ventures conduzida pelo Tribunal de Contas.

Divulgação de informação

A Portugal Ventures divulga e atualiza no portal das empresas do Setor Empresarial do Estado (www.dgtf.pt), com ligação direta no portal da empresa (www.portugalventures.pt) a informação a seguir indicada:



Figura 10: Avaliação do cumprimento das diretivas de prestação de informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data Atualização	
Estatutos	X				
Caracterização da Empresa	X				
Função de tutela e acionista	X				
Modelo Governo / Identidade Órgãos Sociais:					
Identificação dos Órgãos Sociais	X				
Estatuto remuneratório fixado	X				
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X				
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X				
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X				
Esforço Financeiro Público	X				
Ficha Síntese	X				
Informação Financeira histórica e actual	X				
Princípios de Bom Governo	X				
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	X				
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X				
- Outras transações	X				
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	X				
Social	X				
Ambiental	X				
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X				
- Código de Ética	X				

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

Nota: O webiste da Portugal Ventures, que foi objeto de atualização a 1 de março de 2015 contém toda a informação supra.

Para efeito de divulgação do cumprimento das orientações legais em questão, apresenta-se o seguinte quadro.

Figura 11: Avaliação do cumprimento das orientações legais em vigor para as empresas do setor público

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão - definidos no Plano de Atividade e Orçamento de 2015:					Parte I, nº4 do R&C 2015
Objetivo 1 - core business da atividade	X			Objetivos qualitativos foram atingidos.	
Objetivo 2 - principais indicadores a alcançar em 2015	X			Parte I, nº 4 do R&C 2015	
Objetivo 3					
Gestão do Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X			Variação, em 2015, do PMP a fornecedores (aumento de 2 dias).	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Não existem atrasos.	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					Parte I, nº4 do R&C 2015
Recomendação 1	X				
Recomendação 2			X	n.a.	
Recomendação 3	X				
Remunerações:					Parte I, nº4 do R&C 2015
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei nº 82-B/2014	X				
Órgãos sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			Total da Redução e Reversão remuneratória em 2015 = 35.817 €	
Auditor Externo - redução e reversões remuneratórias nos termos do artº 75º da Lei nº 82-B/2014	X			Total da Redução e Reversão remuneratória em 2015 = 467 €	
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2015	X			Total da Redução e Reversão remuneratória em 2015 = 91.722 €	
Restantes trabalhadores - proibição de valorização remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei nº 82-B/2014	X			Total de Valorização remuneratória em 2015 = 0 €	
EGP - artigo 32º					Parte I, nº4 do R&C 2015
Não utilização de cartões de crédito			X		
Não reembolso de despesas de representação pessoal			X		
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do DL nº 133/2013					Parte I, nº4 do R&C 2015
Proibição de realização de despesas não documentadas			X		
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					Parte I, nº4 do R&C 2015
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			A Sociedade procedeu à elaboração do relatório, que divulgará em 2016.	
Contratação Pública					Parte I, nº4 do R&C 2015
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa			X	Não aplicável.	
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	Não aplicável.	
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Prevenção da Corrupção - nº 1 do artigo 46º do DL nº 133/2013					Parte I, nº4 do R&C 2015
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			A Portugal Ventures está a ultimar a revisão do plano de prevenção da corrupção, que divulgará em 2016.	
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Parte I, nº4 do R&C 2015
Recomendação 1					
Recomendação 2					
Parque Automóvel					Parte I, nº4 do R&C 2015
Nº de Viaturas	X			Redução de 3 viaturas em 2015 e de 2 viaturas em 2013. Em 2014, não ocorreu variação no nº de veículos utilizados pela Sociedade.	
Gastos com Viaturas	X			Em 31.dez.2015, a frota automóvel da Sociedade era constituída por 19 veículos, 1 dos quais se encontram em contrato de comodato.	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo nº 61º da Lei nº 82-B/2014)	X			Total dos Gastos com viaturas em 2015 = 66.640€.	
Redução de Trabalhadores (artigo 60º da Lei nº 82-B/2014)	X				Parte I, nº4 do R&C 2015
Nº de trabalhadores	X			Diminuição de 6 trabalhadores em 2013, que representa 15% face a 2012. Em 2015 e 2014, não ocorreu nenhuma alteração no nº de trabalhadores.	
Volume de negócios / Nº de trabalhadores				Diminuição de 176.095 euros do volume de negócios de 2015 face a 2014, representando 3,1%.	
Nº de cargos dirigentes	X			No ano de 2015, não ocorreu nenhuma alteração no nº de cargos dirigentes.	
Princípio da Unidade do Tesouraria (artigo 125º da Lei nº 82-B/2014/artigo 28º do DL 133/2013)			X		Parte I, nº4 do R&C 2015
Disponibilidades e aplicações centralizadas no ICGP			X		
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			X		

Apêndice 1

Os quadros seguintes apresentam as remunerações auferidas e os demais benefícios e regalias concedidas pela empresa aos membros dos Órgãos Sociais da Portugal Ventures ao longo do exercício de 2015.

Mesa da Assembleia Geral

Mandato		Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2015			
Início	Fim*				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
2012	2014 (a)	Presidente	Dr. Alberto Amorim Pereira	Não remunerado conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 27.jul.2012.				
2012	2014 (a)	Vice-Presidente	Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro					
2012	2014 (a)	Secretária	Dra. Ana Sofia Ferreira da Costa					
2015	2017 (b)	Presidente	Dr. Alberto Amorim Pereira	Não remunerado conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas de 26.jun.2015.				
2015	2017 (b)	Vice-Presidente	Dra. Maria de Lurdes Correia de Castro					
2015	2017 (b)	Secretária	Dra. Ana Sofia Ferreira da Costa					

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde o dia 26 de junho de 2015.

Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Opção pela Remuneração do Lugar de Origem (OPRLO)	
			Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora (Origem/Destino)
2012-2014 (a)	Presidente	Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca	Assembleia Geral	06.fev.2012	Não aplicável	Não aplicável
2012-2014 (c)	Vice-Presidente	Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	Assembleia Geral	06.fev.2012	Não aplicável	Não aplicável
2012-2014 (a)	Vogal	Eng.ª Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes	Assembleia Geral	15.jun.2012	Não aplicável	Não aplicável
2015-2017 (d)	Presidente	Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	Assembleia Geral	26.jun.2015	Não aplicável PT Centro	Não aplicável
2015-2017 (d)	Vice-Presidente	Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	Assembleia Geral	26.jun.2015	Corporativo, SA	Portugal Ventures
2015-2017 (b)	Vogal	Eng.ª Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes	Assembleia Geral	26.jun.2015	Não aplicável	Não aplicável

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde o dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

Nome	Acumulação de Funções	Entidade	Função	Regime (*)
Prof. Doutor Eng.º José de Albuquerque Epifânio da Franca (a)	Informação não disponível em virtude de ter cessado funções em 26 de junho de 2015.			
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes (c)	Informação não disponível em virtude de ter cessado funções em 31 de maio de 2015.			
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes (d)	PME Investimentos, SA		Presidente não-executivo	Público
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira (d)	Federação Portuguesa de Tiro com Arco		Presidente	Privado
Eng.ª Teresa Paula Marreca Gameiro Fernandes (b)	SEDES - Assoc. p/Desenvolvimento Económico e Social		Membro do Secretariado Geral	Associação com Fins Públicos

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções no mandato 2012-2014 e 2015-2017.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

(*) Público ou Privado.

Nome	Estatuto de Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto		
			(S/N)	(A/B/C)	Vencimento mensal
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	Não	Não definida		0 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	Não	Não definida		0 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	Não	Não definida		0 €
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	Sim	C	4 578 €	1 831 €
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	Sim	Opta p/Vencimento do Lugar de Origem	5 059 €	1 648 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	Sim	C	3 683 €	1 465 €

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

*Paga 12 vezes por ano.

Nome	Remuneração Anual						
	Variável	Fixa**	Bruto	Reduções remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Final	
			(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) + (3)	
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	N.A.	59 649 €	59 649 €	8 649 €	1 133 €	52 134 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	N.A.	50 465 €	50 465 €	7 317 €	959 €	44 107 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	N.A.	57 092 €	57 092 €	8 278 €	1 085 €	49 898 €
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	N.A.	41 199 €	41 199 €	5 933 €	775 €	36 040 €
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	N.A.	43 249 €	43 249 €	6 229 €	813 €	37 833 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	N.A.	33 316 €	33 316 €	4 802 €	627 €	29 141 €

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

N.A. - Não aplicável

** O valor corresponde a remuneração e às despesas de representação (sem reduções).

Nome	Benefícios Sociais									
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Outros		
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor				Identificar	Valor	
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	N.A.	N.A.	Segurança Social	12 382 €	579 €	353 €	N.A.	N.A.	- €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	N.A.	N.A.	Segurança Social	10 475 €	444 €	289 €	N.A.	N.A.	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	N.A.	N.A.	Segurança Social	11 851 €	298 €	395 €	N.A.	N.A.	- €
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	4,27 €	564 €	Segurança Social	8 560 €	1 094 €	266 €	N.A.	N.A.	- €
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	4,27 €	564 €	Segurança Social	8 985 €	1 338 €	294 €	N.A.	N.A.	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	4,27 €	564 €	Segurança Social	6 921 €	408 €	158 €	N.A.	N.A.	- €

N.A. - Não aplicável

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	N.A.	- €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	N.A.	358 € Em serviço
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	N.A.	235 € Em serviço
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	80 €	282 € Em serviço
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	80 €	222 € Em serviço
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	80 €	230 € Em serviço

N.A. - Não aplicável

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

Encargos com Viaturas										
Nome	Viatura Atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes	
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	De serviço	N.A	N.A	Aquisição	N.A	N.A	- €	- €	- €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	De serviço	N.A	N.A	Aquisição	N.A	N.A	- €	- €	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	De serviço	N.A	N.A	Aquisição	N.A	N.A	- €	- €	- €
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	De serviço	N.A	N.A	Aquisição	N.A	N.A	- €	- €	- €
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	De serviço	N.A	N.A	Aquisição	N.A	N.A	- €	- €	- €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	De serviço	N.A	N.A	Aquisição	N.A	N.A	- €	- €	- €

N.A. - Não aplicável

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

Nome	Plafond Mensal definido para combustivel e portagens	Gastos anuais associados a Viaturas				Observações	
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro		
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	N.A.	470 €	363 €	91 €	143 €	
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	N.A.	825 €	489 €	31 €	143 €	
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	N.A.	1 169 €	389 €	807 €	143 €	
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	458 €	910 €	399 €	659 €	143 €	
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	412 €	577 €	230 €	698 €	143 €	
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	366 €	911 €	273 €	1 337 €	143 €	

N.A. - Não aplicável

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

Nome		Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					Gasto total com viagens
		Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
					Identificar	Valor	
Prof. Doutor Engº José de Albuquerque Epifânio da Franca	(a)	2 539 €	677 €	- €	Refeições	38 €	3 254 €
Dr. Luis Filipe Carvalho Lopes	(c)	56 €	89 €	- €	Refeições	29 €	174 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(a)	1 263 €	- €	- €	Refeições	134 €	1 396 €
Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes	(d)	4 601 €	2 657 €	- €	Refeições	240 €	7 498 €
Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira	(d)	4 035 €	3 190 €	- €	Refeições	302 €	7 528 €
Engª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes	(b)	1 484 €	1 549 €	- €	Refeições	145 €	3 178 €

N.A. - Não aplicável

(a) Em exercício de funções até 26 de junho de 2015, data em que foram designados os Órgãos Sociais para o Mandato 2015-2017.

(b) Em exercício de funções desde do dia 26 de junho de 2015.

(c) Em exercício de funções até 31 de maio de 2015.

(d) Em exercício de funções desde o dia 29 de junho de 2015.

Fiscalização - Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº de registo na CMVM	Forma	Data	Contratada	
2012-2014	ROC Efetivo	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães	53	1975	Assembleia Geral	15.jun.2012	Sim	1
2012-2014	ROC Suplente	Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão	62	222	Assembleia Geral	15.jun.2012	Não aplicável	1
2015-2017	ROC Efetivo	António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro de Magalhães	53	1975	Assembleia Geral	26.jun.2015	Sim	2
2015-2017	ROC Suplente	Álvaro Falcão e Associados, SROC, representada por Dr. Guy Alberto Fernandes de Poças Falcão	62	222	Assembleia Geral	26.jun.2015	Não aplicável	2

(Handwritten signatures and initials)

Nome	Remuneração Anual 2015 (a)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) +
António Magalhães e Carlos Santos, SROC, representada por Dr. António Monteiro Magalhães	13 650 €	1 365 €	273 €	12 558 €

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual 2015 (a)			
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) +
BDO & Associados, SROC, Lda	29	1122	26.jun.2015	2015-2017	5 840 €	584 €	117 €	5 373 €

(a) Valor sujeito a IVA à taxa normal em vigor.

Handwritten signature

PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2016

1. Breve Análise Setorial	35
2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures	
Atividade de Investimento em 2015.....	39
Atividade de Desinvestimento em 2015.....	39
Carteira de Ativos de Capital de Risco.....	40
Valorização do Investimento em Carteira.....	41
3. Fundos de Capital de Risco sob Administração da Portugal Ventures	
Caracterização Sumária.....	42
Principais Indicadores.....	42
Carteira de Ativos de capital de Risco	
Atividade de Investimento em 2015.....	43
Atividade de Desinvestimento em 2015.....	45
Carteira de Ativos de Capital de Risco.....	46
Valorização do Investimento em Carteira.....	47
Maturidade do Investimento.....	49
4. Atividade de Negócio	
<i>Engineering & Manufacturing</i>	50
<i>Life Sciences & Med Tech</i>	52
<i>Technology</i>	54
<i>Travel & Leisure Tech</i>	57
5. Atividade Corporativa	
<i>Active Portfolio Development</i>	59
Fusões e Aquisições.....	64
Operações e Sistemas de Informação.....	64
<i>General Counsel</i>	64
Controlo de Risco.....	65
Comunicação e Parcerias.....	65
Administrativa, Financeira & Recursos Humanos.....	67
6. Evolução Financeira / Análise às Contas	68
7. Proposta de Aplicação dos Resultados	73
8. Factos Subsequentes	73



9. Perspetivas para 2016

Fusões e Aquisições.....	75
<i>Engineering & Manufacturing</i>	76
<i>Life Sciences & Med Tech</i>	77
<i>Technology</i>	77
<i>Travel & Leisure Tech</i>	78
<i>Active Portfolio Development</i>	78
Operações e Sistemas de Informação.....	79
<i>General Counsel</i>	80
Comunicação e Parcerias.....	80
Administrativa, Financeira & Recursos Humanos.....	81

10. Outra Informação Relevante

Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de Dezembro de 2015.....	82
Lista dos Titulares de Participações Qualificadas.....	82

11. Agradecimentos.....83

PARTE II - Síntese da Atividade e Perspetivas para 2016

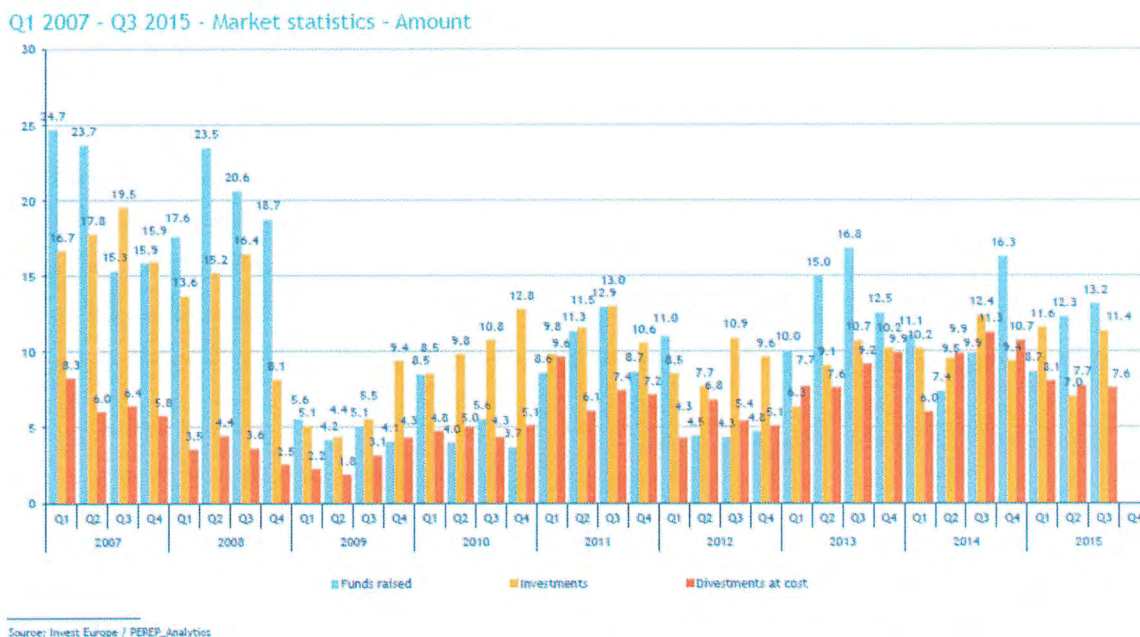
1. Breve Análise Setorial

Conjuntura setorial – Europa

A informação abaixo apresentada tem por base o relatório de atividade dos operadores europeus de *Private Equity* e *Venture Capital* elaborado pela *EVCA – European Private Equity and Venture Capital Association*, até ao final do 3º Trimestre de 2015 (dados preliminares).

O levantamento de fundos cresceu 20,5%, para 34,1 mil milhões de euros quando comparado com os 28,3 mil milhões de euros do período homólogo do ano anterior. Exceto os fundos *Early Stage*, que diminuíram em termos de valor angariado, todos os outros registaram aumentos, destacando-se os fundos *Mezzanine*, *Growth Capital* e *Later Stage (Venture)*. O Reino Unido e a Irlanda continuam a destacar-se das outras regiões representando 53% do total de fundos levantados, seguidos dos Nórdicos (22%) e França e Benelux com 18%.

Figura 1: Levantamento de fundos, investimento e desinvestimento (fonte: EVCA)



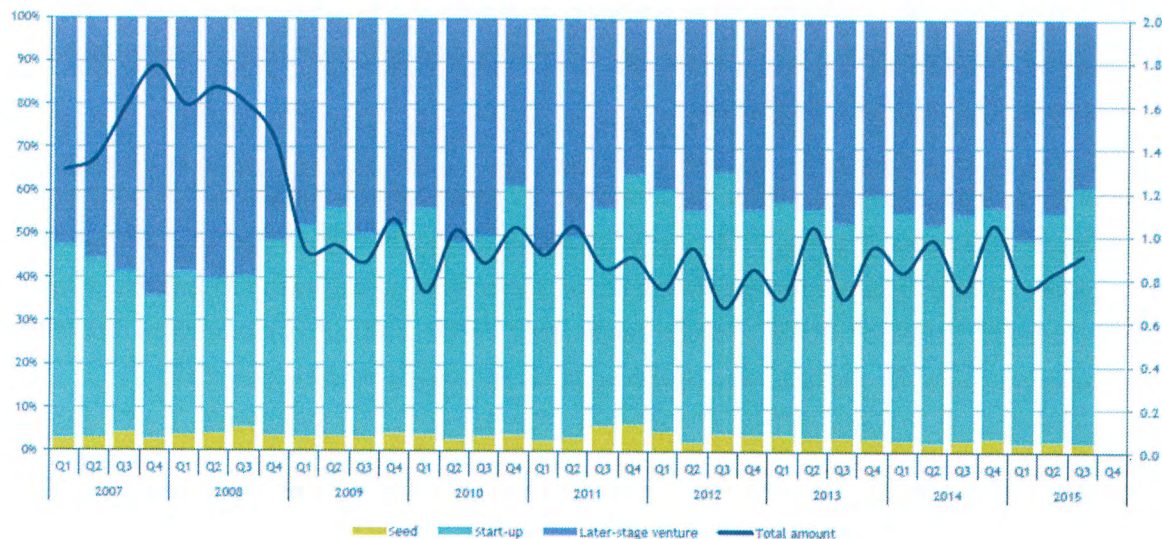
No que se refere à atividade de investimento, até ao 3º Trimestre de 2015, registaram-se 29,9 mil milhões de investimentos, um pouco abaixo dos 32,1 mil milhões do período homólogo do ano anterior. As operações de investimento em *Buyout* continuam a apresentar um peso significativo (77%) no total do investimento concretizado. As operações de *Venture Capital* apresentam um valor semelhante ao período homólogo, representando apenas 8,4% do montante global de investimento realizado até ao 3º trimestre. As operações de *Venture Capital*, no montante de 2,5 mil milhões de euros, continuam a ser predominantemente nas fases *Start Up* (53,9%) e *Later Stage* (43,6%). Sendo que os sectores que atraíram mais investimento, no total da indústria, foram: *Business & Industrial Products* (19,8%), *Consumer Goods & Retail* (15,4%), *Life Sciences* (12,4%) e *Computer & Consumer Electronics* (11,6%).



A região mais ativa foi França e Benelux com 36% do investimento global, seguida do Reino Unido e Irlanda (20%), DACH (Áustria, Alemanha e Suíça, com 19%), Sul da Europa (Grécia, Itália, Espanha e Portugal, com 11%) e Nórdicos (10%).

Figura 2: Investimento em Venture Capital por estágio de desenvolvimento (fonte: EVCA)

Q1 2007 - Q3 2015 - Market statistics - Distribution and total amount

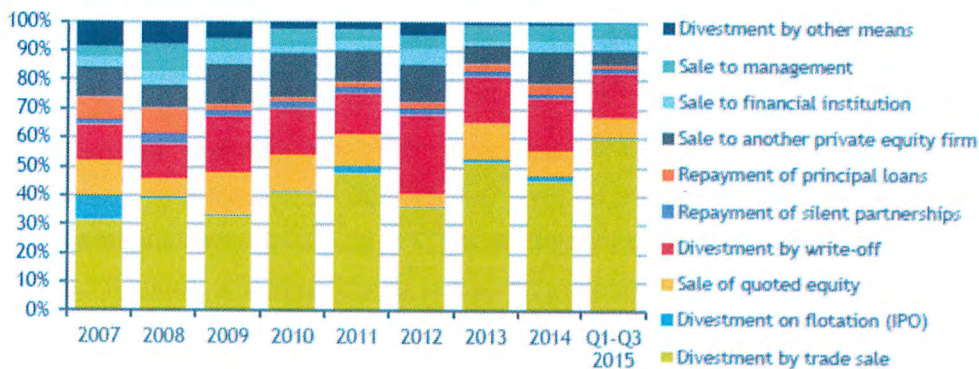


Source: Invest Europe / PEREP_Analytics

A atividade de desinvestimento no 3º Trimestre de 2015 atingiu o montante de 23,4 mil milhões de euros (valores de aquisição), representando uma redução de 13,7% face ao período homólogo anterior. Quanto à estratégia de saída a *Trade Sale* continua a ser a preferida, representando 28,8% do total das operações, seguida pela venda a outra *Private Equity* (26,8%). Nas operações de *Venture Capital* o desinvestimento efetuado por via de *Trade Sale* representa 60,1% do montante global de desinvestimento efetuado (1,1 mil milhões de euros).

Figura 3: Desinvestimento em Venture Capital (fonte: EVCA)

Venture Capital





Conjuntura setorial – Portugal

De acordo com a análise da atividade de capital de risco em Portugal que tem por base a informação atualmente centralizada pela EVCA, reportada ao 3º Trimestre de 2015 (dados preliminares), a atividade de investimento em *venture capital* apresenta uma evolução positiva. No período entre 2011 e 2014, Portugal passou de uma posição de investimento abaixo da média europeia para acima da média europeia.

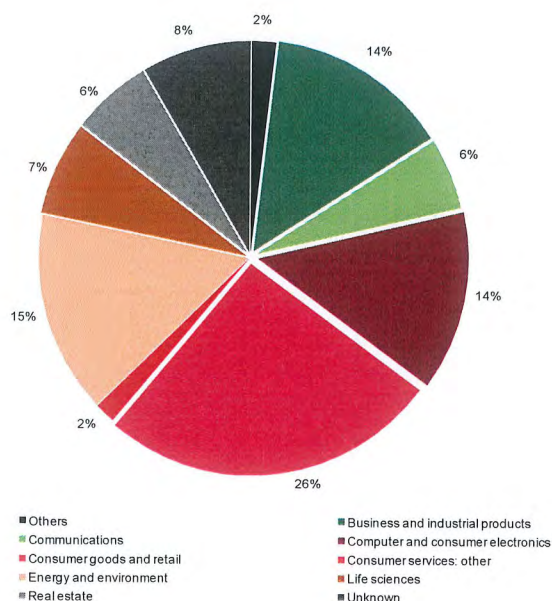
Figura 4: Peso do investimento em *venture capital* no PIB de diferentes países europeus (2011 e 2014 | fonte: EVCA)



Ainda de acordo com os mesmos dados, o levantamento de fundos em Portugal tem vindo a decrescer, em 2011 o valor era de 532 milhões de euros, descendo para 237 milhões em 2013, sendo que em 2014 o valor registado foi de apenas 107 milhões de euros, menos de 50% do montante do ano anterior. No final do 3º Trimestre de 2015 o valor levantado chegava a 22,5 milhões de euros, levemente acima dos 20 milhões de euros em período homólogo de 2014. Do valor total de *fundraising*, 90,1% foram para fundos Generalistas, 8,8% para fundos *Venture* e 230 mil euros para *Buyouts*.

No que diz respeito ao investimento realizado em Portugal até ao 3º Trimestre de 2015 verificou-se que as operações de *Venture* passaram de 16,2% para 42,3% do total do investimento face ao período homólogo de 2014 (de 31 para 46 milhões de euros). A queda registada no investimento total de 2015, cerca de 43% abaixo do montante do período homólogo de 2014 (de 192 para 109 milhões de euros), resulta exclusivamente da redução no montante das operações de investimento em *Buyouts* que registaram uma queda de 117 para 34 milhões de euros até ao 3º trimestre de 2015.

Figura 5: Distribuição do investimento por setor de atividade (2015, Q3 | fonte: EVCA)



De acordo com os dados recolhidos pela EVCA até ao 3º trimestre de 2015, os investimentos realizados no setor de *Consumer Goods and Retail* (26,1%), *Energy and Environment* (15,4%) e *Business and Industrial Products* (14,1%) foram os que mais se destacaram no total da indústria. Tendo apenas em conta os investimentos de *Venture Capital*, o destaque vai para as operações realizadas no setor de *Computer and Consumer Electronics* (22,6%) e *Consumer Goods and Retail* (17,4%).

O desinvestimento até ao 3º Trimestre do ano cresceu significativamente, de 39,8 para 160,3 milhões de euros. Os desinvestimentos com origem em *Write-off* representaram 52,5% do total, seguidos do *Repayment of silent Partnership* (36,7%) e *Buy-Back* (6,8%).

Handwritten initials: H, RF

2. Carteira de Ativos de Capital de Risco da Portugal Ventures

Atividade de Investimento em 2015

Durante o exercício de 2015, o investimento realizado pela Portugal Ventures ascendeu a 12,4 milhões de euros em unidades de participação de FCR.

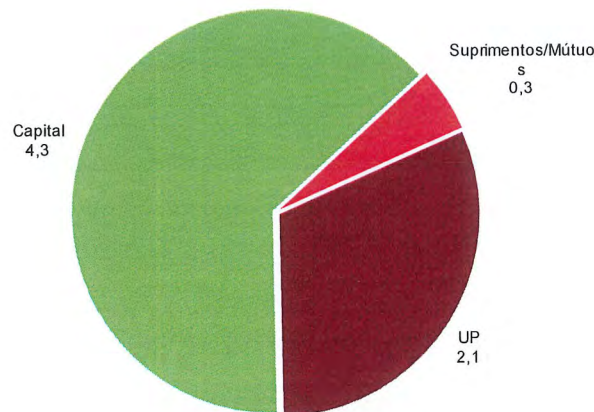
Os investimentos efetuados referem-se: i) ao aumento de capital do FCR PV Global 2 no valor de 10,74 milhões de euros, ii) à cisão de parte dos ativos do FCR PV GPI para a constituição do FCR Portugal Global Ventures I no valor de 1,64 milhões de euros e iii) à aquisição de UP do FCR PV GPI detidas pela FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, no valor de 0,05 milhões de euros.

A saída de fundos correspondente ao referido investimento ascendeu a 10,8 milhões de euros.

Atividade de Desinvestimento em 2015

Proseguindo uma política de (i) promoção proativa da alienação de participadas da atual carteira de *private equity*, enquadradas em critérios previamente definidos, nomeadamente a sua maturidade, fraca recuperabilidade ou mesmo irrecuperabilidade do seu valor e de (ii) clarificação da missão da Portugal Ventures, exclusivamente como gestora de fundos, eliminando, dentro do possível, os investimentos diretos detidos em empresas participadas, a Portugal Ventures no exercício de 2015 concretizou o desinvestimento da totalidade da carteira direta de participações em empresas (7) registadas a valor nulo e realizou 2 operações de desinvestimento em UP de FCR.

Figura 6: Desinvestimento da Portugal Ventures por custo de aquisição 2015 [M Eur]



No período em análise, das 7 operações de desinvestimento total em empresas, 5 foram efetuadas por venda a terceiros, uma resultou de abate e a última por recompra dos acionistas.

Das 2 transações de desinvestimento em UP de FCR, uma é resultante da cisão de parte dos ativos do FCR PV GPI para a constituição do FCR Portugal Global Ventures I e a restante refere-se à alienação de UP detidas no FCR Portugal Global Ventures I à FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Apresenta-se de seguida a distribuição do desinvestimento por área de negócio e outras áreas, incluindo todos os ativos de capital de risco e transações efetuadas:

Figura 7: Detalhe do desinvestimento da Portugal Ventures em 2015 [K Eur]

Ativos	Número de transações	Custo de Aquisição	Valor em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao custo de aquisição
Empresas	7	4 616	0	0	0	-4 616
UP	2	2 109	1 692	1 692	0	-417
Total	9	6 725	1 692	1 692	0	-5 033

Carteira de Ativos de Capital de Risco

A Portugal Ventures apresenta uma carteira direta de ativos de capital de risco exclusivamente em Fundos de Capital de Risco (FCR).

A 31 de dezembro de 2015, o investimento total detido ao custo de aquisição era de 34 milhões de euros, representando um aumento de 5,7 milhões de euros (20,2%) face ao investimento total no montante de 28,3 milhões de euros registado em 31 de dezembro de 2014. Este aumento ficou fundamentalmente a dever-se: i) ao investimento em UP no aumento de capital do FCR Portugal Ventures Global 2 e ii) ao desinvestimento da totalidade das participações em empresas efetuado no período em análise. O investimento total encontra-se repartido da seguinte forma:

- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão, no valor de 32,8 milhões de euros;
- Participações em Unidades de Participação (UP) de FCR sob gestão externa, no valor de 1,2 milhões de euros.

Figura 8: Evolução da carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures - por tipologia de ativo

	31/12/2015	31/12/2014	Δ	Δ %
Participações em empresas	0 M€	4,6 M€	-4,6 M€	-100 %
Participações em UP de FCR	34 M€	23,7 M€	10,3 M€	43,6 %

O valor de 34 milhões de euros de investimento distribui-se por Unidades de Participação representativas do capital em 12 FCR. O investimento em capital social de empresas diminuiu 100% relativamente a 31 de dezembro de 2014 devido ao desinvestimento total da carteira direta de participações em empresas, sendo que o investimento em UP de FCR aumentou em cerca de 43,6% quando comparado com o montante a 31 de dezembro de 2014.

Figura 9: Detalhe da carteira de ativos detidos pela Portugal Ventures [Eur]

Entidades	% Capital Social Detida	Data 1ª Subscrição	Valor Subscrição	
			Capital Social	Investimento Total
FCR Critical Ventures I	17,9%	02/08/11	1 170 528	1 170 528
FCR Portugal Global Ventures I	7,8%	17/06/15	1 588 958	1 588 958
FCR Portugal Ventures ACTEC II	12,4%	18/11/11	1 041 843	1 041 843
FCR Portugal Ventures Biocant	37,5%	28/12/11	1 500 000	1 500 000
FCR Portugal Ventures Early Stage	34,9%	30/09/11	2 500 000	2 500 000
FCR Portugal Ventures FIAEA	9,1%	14/01/11	100 000	100 000
FCR Portugal Ventures FINICIA	30,0%	04/05/07	1 200 000	1 200 000
FCR Portugal Ventures Global 2	50,0%	01/12/13	11 592 361	11 592 361
FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Internacionalização	12,4%	15/03/05	3 871 057	3 871 057
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	50,0%	01/09/11	3 000 000	3 000 000
FCR Portugal Ventures Internacionalização	41,7%	18/04/11	5 930 000	5 930 000
FCR Portugal Ventures Universitatis	13,8%	28/12/11	511 525	511 525
Total			34 006 272	34 006 272

Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2015, a carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures, exclusivamente em UP de FCR, apresentava um valor de 32 milhões de euros, o que representa um aumento de 58% ou 11,8 milhões de euros face ao registado em 31 de dezembro de 2014 resultado de uma redução das menos valias potenciais registadas nos Fundos em 2015.

No final de 2015, não se regista investimento direto realizado em empresas, já a 31 de dezembro de 2014 o valor do investimento em empresas em carteira encontrava-se totalmente ajustado.

Figura 10: Valorização da carteira de ativos detidos diretamente pela Portugal Ventures - por tipologia de ativo

	31/12/2015	31/12/2014	Δ	Δ %
Participações em empresas	0 M€	0 M€	0 M€	0 %
Participações em UP de FCR	32,0 M€	20,2 M€	11,8 M€	58 %

À data de 31 de dezembro de 2015 a carteira de investimentos (em UP de FCR) detidas diretamente pela Portugal Ventures apresentava uma perda potencial de 2 milhões de euros (3,5 milhões a 31 de dezembro de 2014), a qual se pode decompor entre menos-valias potenciais no valor de 2,9 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 0,9 milhões de euros.



3. Fundos de Capital de Risco sob administração da Portugal Ventures

Caracterização sumária

No início de 2013, a Portugal Ventures tinha sob sua gestão um total de 25 fundos de capital de risco, em resultado do projeto de racionalização da carteira de fundos, até ao final de 2014, foi possível proceder à extinção de 8 fundos de capital de risco, em resultado de fusões por incorporação, e à extinção de 1 fundo por ter concluído o período de duração. Durante 2015 a Portugal Ventures procedeu à constituição de um novo fundo de capital de risco na sequência de uma operação de cisão por destaque de parte dos ativos do FCR Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimento e a conseqüente constituição do FCR Portugal Global Ventures I, fundo no qual se tem concentrado a prossecução do esforço de investimento da Portugal Ventures como operador de *venture capital*. Atualmente a Sociedade detém 17 fundos de capital de risco sob sua gestão.

A 31 de dezembro de 2015, o valor do património líquido dos Fundos de Capital de Risco sob gestão da Portugal Ventures ascendia a cerca de 240,2 milhões de euros, correspondendo a um aumento de cerca de 19,4%, ou 39,1 milhões de euros, face ao montante registado em 31 de dezembro de 2014 (201,1 milhões de euros). Este aumento ficou a dever-se às realizações de capital no valor de 25,2 milhões de euros nos FCR, ACTec II, Biocant, Early Stage, Global 2, Internacionalização e Universitas e aos Resultados Líquidos positivos no valor de 17,1 milhões de euros registados nos Fundos, resultantes essencialmente da valorização das suas carteiras de ativos de capital de risco. Este aumento foi parcialmente anulado pela redução de capital do FCR Portugal Ventures FIEP no valor de 3,2 milhões de euros.

Figura 11: Evolução do Valor Global Líquido agregado dos FCR sob gestão da Portugal Ventures

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Valor Global Líquido Agregado	240,2 M€	201,1 M€	198,5 M€

Principais Indicadores

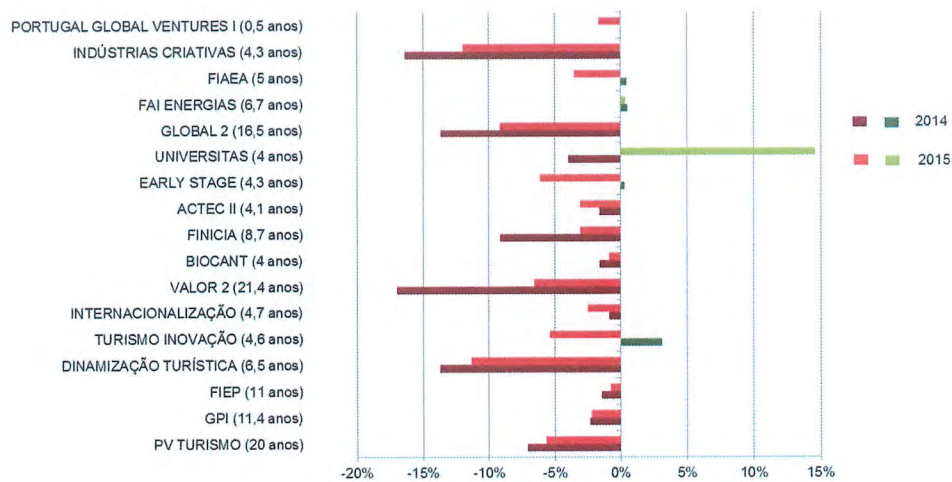
A carteira de fundos sob gestão obteve um resultado agregado positivo em 2015. O desempenho económico registou uma melhoria substancial face ao ano de 2014 – o Resultado Líquido agregado dos fundos passou de 4,4 milhões de euros negativos em 2014 para 17,1 milhões de euros positivos em 2015. O FCR Portugal Ventures Valor 2 contribuiu com 78,4% para o Resultado Líquido agregado dos Fundos verificado em 2015.

Figura 12: Principais indicadores de gestão dos FCR sob gestão da Portugal Ventures [K Eur]

Indicadores	31/12/2015	31/12/2014	Δ	Δ %
Valor Global Líquido	240 188	201 121	39 067	19%
Ativo Total Líquido	244 461	204 465	39 995	20%
Carteira de Ativos	211 019	257 499	-46 480	-18%
Valor Carteira de Ativos	180 661	134 797	45 864	34%
Liquidez	55 917	60 653	-4 736	-8%
Passivo	4 273	3 344	929	28%
Outro Ativo Total Líquido	7 883	9 015	-1 133	-13%
Resultado Líquido	17 123	-4 373	21 496	492%
Rentabilidade do Valor Global Líquido	7,1%	-2,2%		
Rentabilidade do Ativo Total Líquido	7,0%	-2,1%		
Autonomia Financeira	98%	98%		
Solvabilidade	5621%	6014%		

Analisando o histórico de investimentos e desinvestimentos dos Fundos e considerando as valorizações atuais dos ativos, verifica-se uma melhoria generalizada nas taxas de rentabilidade total (TIR) dos Fundos, comparativamente aos valores registados em 2014, apesar de se manterem em valores negativos, com exceção dos FCR FAI Energias e Universitas.

Figura 13: Taxa Interna de Rentabilidade acumulada dos FCR sob gestão da Portugal Ventures 2014 e 2015 [%]



Carteira de Ativos de Capital de Risco

Atividade de Investimento em 2015

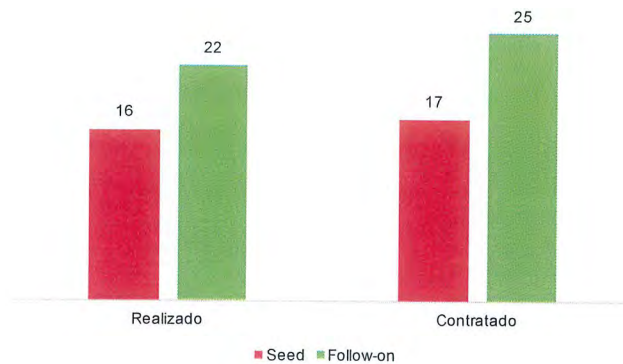
Durante o exercício de 2015, o investimento realizado pelos FCR sob gestão da Portugal Ventures ascendeu a 45,8 milhões de euros, dos quais, 19,2 milhões de euros em capital social, 1,4 milhões de euros em suprimentos e mútuos, 24,5 milhões de euros em prestações acessórias, 0,6 milhões de euros em adiantamentos por conta de aumentos de capital social e o remanescente em gastos associados ao investimento.

O investimento de 45,8 milhões de euros distribui-se em operações correntes no valor de 38,3 milhões de euros e outras operações no valor de 7,5 milhões de euros. É de realçar que, comparativamente ao exercício de 2014, o investimento corrente realizado aumentou em 78% passando de 21,5 para 38,3 milhões de euros, refletindo a atual dinâmica de investimento da Portugal Ventures.

As operações correntes resultam em 11,9 milhões de euros de investimentos em 27 novas empresas e 26,4 milhões de euros no reforço de investimento em 40 empresas. O montante de investimento realizado em 2015 em operações de *seed investment* foi de 16,0 milhões de euros (cerca de 2,7 milhões de euros acima do montante realizado em 2014), enquanto as operações de *follow on investment* em 2015 atingiram o montante de 22,3 milhões de euros (que compara com 8,2 milhões em 2014), representando a evolução natural da pirâmide de investimento objetivo da Portugal Ventures.

O investimento total contratado em 2015 pelos Fundos de Capital de Risco foi de 41,7 milhões de euros, sendo que 16,7 milhões de euros corresponde a investimentos em 27 novas empresas em operações de *seed investment* e 25,0 milhões de euros a operações de *follow-on investment* em 25 empresas já participadas pelos Fundos.

Figura 14: Investimento Realizado/Contratado em 2015 [M Eur]



Do investimento total contratado encontra-se por realizar o montante de cerca de 11,6 milhões de euros em 27 empresas participadas, na condição de verificação do progresso dos projetos, face a objetivos e milestones estabelecidos em contrato.

As outras operações de investimento de 2015 resultam das seguintes transações em participações em empresas:

- Conversão de ativos (A.Silva & Silva, Genepredit, Greenfiber Tech, Luzitin, Thelial, Science4you, Pharma73 e Aptoide);
- Reembolsos de suprimentos e subsequentes subscrições de ativos (Science4you, Wedeliverawsomeapps, Biotrend);
- Regularização de adiantamentos (AJP Motos);
- Gastos associados ao investimento capitalizados.

Figura 15: Atividade de investimento realizado [Nº; Eur] de 2015

Atividade de Investimento		Nº	Custo de Aquisição
Novas Participações em empresas		27	11 868 750 €
Reforço Participações em empresas		40	26 389 161 €
1 Sub-Total OPERAÇÕES CORRENTES			38 257 911 €
Conversão/transfêrencia/regularização de ativos em Participações em empresas		11	7 467 847 €
2 Gastos de aquisição capitalizados em Participações em empresas		13	79 950 €
2 Sub-Total OUTRAS OPERAÇÕES			7 547 797 €
Total Atividade de Investimento (1+2)			45 805 708 €

O investimento concretizado durante o ano de 2015 no valor de 45,8 milhões de euros distribuiu-se pelas unidades de negócio da seguinte forma:

A unidade de *Technology* concretizou cerca de 55% do total do investimento realizado em 2015. A unidade de *Life Sciences & MedTech* absorveu cerca de 22%, a unidade de *Engineering & Manufacturing* foi responsável por 12% e a unidade de *Travel & Leisure Tech* registou 11% do total realizado.

Figura 16: Distribuição do investimento realizado nos FCR por área de negócio [M Eur] e classe de ativo em 2015

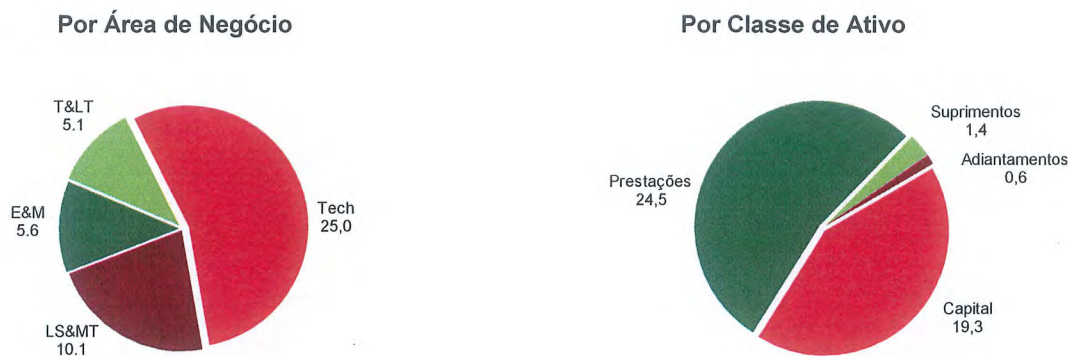


Figura 17: Distribuição do investimento e forma de realização por FCR em 2015 [K Eur]

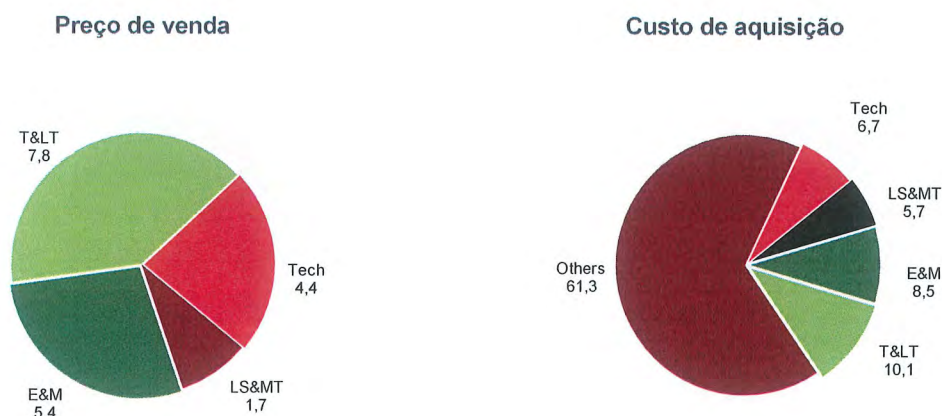
FCR	TOTAL	Saída de Fundos	Conversão de ativos
FINICIA	63	32	31
ES	3 948	3 733	215
ACTECII	4 014	3 964	50
UNIVERSITAS	606	606	0
GLOBAL2	8 106	8 106	0
FAI	0	0	0
FIAEA	165	165	0
IC	913	233	680
PGVI	1 810	1 810	0
BIOCANT	2 014	1 838	176
VALOR2	5 437	4 837	600
GPI	3 886	1 600	2 286
FIEP	0	0	0
INT	10 056	8 056	2 000
PVT	0	0	0
DT	1 166	1 166	0
TI	3 622	3 622	0
TOTAL	45 806	39 768	6 038

Atividade de Desinvestimento em 2015

Durante 2015 os Fundos sob gestão da Portugal Ventures concretizaram 65 transações de desinvestimento no montante global de 92,3 milhões de euros, a custo de aquisição. O desinvestimento ao preço de venda registado no período em análise diminuiu 45% face a 2014, tendo-se registado mais 24 transações em comparação com o ano anterior.

Foram realizados desinvestimentos empresariais em todas as áreas de intervenção da Portugal Ventures, tendo a unidade de negócio de *Travel & Leisure Tech* concretizado 15% do número total de operações de desinvestimento, correspondendo a 10,9% do montante total desinvestido a custo de aquisição. As unidades de *Life Sciences & Medtech*, *Engineering & Manufacturing* e *Technology* realizaram cerca de 12%, 11% e 8%, respetivamente, das operações de desinvestimento concretizadas e 6%, 9% e 7%, respetivamente, do montante total desinvestido a custo de aquisição. As restantes 54% das operações (66% do montante) são respeitantes a empresas que se encontravam em situação de Contencioso/ Inativas/Write-Off.

Figura 18: Desinvestimentos de empresas nos FCR por Unidade de Negócio em 2015 [M Eur]



No período em análise, 30% das operações de desinvestimento em capital social (56) foram efetuadas por recompra pela equipa de gestão ou acionistas, representando cerca de 68% do montante alienado. Das operações remanescentes, 37 foram efetuadas por venda a terceiros representando 32% do montante alienado, 1 resultou de liquidação e outra decorreu do exercício da opção de doação.

Figura 19: Detalhe dos desinvestimentos de empresas nos FCR por Unidade de Negócio em 2015 [K Eur]

Área de Negócio	Número de transações	Custo de Aquisição	Valorização em Carteira	Preço de Venda	Resultado face ao valor em carteira	Resultado face ao valor de aquisição
Tech	5	6 672	4 409	4 410	2	-2 261
LS&MT	8	5 735	871	1 702	832	-4 033
E&M	7	8 522	5 374	5 375	1	-3 147
T<	10	10 049	4 775	7 750	2 974	-2 299
Others	35	61 308	0	3	3	-61 305
Total	65	92 286	15 429	19 240	3 811	-73 046

As vendas apuradas por número de operações face à valorização em carteira resultaram em 2 transações com menos-valias, 18 com mais-valias e 45 com resultado nulo.

No que diz respeito às vendas com mais-valias, a área de *Tourism & Leisure Tech* registou 73% do total realizado. As vendas apuradas por número de operações face ao valor de aquisição resultaram em 40 transações com menos-valias, 6 com mais-valias e 19 com resultado nulo.

Carteira de Ativos de Capital de Risco

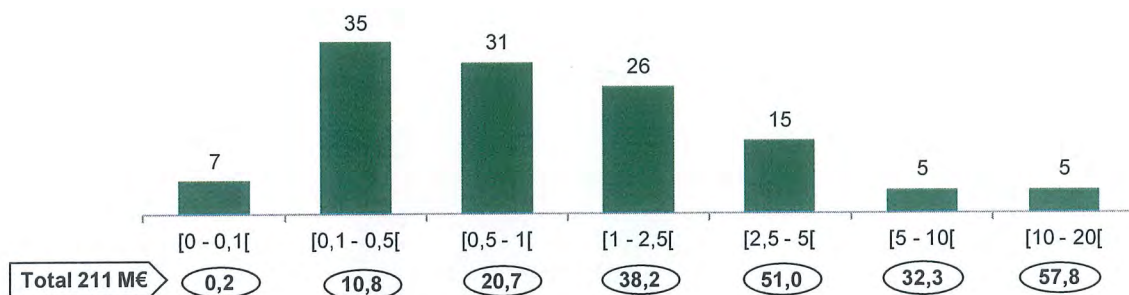
O montante global do património líquido dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures registado a 31 de dezembro de 2015 apresenta um montante total de participações em carteira de 211 milhões de euros, representando uma redução de 18,1% (ou 46,5 milhões de euros), face ao montante em carteira total de 257,5 milhões de euros registado no final de 2014. O investimento total em carteira é representado exclusivamente por participações em empresas.

Figura 20: Evolução do investimento agregado dos FCR

	31/12/2015	31/12/2014	Δ	Δ %
Participações em empresas	211,0 M€	257,5 M€	-46,5 M€	-18,1 %

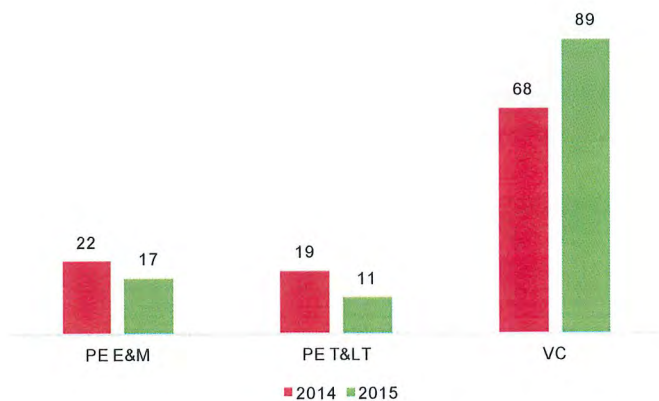
A distribuição da carteira em empresas, em função do valor médio de investimento, reflete o apoio aos vários estágios do ciclo de desenvolvimento e maturidade empresarial e, conseqüentemente, do volume de capital necessário.

Figura 21: Distribuição do investimento dos FCR em empresas por dimensão do investimento [M Eur; # empresa]



A distribuição da carteira sob gestão da Portugal Ventures em 2015, de acordo com a classificação em *Private Equity* e *Venture Capital*, reflete já o resultado da missão desenvolvida pela Sociedade desde a sua constituição (fusão em junho de 2012) prosseguindo os objetivos a política de investimento definida. Comparando com o ano de 2014, no final de 2015 verifica-se uma redução acentuada na carteira de *Private Equity*, passando de 41 para 28 empresas sob gestão e um aumento de 21 empresas na carteira de *Venture Capital*.

Figura 22: Evolução da Carteira Private Equity e Venture Capital



Nota: a análise é efetuada sobre as empresas com um acompanhamento ativo (109 empresas em 2014 e 117 em 2015).

A atual carteira de empresas detida pelos Fundos de Capital de Risco representa um volume de negócios agregado de cerca de 2.183 milhões de euros com um volume de emprego de 22 mil trabalhadores.

Valorização do Investimento em Carteira

A 31 de dezembro de 2015, o valor agregado dos investimentos em empresas dos Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma valorização de 180,7 milhões de euros o que, relativamente à valorização de 134,8 milhões de euros, registada no final de 2014, representa um aumento de valor de 34%, ou 45,9 milhões de euros.

Figura 23: Evolução do valor agregado da valorização das carteiras de ativos dos FCR

	31/12/2015	31/12/2014	Δ	Δ %
Participações em empresas	180,7 M€	134,8 M€	45,9 M€	34 %

Do total de 124 empresas que constituem a carteira de investimentos dos fundos sob gestão, importa realçar o peso do investimento efetuado nas fases de *Seed* e *Start-Up* que representa 62% do investimento acumulado total efetuado e 64% da valorização registada a 31 de dezembro de 2015 (de acordo com a classificação dos projetos à data da realização dos investimentos iniciais).

Figura 24: Número de investimentos realizados em empresas dos FCR - por estágio de desenvolvimento [# de participações]

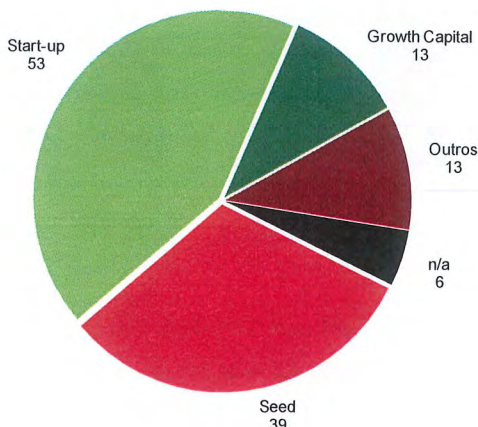
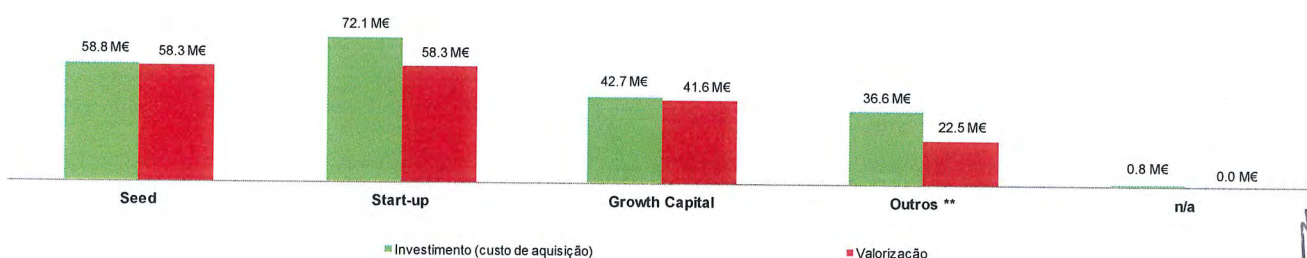


Figura 25: Valor do investimento e valorização das participações em empresas dos FCR - por estágio de desenvolvimento

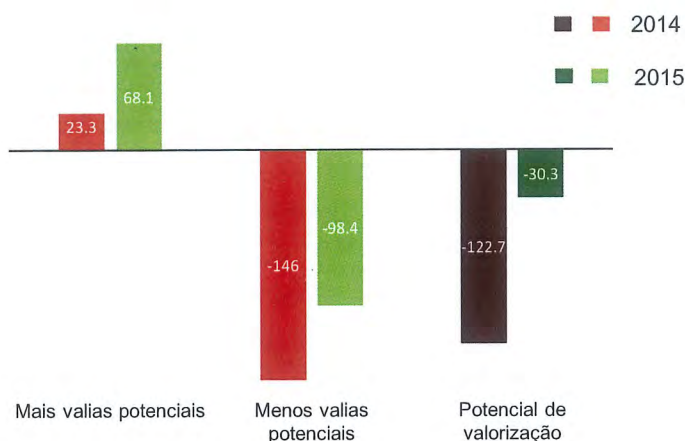


É de salientar o aumento na valorização das participações em empresas em carteira (cujo valor total ascende a 180,7 milhões de euros). Em 2014 as empresas registadas a valor nulo eram 65, em 2015 apenas 21% das empresas (26) se encontram registadas a valor nulo e as participações cuja valorização do investimento efetuado se situa entre 5 e 20 milhões de euros (6 empresas, ou seja, 5% do total) representam 36% da valorização das participações em empresas dos FCR geridos pela Portugal Ventures.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de investimentos em empresas dos FCR sob gestão da Portugal Ventures apresentava uma perda global potencial de 30,3 milhões de euros (contra 122,7 milhões de euros no final de 2014).

Os investimentos dos FCR sob gestão registam menos-valias potenciais no valor de 98,4 milhões de euros e mais-valias potenciais no valor de 68,1 milhões de euros.

Figura 26: Perda potencial do investimento na carteira de participações em empresas nos FCR - por tipologia de ativos



Maturidade de Investimento

Os Fundos sob gestão da Portugal Ventures apresentam uma carteira de participadas com uma significativa dispersão da maturidade de investimentos.

Num total de 124 participações, 55%, ou seja, 68 empresas registam maturidades de investimento até 3 anos e 45% do total, isto é, 56 empresas têm maturidade superior a 3 anos. É de realçar que a situação de 2015 representa uma clara inversão na maturidade da carteira sob gestão da Portugal Ventures face aos anos anteriores, 69% da carteira de 2014 (103 empresas) apresentava uma maturidade superior a 3 anos.

Figura 27: Maturidade dos investimentos em Capital Social na carteira de participações em empresas dos FCR

Maturidade (anos)	Número de Participações	%	Investimento	%	Valorização	%
[0 - 1[27	22%	11,9 M€	6%	11,9 M€	7%
[1 - 3[41	33%	41,6 M€	20%	39,5 M€	22%
[3 - 7[22	18%	62,3 M€	30%	26,0 M€	14%
[7 - 10[21	17%	41,4 M€	20%	34,0 M€	19%
>= 10	13	10%	53,8 M€	25%	69,3 M€	38%
Total	124	100%	211,0 M€	100%	180,7 M€	100%

Handwritten signatures and initials in blue ink.

4. Atividade de Negócio

Engineering & Manufacturing

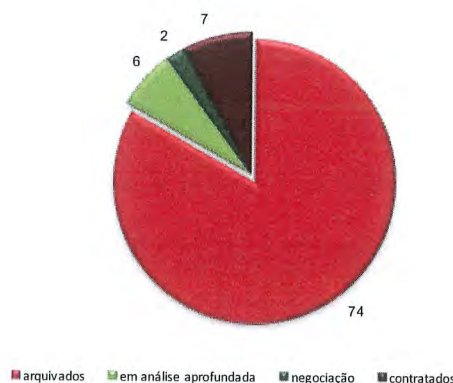
Deal Flow

No exercício de 2015 a atividade de geração e processamento de deal flow de projetos de *Engineering & Manufacturing* (E&M) foi desenvolvida com base nas edições periódicas da Call for Entrepreneurship bem como nas 2º, 3º, 4º e 5º edições do *Programa +Inovação +Indústria*.

O deal flow gerado pela *Call for Entrepreneurship* para a área E&M permitiu a concretização, em 2015, de 1 novo projeto, a negociação de 2 outros (a concretizar já em 2016) e análise aprofundada de 1 último com possível investimento em 2016. Foram ainda analisados 5 projetos submetidos através do FIAEA (Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores).

No âmbito do *Programa +Inovação +Indústria*, a equipa de E&M avaliou 65 projetos, tendo concretizado, em 2015, 6 novos investimentos e a que se juntam, no final do ano, 5 projetos em análise aprofundada.

Figura 28: Deal Flow - n.º de projetos - Engineering & Manufacturing



Tendo em vista dinamizar o dealflow gerado no âmbito do *Program +i+i*, cuja responsabilidade tem sido até à data da responsabilidade da equipa de E&M, no ano de 2015 foram desenvolvidas várias iniciativas de promoção e divulgação do programa, de que se destacam:

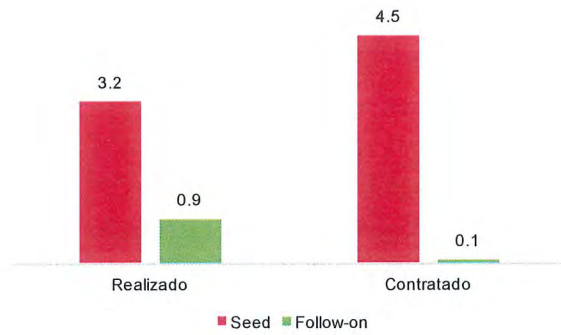
- Participação em sessões de divulgação e contatos com empresas e empreendedores em Lisboa, Aveiro, Setubal e Coimbra e Porto;
- Identificação de novos possíveis parceiros de dealflow e organização da *Rede de Parceiros +Inovação +Indústria* que apoiam os promotores na estruturação e apresentação das iniciativas de investimento e agendamento de visitas a 15 parceiros disseminados pelo país e correspondendo a associações empresariais/setoriais, centros tecnológicos, universidades e incubadoras, espera-se que com impacto já em 2016.
- Alargamento da *Rede de Capital +Inovação +Indústria*, atualmente com 5 parceiros, por forma a alargar a base de *funding* potencialmente disponível para projetos inovadores com impacto na indústria tradicional;
- Dinamização de *Rede de Peritos +Inovação +Indústria*, atualmente com mais de 177 peritos, nas mais variadas áreas, com o objetivo de auxiliar a Portugal Ventures na avaliação e seleção dos projetos.

Investimento e desinvestimento

A atividade de investimento da área E&M resultou em 13 novos investimentos, dos quais 7 são investimentos em novas participadas, os restantes 6 investimentos realizados resultaram de tranches anteriormente acordadas em função do cumprimento de *milestones* (de investimentos em fase *seed* e *follow-on*) e da conversão de ativos. O investimento total realizado em 2015 foi de 5,6 M€, sendo que 3,3 M€ correspondem a investimento em fase *seed* (2,5 M€ em 7 novas participadas e 0,8 M€ de tranches antes comprometidas em 2 empresas), 0,8 M€ de investimento em *follow-on* (AJP Motos e Omniflow) e o remanescente, no montante de 1,5 M€, em operações de realocações de capital próprio (AJP Motos) e conversão de ativos (Greenfiber Tech e A. Silva & Silva).

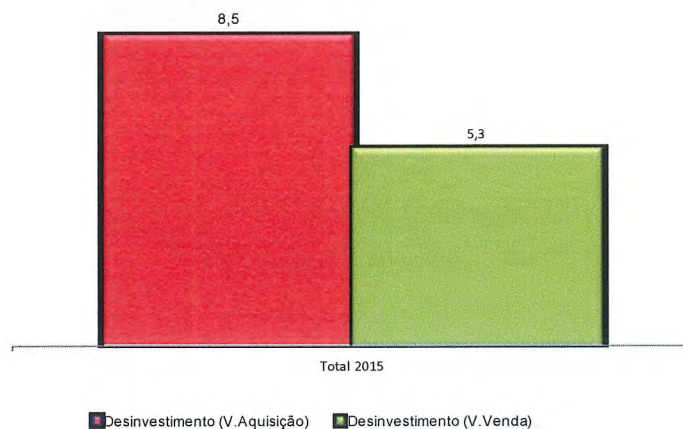
Por outro lado, o investimento contratualizado pela área de E&M em 2015 resultou apenas de contratos de investimento em fase *seed* para novas participadas (7) no montante de 4,5 M€.

Figura 29: Investimento Realizado/Contratado - Total 2015 – Engineering & Manufacturing



Quanto ao desinvestimento realizado em 2015 e com ênfase para a carteira de *Private Equity* que registou a quase totalidade e a área de *Venture Capital* apenas um desinvestimento. O desinvestimento totalizou 5,4 M€ (8,5 M€ a custo de aquisição do investimento), correspondente a 4 operações de desinvestimento total e a 3 de desinvestimento parcial, representando um encaixe de 4,5 M€ em dinheiro e os restantes da conversão de ativos.

Figura 30: Desinvestimento 2015 – Engineering & Manufacturing (M€)



[Handwritten signatures]

Engineering & Manufacturing: deal flow e investimento contratado em 2015

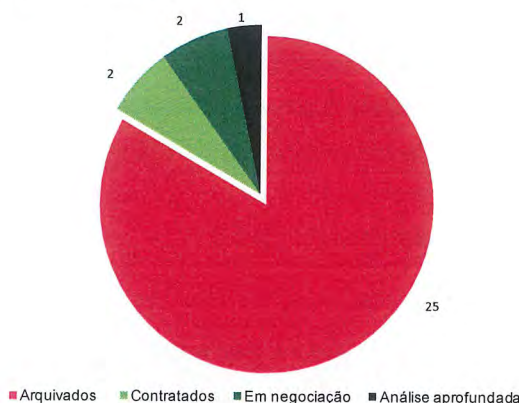
- Projetos em Deal Flow analisados: 77
- Novos dossiês de investimento contratados: 8
- Investimento de capital de risco contratado: 4,53 M€
- Número de participadas envolvidas: 8 (novas: 7)
- Operações de desinvestimento contratadas: 7
- Atividade da carteira acompanhada:
 - Emprego: 20.156 pessoas
 - Volume de negócios: 2.062 M€
 - Exportações: 797 M€

Life Sciences & MedTech

Deal Flow

No ano de 2015 provenientes da *Call for Entrepreneurship* e do Programa FIAEA (Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo nos Açores) foram analisados 30 projetos na área das Life Sciences & MedTech que deram origem à apresentação de 4 Term Sheets de investimento.

Figura 31: Deal Flow – n.º de projetos - Life Sciences & Med Tech



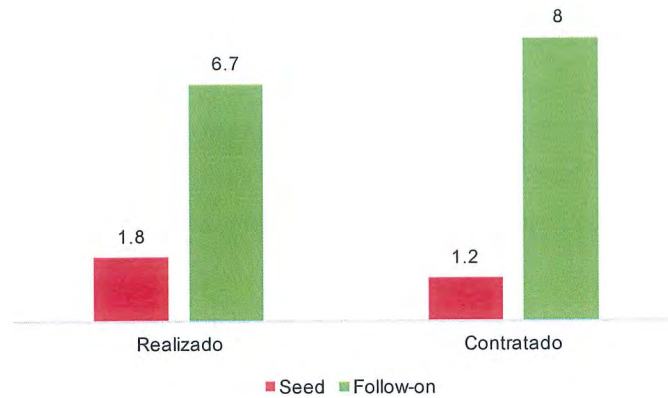
Foram contratados o investimento na Immunetep e na PeekHealth e transitou para 2016 a conclusão dos processos relativo à Stematters e da Immunetep/Cell2B.

Investimento e desinvestimento

O investimento em 2015 ascendeu a 10,1 M€ realizado em 15 empresas, sendo que 1,2 M€ respeita aos 2 novos investimentos contratados e integralmente realizados na Immunetep e Peek Health. Foram ainda realizados 6,7 M€ de investimentos em operações de follow-on, das quais se destacam as realizadas nas participadas Biosurfit, Magnomics, Perceive3D e Luzitin no valor total de 6,4 M€. Os restantes investimentos são respeitantes à realização dos compromissos assumidos nas rondas seed (0,6 M€), nomeadamente, nas participadas CBRA Genomics, Im3dical, Lymphact e Treat U e de operações de conversão de ativos no montante de 1,6 M€.

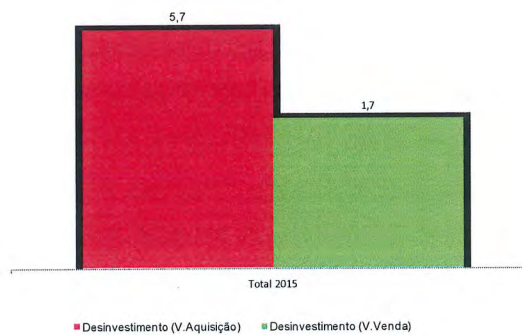
Além do investimento contratualizado para as 2 novas participadas (1,2 M€) foram ainda contratualizados 6 novos investimentos de follow-on no montante global de 8 M€.

Figura 32: Investimento Realizado/Contratado - Total em 2015 – Life Sciences & Med Tech



O desinvestimento realizado totalizou a preço de venda 1,7 M€ (5,7 M€ a custo de aquisição), correspondente a 3 operações de saída total (Functional/MediaOmics, Im3dical e Bioalvo) e a 5 de saída parcial (GenePredit, Biotrend, Luzitin, Thelial e Pharma73). As saídas de investimento tiveram como contrapartida 0,7 M€ em dinheiro e o restante resultou de conversão de ativos.

Figura 33: Desinvestimento em 2015 – Life Sciences & Med Tech



Life Science & Medtech: deal flow e investimento contratado em 2015

- Projetos em Deal Flow analisados: 30
- Novos dossiês de investimento contratados: 8
- Investimento de capital de risco contratado: 9,2 M€
- Número de participadas envolvidas: 13 (novas: 2)
- Operações de desinvestimento contratadas: 8
- Atividade da carteira acompanhada:
 - Emprego: 494 pessoas
 - Volume de negócios: 33,7 M€
 - Exportações: 33,6 M€

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Acompanhamento de participadas

Com a maturação das participadas, estas começam a deparar-se com dois grandes desafios: o levantamento internacional de novos *rounds* de financiamento e a negociação de contratos de licenciamento ou de parcerias que marcarão fortemente o seu valor futuro.

Para estes efeitos foram desenvolvendo contactos e estiveram presentes nos mais relevantes eventos internacionais, dos quais vale a pena destacar a Bio 2015, em Filadelfia, à qual se deslocaram representantes da CBRA Genomics, da Genepredit, da Immunetep, da Luzitin, da Pharma 73 e da TreatU, e também da própria Portugal Ventures. Adicionalmente, as participadas tiveram oportunidade de contactar com investidores internacionais que se deslocaram a Portugal a convite da Portugal Ventures, designadamente no âmbito do Investor's Forum.

Dentro das orientações já definidas, as empresas foram reforçando o seu *network* internacional e as suas competências de negociação junto de investidores e da indústria pelo recrutamento de *advisors* e *board members* internacionais com elevada senioridade.

Technology

Deal Flow

Durante o ano de 2015 a equipa Technology esteve presente em mais de duas dezenas de sessões, *workshops* e *Demo Days* de programas de aceleração e concursos diversos de ideias de planos de negócio como oradores convidados, membros de júri, palestrantes e presenças; a título de exemplo, Lisbon Investment Summit, Acredita Portugal, Energia de Portugal (Fábrica de StartUps/EDP), Ineo Weekend (IPN), StartUp Pirates, 3DS, C Days 2015 Conference, Big Smart Cities, Conferência do Empreendedorismo ISCAP/IPP, StartUp Weekend, Cohitec (Cotec), Building Global Innovators Competition (ISCTE-MIT), Think with Google Lisbon. A nível internacional merecem destaque as participações ativas na CEBIT 2015 com pavilhão próprio (Alemanha), WebSummit 2015 (Dublin, Irlanda) com participação em *workshops*, *investors hours* e stand próprio (Irlanda), apresentação de comunicações na SXSW Interactive 2015 (EUA) e Texas-EU Venture Growth Conference na Universidade do Texas-Austin. Os elementos da equipa de *Technology* tiveram ainda a oportunidade de participar em eventos internacionais relevantes como o TNW-The Next Web Conference (Amesterdão, Holanda), World Mobile Congress (Barcelona, Espanha) e de acompanhar programas de trabalho na Bay Area (EUA), Boston (EUA) e Berlim (Alemanha).

A atividade de geração e processamento de *deal flow* de projetos de *Technology* foi desenvolvida com base nas 4 edições periódicas da Call for Entrepreneurship (Call 10, 11, 12 e 13) bem como na continuidade da análise de processos iniciados em edições passadas e nos processos de reforço de investimento em empresas do portefólio de participações desta área de negócio.

Em 2015 foram analisados provenientes do *deal flow* gerado pela *Call for Entrepreneurship* para a área *Technology* 152 projetos para potencial investimento. Da avaliação desse *deal flow* foi declinado o interesse no investimento em 147 projetos e o investimento em 13 novas empresas, mantendo-se a 31 de dezembro 2 projetos em fase final de avaliação e de eventual gestão inicial de negociação.

Figura 34: Deal Flow – Technology – N.º de Projetos

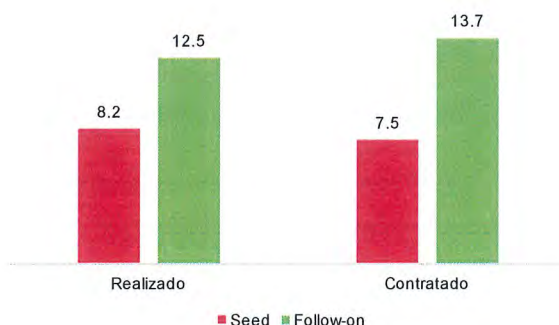


Investimento e desinvestimento

A atividade de investimento da área Technology resultou em investimentos realizados em 34 empresas participadas, dos quais 13 foram investimentos em novas participadas, as restantes 21 empresas receberam investimentos resultantes de tranches anteriormente acordadas em função do cumprimento de milestones (de investimentos em fase seed e follow-on), de novos contratos de investimento em follow-on e da conversão de ativos. O investimento total realizado em 2015 foi de 25 M€, sendo que 8,2M€ correspondem a investimento em fase seed (5,5 M€ em 13 novas participadas e 2,7 M€ de tranches comprometidas em 12 empresas), 12,5 M€ correspondem a investimento em follow-on (em 16 empresas participadas) e o remanescente, no montante de 4,3 M€, a operações de conversão de ativos.

O investimento total contratado em 2015 pela área de Technology foi de 21,2 M€, sendo que 7,5 M€ correspondem a investimentos em 13 novas empresas e 13,7 M€ a investimentos de follow-on em 15 participadas da carteira.

Figura 35: Investimento Realizado/Contratado em 2015 – Technology (M€)



Importa destacar os investimentos “Serie A” que envolveram investidores internacionais e nacionais de relevo:

a. Science4You, S.A.

Atendendo ao estágio de desenvolvimento da empresa, com crescimento acelerado no mercado ibérico e projetando-se para demais mercados internacionais na categoria de brinquedos de aprendizagem, globalmente designados de STEM toys (Science, Technology, Engineering and Math), e depois de negociação competitiva com vários investidores baseada em Term Sheets de investimento, foi concluída em setembro de 2015 a ronda de investimento que excedeu 7 milhões de euros na qual participou a Portugal Ventures com a conversão de dívida convertível previamente contratada.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O novo investidor, um fundo sob gestão da BCP Capital (grupo Millenniumbcp) investiu 4 milhões de euros, sendo 1 milhão de euros em capital e 3 milhões de euros em obrigações convertíveis em capital.

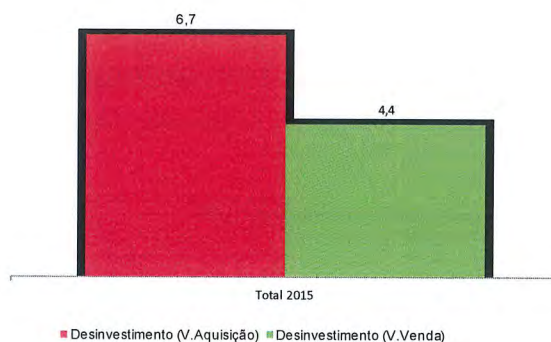
b. Aptoide, SA

Um dos investimentos mais significativos realizados em 2015 pela área de *Technology* foi a ronda de investimento internacional da Aptoide, SA num montante que excede 4 milhões de dólares, na qual a Portugal Ventures participou com a conversão de dívida convertível previamente contratada. A Aptoide, SA foi o primeiro contrato de investimento resultante da primeira edição da Call For Entrepreneurship em 2013.

O lead investor, e.ventures, um investidor global com escritórios em San Francisco, Berlim, Tóquio, Pequim e Moscovo, foi acompanhado da Gobi Ventures e Golden Gate, investidores com presença relevante no mercado asiático.

Quanto ao desinvestimento realizado em 2015, este totalizou um preço de venda de 4,4 M€ (custo de aquisição desinvestido - 6,7 M€), correspondente a 3 operações de saída total e a 2 de saída parcial. As saídas de investimento tiveram como contrapartida, 0,7 M€ em dinheiro e 3,7 M€ em conversão de ativos.

Figura 36: Desinvestimento em 2015 – Technology



Technology: deal flow e investimento contratado em 2015

- Projetos em Deal Flow analisados: 152
- Novos dossiês de investimento contratados: 28
- Investimento de capital de risco contratado: 21,2 M€
- Número de participadas envolvidas: 27 (novas: 13)
- Operações de desinvestimento contratadas: 5
- Atividade da carteira acompanhada:
 - Emprego: 1151 pessoas
 - Volume de negócios: 67,3 M€
 - Exportações: 40,3 M€

Travel & Leisure Tech

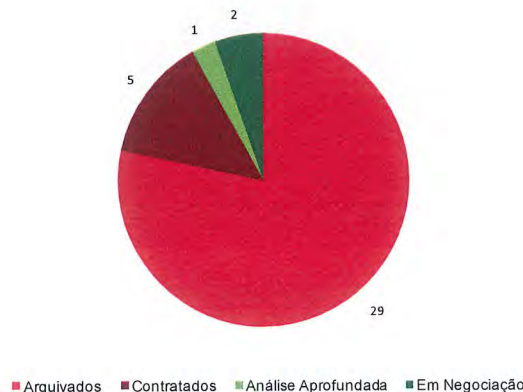
Deal Flow

A unidade de *Travel & Leisure Tech* (TLT) prosseguiu, durante o ano de 2015, com a análise de 5 processos iniciados em edições passadas, tendo também analisado 2 projetos submetidos através do FIAEA (Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores), para além do *deal flow* originado pela *Call for Entrepreneurship* (Calls 10, 11, 12 e 13).

Em 2015 o *deal flow* gerado pela *Call for Entrepreneurship* para a área TLT originou 30 projetos para potencial investimento, dos quais 16 foram submetidos à análise dos painéis de peritos. Desse total de *deal flow*, foram declinados 27 projetos e realizado investimento num projeto (contrato celebrado já no início de 2016), encontrando-se dois projetos em análise aprofundada/ negociação. O total de investimentos realizados durante o ano de 2015 foi de 5 novas empresas.

No fecho do exercício de 2015, estavam ainda em aberto 3 dossiês: 2 destes em fase final de negociação e com expectativas elevadas de contratação e 1 ainda em fase de análise aprofundada.

Figura 37: Deal Flow – n.º projetos - Travel & Leisure Tech



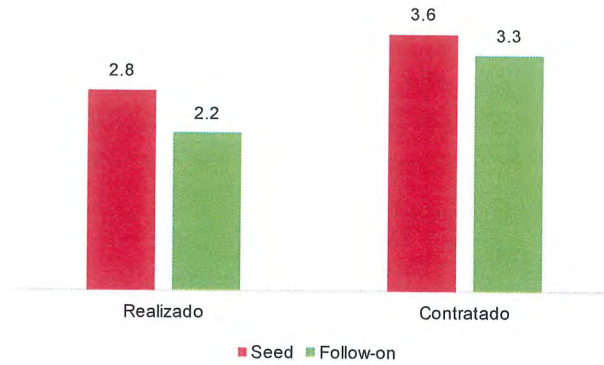
A cooperação com a unidade de Active Portfolio Development proporcionou o acesso aos parceiros da Ignition Partners Network e Ignition Capital Network, bem como aos Centros Internacionais da Portugal Ventures.

Investimento e desinvestimento

Durante o ano de 2015, foram realizados investimentos no valor total de 5,1 M€, dos quais, 2,7 M€ em 5 novas participadas, 2,2 M€ em novos contratos de investimento em follow-on e o remanescente resultante de investimento de tranches anteriormente acordadas em função do cumprimento de milestones (em investimentos na fase seed).

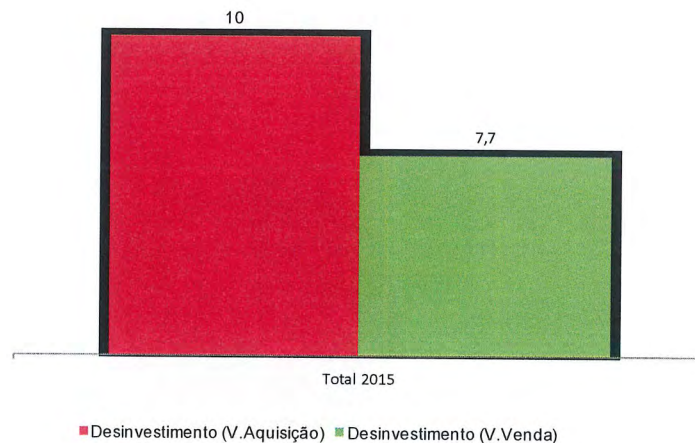
A atividade de investimento da área de T< resultou num total de investimento contratado de 3,6 M€ em 5 novas participadas e a 3,3 M€ de investimento contratado para follow-on em 3 participadas da carteira.

Figura 38: Investimento Total em 2015 – Travel & Leisure Tech (K€)



Quanto ao desinvestimento realizado em 2015, este totalizou a preço de venda 7,7 M€ (10 M€ a custo de aquisição do investimento), correspondente a 8 operações de saída total e 2 operações de saída parcial. As saídas de investimento tiveram como contrapartida 5,6 M€ em dinheiro e o restante a prazo.

Figura 39: Desinvestimento em 2015 – Travel & Leisure Tech (M€)



Travel & Leisure Tech: deal flow e investimento contratado em 2015

- Projetos em Deal Flow analisados: 37
- Novos dossiês de investimento contratados: 8
- Investimento de capital de risco contratado: 6,9 M€
- Número de participadas envolvidas: 8 (novas: 5)
- Operações de desinvestimento contratadas: 10
- Atividade da carteira acompanhada:
 - Emprego: 466 pessoas
 - Volume de negócios: 20,7 M€
 - Exportações: 1,9 M€

Handwritten initials in blue ink: "R" and "R".

5. Atividade Corporativa

Active Portfolio Development

Call For Entrepreneurship

No exercício de 2015, a atividade de geração e processamento de *deal-flow* de novos projetos de investimento foi desenvolvida essencialmente com base nas 4 edições periódicas da Call for Entrepreneurship (10^a à 13^a edição, inclusivé).

Figura 40: Indicadores da Call For Entrepreneurship

# Call	Submissões	Pre-Screening	Expert Screening	Investimentos	Investimentos Acumulados
1 ^a Call	143	99	18	7	7
2 ^a Call	94	55	19	8	15
3 ^a Call	55	35	12	3	18
4 ^a Call	47	31	13	5	23
5 ^a Call	73	42	13	6	29
6 ^a Call	102	55	22	7	36
7 ^a Call	62	32	8	0	36
8 ^a Call	61	45	16	11	47
9 ^a Call	47	37	11	5	52
10 ^a Call	46	37	11	2	WIP
11 ^a Call	59	33	8	2	WIP
12 ^a Call	61	41	12	2	WIP
13 ^a Call	60	20	5	0	WIP

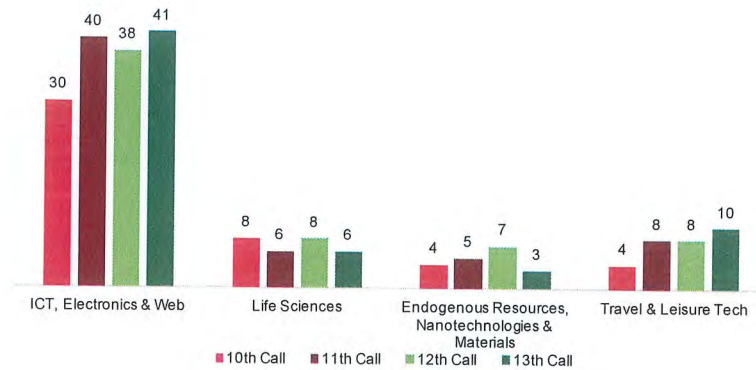
Em 2015 foram submetidos para avaliação 226 projetos que, em conjunto com os projetos das anteriores edições, acumulam 910 projetos submetidos. Dos projetos submetidos, 131 foram considerados com enquadramento e potencial para serem objeto de apreciação pelos painéis de avaliação após a realização de *Pre-Screening* pelas equipas internas de investimento.

Nas 4 edições de 2015 da Call for Entrepreneurship, 36 projetos (28% após *Pre-Screening* ou 16% dos projetos submetidos) obtiveram recomendação de potencial interesse para investimento de capital de risco da parte dos painéis de avaliação constituído por peritos nacionais e internacionais, tendo estes projetos realizado um pitch ao Conselho de Administração da Portugal Ventures. Em termos acumulados, 168 projetos alcançaram esta fase do processo, tendo em consequência sido decidido avançar-se ou não com uma proposta de investimento.

A evolução ao longo das treze edições pode ser apreciada na figura acima.

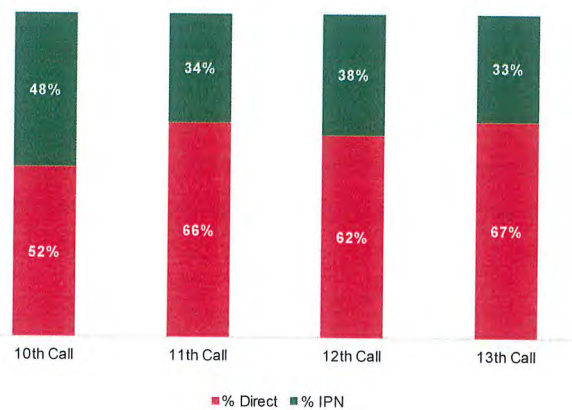
Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including a large 'X' and 'NF'.

Figura 41: Submissão por área de negócio (em número)



Merece especial destaque o facto de ao longo do ano de 2015 terem sido realizados em média cerca de 14 painéis de avaliação por edição da Call for Entrepreneurship, nos quais participaram 175 peritos empresariais e tecnológicos, dos quais mais de 50% residentes no estrangeiro.

Figura 42: Tipo de submissão – IPN ou Direct (%)

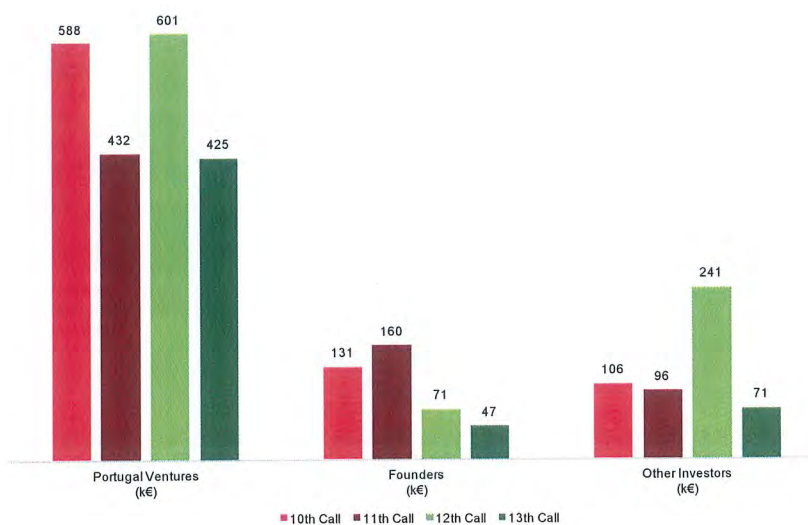


As 226 candidaturas de projetos submetidas para avaliação pela Portugal Ventures em 2015 (85 das quais via *Ignition Partners Network*), representaram um valor potencial de investimento de 167 M€ (42M€ de investimento potencial em média por edição), e com a discriminação setorial referida acima, onde se realça não só que cerca de 66% dos projetos dizem respeito aos setores ICT&E e WEB (149 num total de 226 projetos), mas também que o número de projetos do setor de Travel Tech tem vindo a aumentar sustentadamente.

Em 2015 foram reforçados os processos de cooperação entre a Portugal Ventures e os membros da *Ignition Partners Network*, tendo-se promovido reuniões de trabalho e/ou sessões de dinamização da *Call for Entrepreneurship* com a sua maioria de forma reiterada durante o ano.

O investimento médio por projeto solicitado à Portugal Ventures tem vindo a aumentar desde a primeira edição da *Call for Entrepreneurship*, indiciando a cada vez maior ambição internacional dos respetivos empreendedores e sustentabilidade dos projetos submetidos, como resulta da análise da figura seguinte.

Figura 43: Estrutura do investimento médio solicitado pelos projetos candidatos à Call for Entrepreneurship



O ano 2015 verificou ainda uma expansão significativa da base de peritos avaliadores (crescimento de 23% para 527), com uma predominância para peritos estrangeiros (51%), decorrentes da rede de contactos e relações internacionais.

Investimento através Call For Entrepreneurship

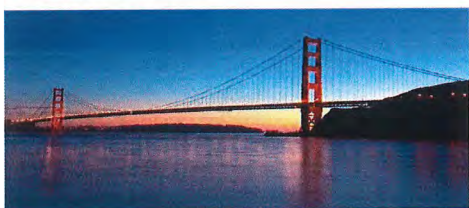
Em 31 de dezembro de 2015 tinham sido já contratados 57 novos projetos gerados através da Call for Entrepreneurship, o que representa aproximadamente uma média de 6% dos projetos submetidos nas edições acumuladas respetivas. Em Janeiro de 2016, foi contratado 1 projeto submetido na décima segunda edição, estando em negociação projetos da décima à décima terceira edição da Call for Entrepreneurship.

Os 57 projetos representaram um investimento global comprometido pela Portugal Ventures de cerca de 33,4M€, sujeitos a tranches contingentes a milestones. Acresce referir ainda que 20 (35%) dos projetos obtiveram investimento sindicado da Portugal Ventures com membros da Ignition Capital Network.

Acceleration & Innovation Hubs in the World

No ano de 2015 destaca-se a abertura do novo centro internacional da Portugal Ventures em Berlim, na Alemanha, bem como o reforço da dinamização dos centros nos EUA em São Francisco e Boston, que verificaram um incremento relevante de atividade em 2015 quer da parte das participadas do portfólio da Portugal Ventures quer de outros parceiros do ecossistema empreendedor Português.

Hub São Francisco



A atividade em S. Francisco expandiu-se em cerca de 25% de participação pelas empresas participadas tendo participado 20 startups nas atividades do acelerador, das quais 4 beneficiaram mais do que uma vez, e com uma permanência média de participada de 10 dias. Do trabalho realizado resultaram mais de 230 reuniões de trabalho com

investidores e corporações, para estabelecimento de potenciais parcerias técnicas e comerciais, das quais cumpre destacar, pela relevância: Facebook; LinkedIn; Symantec; Samsung; Apple; Google; Microsoft; Salesforce; Mozilla; Telefónica Ventures; Google Ventures; Strive Capital; Greylock Partners; Venrock Capital Partners;

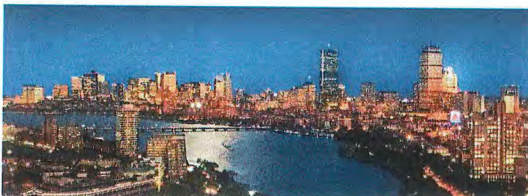
Handwritten signatures and initials in blue ink.

Universal Group; Clearstone Venture Partners; Twitter; Sapphire Ventures; Draper Fisher and Jurvetson; Sony Growth Ventures; Institutional Venture Partners; GE Ventures; Sand Hill Angels.

A atividade do acelerador na área de *business development* com a rede de contactos relevantes locais, permitiu validar e aprimorar conceitos e modelos de negócio, promover o desenvolvimento de negócios e aceder a diversas parcerias estratégicas e de capital. Com efeito, foram feitas mais de 40 reuniões de trabalho com investidores locais e 6 participadas têm em curso planos estruturados de atração de investidores, parceiros e clientes com o apoio da equipa de Active Portfolio Development e do parceiro local. Foi ainda possível, otimizar a presença de participadas em eventos internacionais de referência como o Dreamforce e a CES, nos quais foi possível o reforço e a ampliação das relações com parceiros e clientes de referência.

Adicionalmente, por forma a dinamizar laços de proximidade com o ecossistema de São Francisco, foi realizado um evento com cerca de 20 “*decision makers*” locais no dia 21 de Outubro (reservado às participadas da Portugal Ventures) e as participadas da Portugal Ventures participaram ainda no evento de lançamento da “*West to West*”.

Hub Boston



O “*PV Accelerator in Boston*” em 2015 foi marcado pela necessidade de substituição do parceiro local. Dada a relevância estratégica do ecossistema de Boston para a Portugal Ventures e respectivas participadas, foi iniciado um processo de reestruturação do centro que se espera estar concluído durante o primeiro

semestre de 2016. Sem prejuízo, e com o apoio e rede de contactos diretos da Portugal Ventures, 8 participadas beneficiaram do apoio logístico local, 3 das quais mais do que uma vez e com permanência média superior a 12 dias. 3 participadas têm planos em curso estruturados para atração de investidores, parceiros e clientes. Foram possíveis agendar mais de 80 reuniões com investidores e entidades como a Flybridge Capital Partners, Spark Capital, MassMutual Ventures, Suffolk Equity Partners, Sanofi-Genzyme Investments, Johnson & Johnson, EMC, ZipCar, Massachusetts General Hospital, Menlo Ventures e Healthcare 20/20 Partners. Em particular com este último investidor, estão em curso conversações conducentes a um possível investimento em participadas do setor de Life Sciences.

Hub Berlim



A inauguração oficial do centro no dia 11 de Junho de 2015 contou com a presença de mais de 100 pessoas e organizações de destaque no ecossistema alemão, algo para o qual contribuiu o grande envolvimento de 10 participadas e a dinâmica na preparação. Esta forte dinâmica teve impacto positivo ao nível da credibilidade da Portugal Ventures e

respectivas participadas, o que se repercutiu positivamente nos primeiros contactos de relevo para as participadas dado que entre os presentes nesse evento se encontravam representantes de entidades como: Bertelsmann; Axel Springer; Bayer; IBB; Deutsche Bahn; Henkel; EarlyBird; High-Tech Gründerfonds; Point Nine Capital; Microsoft Ventures; Project A Ventures.

Handwritten initials in blue ink, possibly 'AV' and 'HF'.

Desde a abertura do acelerador, 12 participadas beneficiaram, 4 das quais de forma reiterada, das atividades e rede de contactos proporcionadas, estando nesta fase 5 envolvimentos comerciais estratégicos em curso com grandes empresas locais, como a Wanzl, RWE, Henkel, Lidl, Metro, Motel One, entre outras.

Ainda no âmbito da atividade deste centro, proporcionou-se a presença de participadas em eventos de destaque na Alemanha como a CeBIT e SpitzeBlieben.

Austin

Em acréscimo aos aceleradores próprios, a carteira de participadas beneficiou ainda da parceria estabelecida pela Portugal Ventures com a FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) quanto ao programa de aceleração em Austin Texas com a UTEN/IC2, sendo de destacar o plano de aceleração desenvolvido para a Xhockware.

Portugal Ventures Academy

No âmbito do reforço de capacitação das equipas internas de investimento e dos CEOs da carteira de participadas iniciou-se em 2015 a primeira Edição da Portugal Ventures Academy – um conjunto de 8 sessões organizadas com o objectivo de promover partilha de experiências e *know-how* de peritos internacionais.

As sessões foram organizadas em blocos de 2 dias, com os seguintes temas:

- **Sessão 1&2:** “Business Development & Marketing and Sales Process”
- **Sessão 3&4:** “Team Buildup & Management, planning and building internal reporting”
- **Sessão 5&6:** “International Fundraising & Pitching”
- **Sessão 7&8:** “IP Protection & Preparing and managing an exit process”

Participaram nas sessões em média 50 CEOs ou quadros superiores das participadas, 40 start-ups apresentaram e receberam *mentoring* na resolução de desafios presentes e futuros em questões estratégicas de 30 peritos internacionais que interviam enquanto oradores e mentores, alguns dos quais representantes de entidades de destaque internacionais como a Salesforce, Orrick Herrington & Sutcliffe, PriceWaterhouseCoopers, GP Bullhound, WeDo Technologies, Healthcare 2020 Partners e a University of Cambridge. Uma média de **88% dos participantes** classificou a PV Academy como boa ou excelente como plataforma de networking e de aprendizagem.

Investors Forum

Em 2015 promoveu-se a segunda edição do *Investors Forum* em coordenação com a APBIO, com forte presença de investidores internacionais (EUA, UK, Alemanha, França, Suíça e Japão). Dos 18 presentes, cumpre destacar: Samsung Investments; Astrazeneca; Cartagena Capital; Index Ventures; MIC-AG; Hamamatsu New Investments; Clearstone Venture Partners; Beacon Capital; High-Tech Gunderfonds; Merck Serono Ventures.

Considerando as características das empresas e dos investidores internacionais presentes a dinâmica do evento centrou-se em 3 sessões em paralelo para investidores internacionais onde 41 empresas fizeram pitch (20 de Technology, 14 de Life Sciences e 7 de Travel e Engineering).

Fusões & Aquisições

A área de Fusões & Aquisições prosseguiu em 2015 com o Plano Estratégico de Desinvestimento de Participadas da Portugal Ventures, incluindo as empresas que cumpriam os seguintes critérios:

- Critério 1: maturidade superior a 10 anos (limite legal estabelecido na Lei nº 18/2015, de 4 de março, que aprova o regime jurídico do capital de risco);
- Critério 2: maturidade superior a 6 e inferior a 10 anos;
- Critério 3: valorização nula do capital/equity.

Desde que foi constituída esta unidade de assessoria e até final de 2015 foi concluída a alienação total do capital de 74 participadas, das quais 43 integrantes do referido Plano de Desinvestimento. É de realçar que em 2015 foi possível concluir a alienação total da carteira de ativos com valor nulo e sem potencial de recuperação, o que não só diminui os custos de gestão mas também permite dispor de uma carteira de ativos mais jovem e com maior potencial de crescimento. Com efeito, como apresentado neste relatório e contas no capítulo referente à caracterização dos ativos, 55% das empresas participadas tem idade inferior a 3 anos, o que representa uma clara inversão na maturidade da carteira sob gestão da Portugal Ventures face a anos anteriores.

Operações e Sistemas de Informação

Durante o ano de 2015 foi realizado um esforço no acompanhamento do cumprimento das obrigações dos fundos e na regularização de todos os processos que resultaram da implementação das fusões de fundos, iniciadas durante o ano de 2013 e que se prolongaram por 2014/2015. O projeto de racionalização da carteira de fundos, iniciado em 2014, foi finalizado e criado um novo fundo para investimento em ativos de *Venture Capital* (em resultado da cisão do FCR Portugal Ventures GPI) ficando a Sociedade com a gestão de 17 fundos de capital de risco.

No que diz respeito à área de **Sistemas de Informação**, em 2014/2015 implementou-se o projeto da *intranet* da Portugal Ventures – **Navigator** – que é um sistema de informação integrado para uso interno e externo (pelos principais *stakeholders*) e que suporta, numa plataforma integrada, todos os processos de negócio e de suporte da empresa e dos fundos por ela geridos.

Em 2015 foi publicado o Manual de Procedimentos da Portugal Ventures que agrega e descreve todos os processos implementados no Sistema Navigator, por forma a assegurar a continuidade da qualidade da informação residente no sistema e a adequabilidade operacional dos procedimentos, pelo envolvimento e responsabilização dos utilizadores e, em particular, das direções de todas as áreas funcionais da Sociedade.

General Counsel

Em 2015 a Área Jurídica garantiu o tratamento de todos os assuntos jurídicos da Sociedade e dos fundos sob gestão. Neste âmbito, deu-se apoio às operações de investimento e de desinvestimento e, em geral, à contratualização de todos os negócios celebrados pela Portugal Ventures.

Seguindo a prática habitual, foram tratados com recurso a advogados externos todos os processos de contencioso a customização dos contratos celebrados no âmbito da Call for Entrepreneurship e do + Inovação + Indústria e outros assuntos específicos que requereram o apoio de consulta jurídica externa.

Controlo de Risco

Esta área criada em 2015 iniciou a sua atividade pela elaboração dos regulamentos e procedimentos aplicáveis à sociedade, e pela definição de uma matriz de risco na decisão de investimento, no sentido de permitir a efetiva supervisão autónoma e independente, através da auditoria organizacional e processual interna, conducentes à identificação, minimização, gestão e controlo dos riscos relevantes à atividade.

Comunicação e Parcerias

A Portugal Ventures tem vindo a prosseguir uma política de comunicação, gerando visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo e da opinião pública em geral, com vista a geração de deal flow de projetos crescentemente qualificados, ao aumento da notoriedade das suas participadas e a criação de empatia com a sociedade, contribuindo assim para o desenvolvimento do ecossistema Português de empreendedorismo.

Neste quadro, em 2015, dinamizou-se de forma intensa o website (www.portugalventures.pt) e a presença nas redes sociais Facebook, Twitter e LinkedIn, gerando uma forte dinâmica de interação com todos os que contactam regularmente a Portugal Ventures e criando um espaço aberto de participação do ecossistema de empreendedorismo, não só nacional mas também internacional.

Adicionalmente, durante o ano, promoveram-se quatro grandes eventos: o 3rd Portugal Ventures Day, o 2st Portugal International Investors Forum, o Portugal Ventures in Berlin e o West to West – Bridging Portugal and Silicon Valley.

O 3rd Portugal Ventures Day é uma ação de regularidade anual com os seguintes objetivos:

- Contribuir para a abertura internacional do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, trazendo a Portugal algumas individualidades e investidores de referência mundial e dando-lhes a conhecer uma nova realidade do país;
- Aumentar a visibilidade da atividade da Portugal Ventures, do seu Programa de Ignição e dos seus parceiros Ignition Partners Network e Ignition Capital Network, bem como das suas participadas objeto de investimento no decorrer das edições periódicas da Call For Entrepreneurship;
- Aumentar igualmente a visibilidade da nova iniciativa da Portugal Ventures, o Programa +Inovação +Indústria, e dos seus Parceiros bem como das suas participadas alvo de investimento;
- Reconhecer e aplaudir as empresas da vasta carteira de participadas, que atingiram níveis superiores de desenvolvimento, solidez financeira, expansão internacional e inovação de produtos e serviços, criando sólidos e duradouros fatores de impacto económico e social.

No terceiro Portugal Ventures Day realizado no Teatro Camões estiveram presentes cerca de 600 participantes, tendo a avaliação sido muito positiva: 65% (64% em 2014) dos participantes consideraram o evento muito bom ou excelente e 73% (58% em 2014) consideraram a qualidade dos oradores como muito bom ou excelente.

O 2nd Portugal International Investors Forum foi realizado em setembro em parceria com a P-Bio, em Lisboa no Hotel Myriad. Este evento teve como objetivo apresentar um conjunto de empresas portuguesas da área de Technology, Life Sciences & Med Tech, Engineering & Manufacturing e Travel & Leisure Tech a um conjunto de investidores nacionais e internacionais. Estiveram presentes 41 empresas e cerca de 160 participantes.

O Portugal Ventures in Berlin, realizado em Berlim, visou a inauguração do novo *hub* da Portugal Ventures com a apresentação de participadas ao ecossistema local, o reforço da rede global de contactos e ainda a realização de reuniões one-to-one entre as participadas e investidores locais. Estiveram presentes cerca de 150 participantes.

O West to West – Bridging Portugal and Silicon Valley, o nosso segundo evento realizado em São Francisco, contou com a parceria com a Startup Braga e a West to West, e teve como objetivo renovar a rede de contactos e apresentar novas participadas da Portugal Ventures ao ecossistema. Adicionalmente, a West to West, organização que reúne os portugueses residentes em S. Francisco, anunciou neste evento a sua criação. Estiveram presentes 6 participadas da Portugal Ventures e 5 da Startup Braga e cerca de 140 participantes.



Para além destes eventos promovidos pela Portugal Ventures, assegurou-se também a representação da Portugal Ventures no Websummit através de um stand localizado no Main Hall (entrada principal do evento), com o objetivo de sinalizar a aposta de Portugal no evento, divulgar o ecossistema português, apoiar as empresas portuguesas, funcionando assim como âncora do ecossistema português. Houve uma forte procura dos participantes internacionais em conhecer mais a realidade portuguesa e a capacidade de investimento da Portugal Ventures. Nos 3 dias foram estabelecidos mais de 100 contactos.

Num âmbito mais lato, tendo por alvo o público em geral, a Portugal Ventures promoveu largamente as suas atividades, com especial foco no seu Programa de Ignição e Programa +Inovação +Indústria, através da divulgação de comunicados de imprensa aos órgãos de comunicação social nacional e internacional, onde se obteve uma cobertura significativa.

Abaixo apresentamos os principais indicadores da atividade da área da comunicação a 31 de Dezembro de 2015:

Figura 44: Indicadores da área da comunicação

	2013	2014	2015
Total de Visitas ao Website	98.108	112.215	74.994
N.º de pessoas Registadas na Newsletter/Mailing List	4.700	7.720	8.800
N.º de Gostos no Facebook	874	1.857	2.985
N.º de Seguidores no Twitter	0	311	1.153
N.º de Seguidores no LinkedIn	0	0	941
N.º de Eventos Organizados	2	3	4
N.º de Pessoas Presentes nos Eventos	770	900	1050

Apesar de uma diminuição no número total de visitas ao website, registamos um aumento significativo no tráfico proveniente dos Estados Unidos da América, e Europa Central. As redes sociais mantiveram o seu crescimento e em junho de 2015 criámos o perfil de LinkedIn da Portugal Ventures.

No primeiro trimestre de 2015, a área de Comunicação terminou o processo de renovação do seu website.

Administrativa, Financeira & Recursos Humanos

Na área Financeira, ao longo do ano 2015, continuou-se o trabalho de racionalização, uniformização e melhoria de processos e da qualidade da informação na Sociedade e nos Fundos de Capital de Risco por si geridos, sendo de realçar as seguintes atividades:

- Cumprimento de todas as Obrigações Contabilísticas e Fiscais referentes aos exercícios de 2014 e 2015;
- Consolidação do Modelo de Controlo de Gestão por Unidade de Negócio;
- Melhoria contínua do modelo de informação de suporte à gestão;
- Operação de cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures GPI.

Proseguiu-se o objetivo de garantir a maximização dos rendimentos derivados da gestão dos meios líquidos de tesouraria, quer da Portugal Ventures, quer dos fundos de capital de risco por si geridos, com o menor risco possível. A política de aplicação de valores monetários disponíveis encontra-se definida no “Regulamento interno de aplicação dos excedentes de tesouraria da Sociedade e dos FCRs por si administrados”.

Considerando as restrições à contratação de novos colaboradores no Setor Empresarial do Estado, e tendo em conta o incremento considerável da atividade da Sociedade, a Portugal Ventures tem vindo a prosseguir uma política ativa de Estágios, apoiados ao abrigo dos programas do IEFP, estando a ser realizadas todas as diligências no sentido de se manter em 2016.

No decurso do ano 2015 procedeu-se à revisão do Manual de Recursos Humanos da Portugal Ventures, que inclui o Manual de Políticas e Procedimentos de Recursos Humanos e também o Manual de Funções.

6. Evolução Financeira / Análise às Contas

O Balanço e a Demonstração de Resultados da Portugal Ventures, bem como as respetivas Notas explicativas, nos termos definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), adotado pela Sociedade a partir do dia 1 de janeiro de 2010, com exceção das especificidades que se prendem com a natureza da atividade de capital de risco mencionadas no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores mobiliários nº 12/2005 – Contabilidade das Sociedades e Fundos de Capital de Risco, são apresentados na Parte III deste Relatório.

Análise do Resultado em 2015

O Resultado Líquido da atividade da Portugal Ventures no exercício de 2015 traduziu-se no valor positivo de 3.069 mil euros, correspondendo a um grau de realização de 464% do valor orçamentado (mais 2.407 mil euros), justificado pelo aumento de justo valor potencial dos ativos que integram a carteira de capital de risco da Sociedade (1.028 mil euros), pelo ganho obtido com o encerramento do processo judicial de execução contra uma então participada com desfecho favorável à Sociedade e consequente extinção do processo que se tinha registado no passivo (932 mil euros) e pela não concretização de gastos estimados ao nível da rubrica de Fornecimento e Serviços Externos (505 mil euros).

Figura 45: Demonstração de Resultados da Portugal Ventures em 2015 [EUR]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PORTUGAL VENTURES - 31.12.2015					
Rubrica	2015			Execução Homóloga 2014	
	Execução	Orçamento	Variação	2014	Variação 2015/2014
	(A)	(B)	(C) = (A)-(B)	(D)	(E) = (A)-(D)
Vendas e Serviços Prestados	5.433.681	5.623.612	- 189.931	5.609.776	- 176.095
Subsídios à Exploração	10.557	44.908	- 34.350	19.390	- 8.832
Ganhos e Perdas imputadas de Subs., associadas e emp. Conjuntos	3	-	3	- 93.612	93.615
Fornecimentos e Serviços Externos	- 1.685.376	- 2.190.025	504.649	- 1.799.840	114.464
Gastos com Pessoal	- 2.172.965	- 2.333.060	160.095	- 2.120.579	- 52.386
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	117.546	-	117.546	- 99.029	216.575
Imparid. de Investimentos não Depreciáveis/Amort. (perdas/reversões)	-	-	-	23.364	- 23.364
Aumentos/Reduções de Justo Valor	1.028.129	-	1.028.129	- 1.135.661	2.163.790
Outros Rendimentos e Ganhos	1.001.301	-	1.001.301	104.792	896.509
Outros Gastos e Perdas	- 48.250	- 33.812	- 14.438	- 95.001	46.752
Resultado antes de depreciações, gastos de financiam. e impostos (EBITDA)	3.684.625	1.111.623	2.573.003	413.598	3.271.027
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 235.402	- 272.623	37.221	- 190.286	- 45.117
Resultado operacional antes de gastos de financiam. e impostos	3.449.223	838.999	2.610.224	223.312	3.225.911
Juros e rendimentos similares	194.649	123.076	71.573	832.908	- 638.259
Juros e gastos suportados	- 395	- 436	41	- 2.350	1.955
Resultado antes Impostos	3.643.477	961.639	2.681.837	1.053.870	2.589.607
Imposto sobre o rendimento do período	- 574.449	- 300.000	- 274.449	- 820.265	245.815
Resultado líquido do período	3.069.027	661.639	2.407.388	233.605	2.835.422

O movimento ocorrido na carteira de ativos de capital de risco encontra-se referenciado na Nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, refletindo os resultados da avaliação da carteira de participações financeiras de acordo com o definido no Regulamento da CMVM nº 3/2015, bem como o movimento das aquisições e alienações das participações financeiras.

Rendimentos

A rubrica de Vendas e Serviços Prestados, com o valor de 5.434 mil euros, engloba 5.409 mil euros de comissões de gestão, resultantes do facto da Portugal Ventures ser a sociedade gestora de dezassete Fundos de Capital de Risco (FCR) à data de 31 de dezembro de 2015, bem como 25 mil euros de serviços prestados às empresas por si administradas.

A redução de valores face ao orçamento (190 mil euros) justifica-se pela diminuição das comissões de gestão dos FCR, que refletem, (i) a concretização do aumento de capital do FCR Global 2 em maio de 2015 quando tinha sido estimado para o início de 2015, (ii) o menor valor do capital do FCR Portugal Global Ventures I, (iii) a não concretização das operações de capital de risco orçamentados ao nível dos fundos com componente de financiamento Compete/FINOVA, tendo contribuído positivamente o facto de Portugal Ventures ter continuado a ser sociedade gestora dos FCR GPI e Turismo.

Os Subsídios à Exploração traduzem o valor recebido do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito dos contratos de estágio celebrados ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEFP e que têm uma duração de um ano.

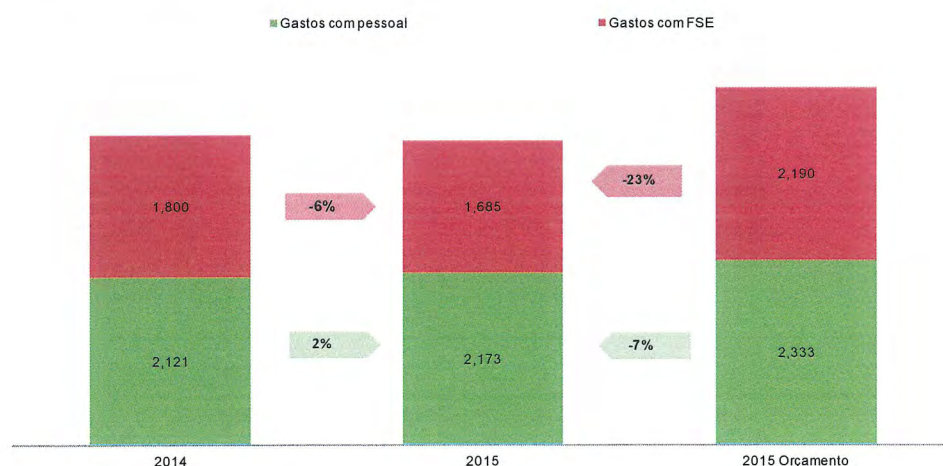
No valor apresentado de Outros Rendimentos e Ganhos, importa realçar o ganho obtido com o encerramento do processo judicial de execução contra uma então participada com desfecho favorável à Sociedade e consequente extinção do processo que se tinha registado no passivo, no valor global de 932 mil euros.

Os Juros e Rendimentos similares obtidos correspondem aos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, bem como aos juros provenientes da venda de participações com pagamento diferido. A variação face ao período homólogo de 2014 justifica-se pela redução verificada na taxa de juro real dos depósitos a prazo conjugada com uma menor liquidez de tesouraria (realização de 15 milhões de euros no capital dos FCR).

Gastos

A Portugal Ventures continuou, no decurso do exercício de 2015, a fazer uma gestão eficiente e criteriosa aos nível dos recursos disponíveis, mantendo uma política de contenção de gastos correntes, que se refletiu nos valores registados nas respetivas rubricas de gastos.

Figura 46: Gastos de estrutura e de funcionamento da Portugal Ventures em 2015 [K EUR]



Como consequência dessas medidas e apesar do incremento da atividade desenvolvida pela Sociedade, os gastos de estrutura e de funcionamento propriamente ditos (fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal), em 2015, traduzem um desvio favorável de 665 mil euros face ao orçamento e de 62 mil euros face ao período homólogo de 2014.

Ao nível dos Gastos com Pessoal, os valores refletem a não atribuição de prémios de desempenho aos colaboradores, a manutenção da redução das remunerações base dos Administradores resultantes da aplicação do disposto nas Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, a redução das remunerações dos membros dos órgãos sociais e dos colaboradores com a reversão remuneratória em conformidade com o disposto na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro.

A rubrica Outros gastos e perdas regista os valores dos impostos, das taxas da CMVM da Sociedade, das quotizações, da comissão do banco depositário de um dos FCRs por si geridos e das diferenças de câmbio desfavorável.

O resultado líquido positivo das avaliações da carteira de ativos de capital de risco efetuada a 30 de junho e 31 de dezembro de 2015, no valor global de 1.146 mil euros, foi registado nas respetivas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilística e do Regulamento da CMVM nº 3/2015 e refletem na sua maioria o ganho de valor potencial das unidades de participação detidas no capital de FCRs.

Análise do Balanço em 31 de dezembro de 2015

Figura 47: Estrutura de balanço da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2015 [K EUR]



[Handwritten signatures in black, blue, and red ink]

Ativo

Em 31 de dezembro de 2015, o total do ativo da Portugal Ventures ascendia a 50,2 milhões de euros, sendo financiado em 97% por Capitais Próprios.

Quando se analisa a decomposição do Ativo, 64% corresponde à carteira de investimentos financeiros, que inclui o valor das unidades de participação dos FCR Portugal Ventures Global 2, Finicia, ACTEC II, FIAEA, Indústrias Criativas, Early Stage, Universitas, Biocant, GPI, Internacionalização, Global I e do Critical Ventures I - FCR ; 26% a Depósitos e Aplicações Financeiras de elevada liquidez; 8% a Clientes e Outras Contas a Receber e 2% a Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis.

A Portugal Ventures aplica a sua liquidez adotando uma política conservadora, em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, privilegiando operações de curto prazo e baixo risco, contribuindo assim para a preservação do valor investido pelos acionistas. Os Depósitos e Aplicações Financeiras registavam o montante de 13 milhões de euros a 31 de dezembro de 2015, representando um decréscimo de 14,6 milhões de euros face a 2014 justificado pela aplicação de 15 milhões de euros na realização de capital de seis Fundos de Capital de Risco, cinco dos quais geridos pela Sociedade.

No que concerne à atividade de investimento direto em participações societárias prosseguida pela Sociedade no decurso do exercício de 2015, a carteira de participações registou um incremento de investimento no valor de 12,4 milhões de euros, correspondente à subscrição de unidades de participação representativas do aumento de capital do fundo FCR Global 2 (10,7 milhões de euros), à aquisição de unidades de participação do FCR GPI e do FCR Portugal Global Ventures I (1,6 milhões de euros em resultado da operação de cisão do FCR GPI).

Os desinvestimentos financeiros ascenderam a 6,7 milhões de euros, valorizados a custo de aquisição, referindo-se às operações de alienação de capital e suprimentos detidos em seis empresas, ao abate ao ativo do valor investido numa empresa e ao desinvestimento em unidades de participação (uma das operações resultante da mencionada cisão do FCR GPI).

Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2015, a Sociedade procedeu à avaliação da sua carteira de participações de ativos de capital de risco, de acordo com o regulamento interno de avaliação, registando-se o respetivo impacto da avaliação na contabilidade nas contas definidas no normativo do Sistema de Normalização Contabilístico.

A rubrica de Clientes regista o valor de 2,6 milhões de euros, dos quais 2,5 milhões de euros respeitam ao valor das comissões de gestão faturadas pela Sociedade, na sua qualidade de sociedade gestora, tendo no primeiro mês do exercício de 2016 sido recebido o montante de 2,3 milhões de euros.

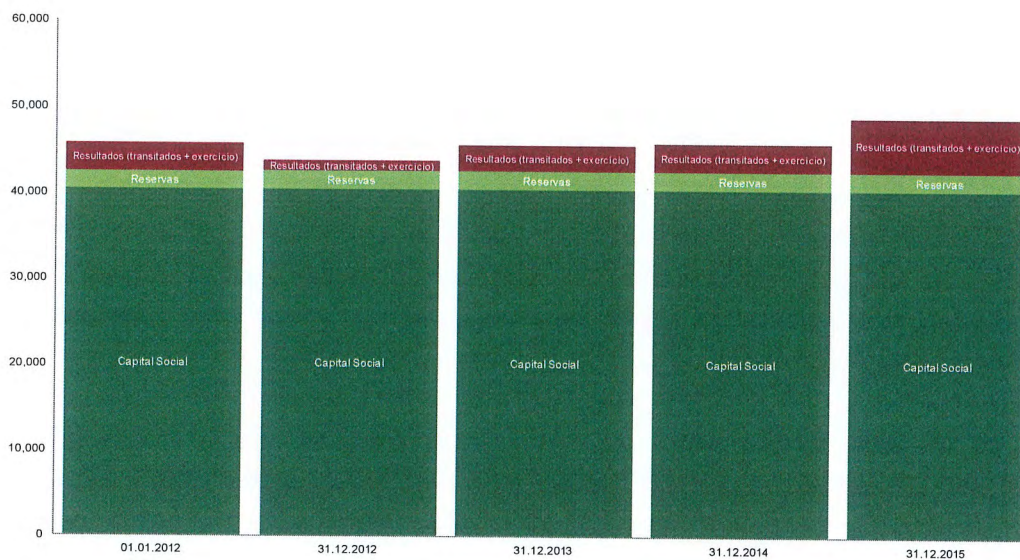
Passivo

O Passivo da Portugal Ventures ascende a 1,3 milhões de euros, correspondendo 98% ao valor das dívidas a terceiros e 2% ao montante de passivos por impostos diferidos. A diminuição do valor apresentado no Passivo, 1,3 milhões de euros em 2015 contra 6,3 milhões de euros no ano de 2014, é justificado essencialmente pela realização do capital subscrito em cinco Fundos de Capital de Risco, quatro dos quais constituídos em 2011 no âmbito do programa COMPETE.

Capitais Próprios

No final do exercício de 2015, a Portugal Ventures apresenta capitais próprios no valor de 49 milhões de euros, representando 121% do valor do seu capital subscrito e realizado (40,4 M€).

Figura 48: Evolução dos Capitais Próprios da Portugal Ventures 2011 - 2015 [K EUR]



Handwritten initials in black, blue, and red ink.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo apurado no exercício de 2015, no valor de 3.069.027,27 euros (três milhões, sessenta nove mil, vinte e sete euros e vinte e sete cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais	€ 153.451,36
Resultados Transitados	€ <u>2.915.575,91</u>
Total	€ <u>3.069.027,27</u>

Sendo aprovada esta proposta, os Capitais Próprios passarão a apresentar os seguintes valores:

Capital Social	€ 40.412.650,00
Reservas Legais	€ 987.723,95
Outras Reservas	€ 1.468.166,81
Resultados Transitados	€ 5.989.263,25
Excedentes de Revalorização	€ <u>119.155,93</u>
TOTAL	€ <u>48.976.959,94</u>

8. Factos Subsequentes

O Conselho de Administração declara que, à data do encerramento das contas, a Sociedade não tem dívidas em mora à Segurança Social, ao Estado e a Outros Entes Públicos.

As demonstrações financeiras foram emitidas em 17 de março de 2016.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2015 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2015.



9. Perspetivas para 2016

Em linha com a missão da Portugal Ventures, os principais objetivos para o triénio 2016-2018 são os seguintes:

- i. Prossecução da política de investimento em startups Portuguesas.
- ii. Desenvolvimento e internacionalização das participadas.
- iii. Desenvolvimento e promoção internacional do ecossistema empreendedor Português.
- iv. Promoção da rotação das carteiras de *Private Equity* e *Venture Capital*.

Neste âmbito, e considerando o enquadramento estratégico definido, prevê-se a seguinte evolução do número de empresas participadas na carteira de venture capital e private equity:

Figura 49: Evolução do número de participadas em carteira – Venture Capital e Private Equity

	2014 Real	2015 Real	2016 Estimativa	2017 Estimativa	2018 Estimativa
N.º Participadas VC	85	93	116	140	160
N.º Participadas PE	66	31	23	13	4

Para atingir estes objetivos, necessários para a manutenção da dinâmica gerada no ecossistema de empreendedorismo nacional, a Portugal Ventures centrará a sua atividade em 2016 nos seguintes principais vetores de atuação:

- Reforço do capital dos fundos sob gestão para fazer face às necessidades de investimento em novas startups (com origem na *Call for Entrepreneurship* e no Programa “+Inovação + Indústria”), aos investimentos de Follow-on e ao acompanhamento de Series A das empresas já participadas;
- Continuação da atuação pró-ativa na geração de *deal flow*, quer através da “*Call For Entrepreneurship*”, quer através do Programa “+Inovação + Indústria”, visando a identificação, seleção e investimento em projetos com critérios crescentemente seletivos de qualidade, competitividade e ambição global.
- Reforço da rede global de contactos e aconselhamento estratégico internacional que contribuam para a criação de valor e para o desenvolvimento das startups de base tecnológica, nomeadamente através da participação de membros internacionais em Conselhos de Administração e da constituição de Conselhos Consultivos internacionais;
- Reforço do Conselho Consultivo Internacional da Portugal Ventures, como elemento indutor das melhores práticas internacionais e facilitador de contactos internacionais;
- Dotação da Portugal Ventures com os meios humanos, materiais e logísticos necessários ao desenvolvimento e crescimento da sua atividade, para fazer face ao crescimento de cerca de 30 novas participadas por ano;
- Internalização das melhores práticas internacionais de acompanhamento e valorização das participadas, reforçando o acompanhamento de proximidade e a intervenção junto das mesmas, bem com os meios humanos afetos, apoiando o seu rápido desenvolvimento e criação de valor, nomeadamente pela incorporação de Executive-in-residence (EIR) com vista a dotar as startup’s de maior conhecimento e apoiar os empreendedores nos desafios de crescimento das suas empresas e levantamento de capital internacional;
- Expansão da rede de centros internacionais (Acceleration & Innovation Hubs in the World) através da sua extensão a Londres, e possivelmente à Ásia, mantendo a atual presença nos Estados Unidos, em Boston, São Francisco e Austin, neste último caso em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, e ainda o centro de Berlim;

- Continuação do programa da Portugal Ventures Academy para a realização de um vasto programa de ações de formação e capacitação das equipas de gestão das startups, em particular dos seus CEOs, visando a transmissão de conhecimentos e experiências essenciais ao desenvolvimento, acelerado crescimento e globalização das empresas e possibilitando também um mais próximo conhecimento das melhores práticas internacionais;
- Estímulo ao co-investimento com entidades privadas, com base em modelos de partilha de mais-valias como incentivo à tomada de risco, sem lhes mitigar, no essencial, a captura dos potenciais upsides nas operações de desinvestimento;
- Desenvolvimento proativo de operações de desinvestimento nas carteiras de ativos de Private Equity, e em participadas de Venture Capital com elevado estágio de maturidade, com o objetivo de reduzir a maturidade média da carteira e promover a geração de liquidez para reinvestimento em novos projetos de Venture Capital;
- Continuação e aprofundamento do desenvolvimento do sistema integrado de informação (Navigator), devidamente enquadrado por um detalhado Manual de Procedimentos, como ferramenta indispensável de suporte a toda a atividade da sociedade, dos fundos sob gestão e respetivas participadas;
- Reforço do investimento de promoção e dinamização do ecossistema Português, da Portugal Ventures e das suas empresas participada, através da organização de eventos, devidamente estruturados e orientados, para a promoção das participadas geridas pela Portugal Ventures junto de investidores internacionais, com os objetivos de aumentar a visibilidade internacional da atividade de capital de risco nacional, para a emergência de startups globalmente competitivas e para eventual captação de capital para subseqüentes rondas de investimento; em particular, a Portugal Ventures deverá ser um player ativo em eventos de relevo do setor, nomeadamente nas Web Summit a realizar em Lisboa entre 2016 e 2018;
- Reforço do processo de análise e tomada de decisão em novas rondas de levantamento de capital (Follow-on Investments), destinado exclusivamente a participadas da Portugal Ventures, com o recurso a comités de investimento compostos por especialistas internacionais com um conhecimento global das indústrias e domínios tecnológicos relevantes;
- Acompanhamento de series A internacionais de empresas investidas da Portugal Ventures, bem como de outras startup's nacionais que acedam a essas rondas e nos apresentem oportunidades de investimento.

Assessoria ao Conselho de Administração: Fusões e Aquisições

Em 2016, a área de Fusões e Aquisições prosseguirá as atividades que justificaram a sua autonomização no segundo semestre de 2013. A esta área de assessoria ao Conselho de Administração foi atribuída a responsabilidade pela definição e operacionalização de estratégias de desinvestimento orientadas à recuperação do valor investido.

A atividade prevista para 2016 centrar-se-á na:

- Revisão e atualização do Plano Estratégico de Desinvestimento de Participadas da Portugal Ventures, tendo em vista a execução registada em 2015 e a possível redefinição dos critérios de desinvestimento subjacentes;
- Execução do Plano de Desinvestimentos que inclui, entre outras, as seguintes atividades:
 - Dinamização de processos competitivos para alienação de participadas detidas nas carteiras de fundos geridos pela Sociedade;
 - Participação nas reuniões de negociações com promotores, potenciais compradores e consultores/intermediários financeiros;

- Acompanhamento da preparação de informação sobre as participadas em processo de desinvestimento a apresentar a potenciais investidores, em articulação com os responsáveis e gestores das unidades de negócio envolvidas;
- Acompanhamento dos processos de *Due Diligence* no âmbito dos processos de alienação;
- Acompanhamento das negociações e articulação com a Área Jurídica no âmbito das minutas de contratos a celebrar;
- Acompanhamento de contratos de venda com pagamentos diferidos no tempo e sujeitos à verificação de condições que assegurem o efetivo recebimento dos valores contratualmente devidos.

Engineering & Manufacturing

Os principais objetivos para o ano de 2016 da unidade de negócio *Engineering & Manufacturing* (E&M) são os seguintes:

- Promover a realização de novos investimentos de *venture capital*, originados na *Call for Entrepreneurship* e, muito em especial, no Programa +Inovação +Indústria;
- Dinamizar, ajustar e consolidar o Programa +Inovação+Indústria;
- Proceder a um acompanhamento de proximidade às novas participadas, no sentido do seu rápido desenvolvimento, *fit to market*, sustentabilidade e criação de valor;
- Enquanto for sua competência, gerir os ativos e promover o desinvestimento na carteira de *Private Equity*, em estreita colaboração com a área de M&A e tendo sempre presente a criação de valor para os fundos sob gestão da Portugal Ventures.

Dada a relevância da geração de *deal flow* na área de E&M, será prioridade desta unidade de negócio promover, dinamizar e operacionalizar, em articulação com outras unidades relevantes da Portugal Ventures, o Programa +Inovação +Indústria, em especial ao nível de:

- Após cerca de 1 ano de existência do Programa, balanço e proposta de melhorias do *focus* e *target* do programa, alinhado com o que sejam os objectivos estratégicos da Portugal Ventures e a receptividade do mercado e do ecossistema ao mesmo.
- Lançamento periódico de “chamadas” (calls) de projetos, com a expectativa de geração de *deal flow* e criação de massa crítica que possibilite a seleção de novos projetos inovadores com impacto nos setores industriais tradicionais da nossa economia, originados no sistema científico e tecnológico nacional e/ou no tecido industrial (p.e. spin-offs) e que permitam a emergência de novas empresas;
- Consolidação e alargamento da rede de peritos, em especial e agora com claro enfoque em peritos internacionais, no âmbito dos processos de avaliação dos projetos em painéis de avaliação multidisciplinares;
- Dinamização e alargamento da *Rede de Parceiros +Inovação +Indústria*, envolvendo a cooperação com centros tecnológicos, polos de competitividade, entidades relevantes do sistema científico e tecnológico nacional, incubadoras, associações setoriais / empresariais / regionais e nacionais e desenvolvendo instrumentos de incentivo alinhados.
- Alargamento da *Rede de Capital +Inovação +Indústria* para estímulo ao co-investimento.
- Crescente acesso das novas empresas aos centros internacionais de inovação e aceleração, através dos centros já constituídos ou em desenvolvimento pela Portugal Ventures, em especial aqueles que se inserem em ambientes de base industrial estimulantes e dinâmicos.

Life Sciences & MedTech

O investimento em unidade de negócio *Life Sciences & MedTech* (LS&M) é alimentado inicialmente pela *Call for Entrepreneurship* mas, com a maturação dos primeiros investimentos realizados, várias participadas começam a apresentar necessidades de novas rondas de financiamento. Tem vindo a ser desenvolvido um trabalho sistemático para levantamento de rounds de financiamento a nível internacional, de acordo com os objetivos assumidos de desenvolvimento do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica. Entretanto, em vários casos, tem vindo a verificar-se a necessidade de extensão do runway das participadas, até ao momento em que lhes seja possível assegurar o financiamento naqueles termos, pelo que foi sendo apreciado pontualmente o investimento follow-on nessas empresas, com recurso a comités de investimento com a participação de peritos internacionais, dada a exigência de rigor e seletividade na decisão subjacente.

Em contexto de acompanhamento, são procurados *benchmarks* setoriais e a transposição para as participadas das melhores práticas internacionais. O trabalho próximo com os centros internacionais da Portugal Ventures, bem como outros contactos que vão sendo desenvolvidos, contribuem naturalmente para estes objetivos. Para além da execução orçamental e da governação em geral, o foco da intervenção no acompanhamento de participadas é a execução do *roadmap* de desenvolvimento de produtos e/ou serviços e, sempre que oportuno e necessário, uma atitude de *challenge* das equipas de gestão, sobretudo no que se refere à agressividade que é necessário imprimir para a exposição de produtos e serviços no mercado mundial.

Por outro lado, incentivam-se as participadas no sentido de adotarem as melhores práticas internacionais na constituição de *Advisory Boards* e de recrutamento de *Independent Board Members*, que lhes propiciem conhecimento específico e contactos relevantes e contribuam assim para uma maior notoriedade e credibilização dos projetos junto de investidores internacionais.

Considerando o estágio de maturidade da carteira de participadas, perspetiva-se para 2016 a celebração das primeiras Series A lideradas por investidores internacionais e, eventualmente, uma operação de *trade sale* realizada segundo as melhores práticas internacionais e nos mercados mundiais.

Technology

Os principais objetivos para o ano de 2016 da unidade de negócio Technology são os seguintes:

- Acompanhar as participações com recurso ao reforço da equipa de gestores internos e externos e apoiar ativamente na identificação de *key people*, *Advisors* e *Independent Board Members*, de preferência internacionais;
- Iniciar com antecipação o processo de eventual reforço de investimento e de novas rondas de capital, promovendo a dinamização de processos internos de decisão de *Follow-On Investment Committees* com a intervenção de investidores e especialistas internacionais especialmente convidados e a realização de sessões de *one-to-one meetings* com investidores;
- Promover a identificação e contratação de especialistas de experiência relevante que possam desempenhar funções de Executive-in-Residence, apoiando diretamente no acompanhamento e desenvolvimento de empresas do portefólio e na apreciação de oportunidades de investimento;
- Dinamizar eventos informais (PV Tech Meetup) ao final do dia entre participadas do portefólio que permitam a partilha de conhecimentos e experiências entre os promotores com experiência relevante e as novas empresas investidas;

- Desenvolver parcerias com empresas especializadas, particularmente internacionais, de Corporate Finance Advisory, para orientação estratégica no desenvolvimento empresarial e/ou com vista à realização de operações financeiras, sejam novas rondas de aumento de capital, sejam processos de desinvestimento;
- Treino contínuo da equipa em matérias relevantes para a atividade e presença da equipa em eventos e feiras tecnológicas de relevo mundial.

Considerando o estágio de maturidade da carteira de participadas, perspetiva-se para 2016 a continuação de novas rondas lideradas por investidores internacionais, bem como, uma operação de *trade sale* realizada segundo as melhores práticas internacionais e nos mercados mundiais. Adicionalmente, em decurso da realização do websummit em Portugal, é expetável o incremento significativo da apresentação de projetos liderados por promotores estrangeiros que pretendem ter uma significativa presença em Portugal.

Travel & Leisure Tech

A unidade *Travel & Leisure Tech* (TLT) irá dar seguimento à estratégia de atuação que vem a desenvolver desde 2013, privilegiando investimentos em projetos de base tecnológica que, por um lado, contribuam para a afirmação do setor do turismo nacional como uma referência global e, por outro, apresentem um elevado potencial de internacionalização da tecnologia desenvolvida. Será dado enfoque na análise de projetos de animação, ou operação turística, que permitam a captação de novos segmentos de mercado, contribuam para o aumento da estada média no país e do consumo médio por visitante, e exponenciem a comercialização dos produtos turísticos, com especial destaque para as exportações.

Em 2016, espera-se um significativo crescimento de atividade, uma vez que é cada vez maior o número de empresas emergentes neste setor e que carecem de um nível de acompanhamento mais próximo e exigente.

A unidade TLT irá também manter o acompanhamento das participações “históricas”, nomeadamente em hotelaria, que se encontram atualmente concentradas no FCR Portugal Ventures Turismo, prosseguindo uma estratégia de alienação dessas participações, nos casos em que se encontre ultrapassado o prazo contratual para a permanência do FCR na sociedade, ou em que a análise efetuada da sua operação revele ser o momento adequado para a concretização do desinvestimento. Atendendo ao caráter global de algumas participações, quer do ponto de vista da sua localização geográfica, quer pelas marcas internacionais que ostentam, a unidade TLT em estreita articulação com a assessoria ao Conselho de Administração para Fusões & Aquisições, irá recorrer à contratualização de mandatos de venda com *brokers* que demonstrem ter capacidade de colocação de ativos à escala global.

Active Portfolio Development

Perspetiva-se para 2016 uma forte expansão da atividade que tem vindo a ser desenvolvida no sentido de reforçar a dinâmica e as ligações dos ecossistemas nacional e internacionais onde a Portugal Ventures e as suas participadas atuam. Tem sido cada vez mais notório e visível o reconhecimento internacional do ecossistema Português e com a nossa forte dinâmica, aliada ao aumento do interesse e visibilidade que o websummit irá proporcionar, é expetável um ecossistema cada vez mais ligado ao mundo.

Para além da manutenção da dinâmica da *Call for Entrepreneurship*, do Programa +i+i, do permanente reforço dos *Ignition Partners Network* e *Ignition Capital Network*, não apenas no âmbito nacional, como também internacional, no que respeita aos centros internacionais, para além dos já existentes nos Estados Unidos da América e em Berlim, prevê-se que em 2016/2017 a Portugal Ventures alargue a sua rede a Londres e posteriormente à Ásia.

Ao nível do reforço de capacitação da Portugal Ventures e das equipas de gestão que lideram as *startups*, a unidade de *Active Portfolio Development* reforçará o acesso a contactos nacionais e internacionais de relevo para a sustentabilidade e crescimento das *startups* e dinamizará novas iniciativas:

- Promoção e divulgação de uma forte presença institucional da Portugal Ventures e das suas empresas participadas em eventos de destaque no panorama internacional, por forma a reforçar a visibilidade e oportunidades de parcerias internacionais das *startups* e dinamização de negócio internacional. Exemplo desta vertente é a aposta de promover uma forte presença na *Web Summit* a realizar em Lisboa no triénio 2016-2018;
- Portugal Ventures Academy que desenvolverá um vasto programa de ações de formação e capacitação dos CEOs e membros seniores das equipas executivas das participadas, beneficiando da rede de *expertise* internacional e com o duplo objetivo de partilhar conhecimentos, experiências e ferramentas para a gestão, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento global das empresas, e também partilhar e fomentar as melhores práticas internacionais de acompanhamento de *startups*.
- Realização em 2016 da terceira edição do *International Investors Forum*, que tem por objetivo a apresentação das *startups* mais relevantes da carteira de participadas da Portugal Ventures a investidores internacionais (nomeadamente fundos de investimento de *venture capital*) seletivamente convidados para o efeito. Esta iniciativa aproxima as *startups* portuguesas de investidores internacionais com a expectativa de os atrair para rondas de aumento de capital de maior dimensão nas participadas da Portugal Ventures, oferece-lhes a oportunidade de tornar mais competitivas as suas propostas de investimento no futuro e promove Portugal como destino atrativo para investimento direto de fundos internacionais em *startups* nacionais.

Operações e Sistemas de Informação

Em linha com os principais objetivos da Portugal Ventures para 2016-2018, o principal desafio nesta área será o reforço do capital dos fundos sob gestão para fazer face às necessidades de investimento em novas *startups* (com origem na *Call for Entrepreneurship* e no Programa +i+i), aos investimentos de *Follow-on* e ao acompanhamento de *Series A* de empresas participadas.

Ao nível operacional, as prioridades desta área passam pelo reforço da transparência e fidelidade da informação que é disponibilizada em tempo real dentro da organização e na rapidez de acesso à mesma por todos os *stakeholders* relevantes da organização.

No que se refere ao Sistema de Informação à Gestão – *Navigator* – a manutenção do mesmo e a consolidação dos processos residentes é o objetivo de 2016. A implementação do sistema de gestão e mitigação de riscos (SGMR), nomeadamente ao nível do processo de decisão de investimentos e desinvestimentos constitui um desafio para o Navigator e que se pretende venha a ser implementado durante 2016.

O acompanhamento e garantia de atualização do Manual de Procedimentos da Portugal Ventures, o qual deve enquadrar os diversos processos reproduzidos no *Navigator*, é outro dos objetivos da área de Operações e Sistemas de Informação, pretende-se assegurar a qualidade da informação residente no sistema e a adequabilidade operacional dos procedimentos como ferramenta indispensável de suporte a toda a atividade da sociedade, dos fundos sob gestão e respetivas participadas.

General Counsel

Em 2016, a Área Jurídica continuará o trabalho desenvolvido em 2015 de apoio regular a todas as atividades da Portugal Ventures e suas unidades operacionais e desenvolverá as seguintes atividades específicas:

- Apoio ao processo de contratualização inerente ao Programa +Inovação +Indústria e ao Programa “*Call For Entrepreneurship*”;
- Continuação do processo de implementação de soluções para a redução do número de processos judiciais em curso e em que a expectativa de recebimento é nula, ou inferior aos custos incorridos ou previstos;
- Apoio à contratualização de *Follow-on Investments* e de alienação de participações no âmbito do programa de desinvestimento;
- Continuação do processo de implementação de medidas destinadas à cobrança de créditos vencidos;
- Apoio à Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 2016 prevê-se a implementação cabal e o desenvolvimento dos processos criados com vista a alcançar os objetivos do Sistema de Gestão e Mitigação de Riscos que foi criado em 2015.

Através de registo no Navigator será garantido o controlo e mitigação dos riscos no deal flow dos processos de investimento, suportado por *check lists* de cada responsável das fases chave do processo de investimento e finalizado por um check list da Área de Gestão e Mitigação de Risco, sem a qual os investimentos não são concretizados.

Comunicação e Parcerias

Em 2016, a Portugal Ventures continuará a sua política ativa de comunicação, promovendo visibilidade e notoriedade junto dos públicos-alvo e da opinião pública em geral. Serão desenvolvidas e apoiadas novas iniciativas que contribuam para incrementar o *deal flow* de novos projetos para investimento, a visibilidade das empresas participadas e, em geral, o desenvolvimento do ecossistema Português de empreendedorismo.

Destacam-se as seguintes iniciativas e atividades:

- Participação na WebSummit a realizar em Lisboa no triénio 2016-2018, sendo este considerado o maior evento de startup’s da Europa.
- Realização do Portugal Ventures Day – ação realizada em Portugal com três objetivos:
 - Contribuir para a abertura internacional do ecossistema nacional de empreendedorismo de base tecnológica, trazendo a Portugal algumas individualidades e investidores de referência mundial e dando-lhes a conhecer uma nova realidade do país;
 - Aumentar a visibilidade da atividade da Portugal Ventures, do seu Programa de Ignição e dos seus parceiros *Ignition Partners Network* e *Ignition Capital Network*, bem como das suas novas participadas objeto de investimento no decorrer das edições periódicas da *Call For Entrepreneurship*;

- Aumentar a visibilidade da nova iniciativa da Portugal Ventures, o Programa +Inovação +Indústria, e dos seus Parceiros bem como das participadas alvo de investimento;
- Reconhecer e aplaudir as empresas da vasta carteira de participadas, que atingiram níveis superiores de desenvolvimento, solidez financeira, expansão internacional e inovação de produtos e serviços, criando sólidos e duradouros fatores de impacto económico e social.
- Realização do evento de lançamento do novo centro de Londres.

A comunicação da Portugal Ventures continuará alinhada com o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo e do setor de capital de risco nacional, com todos os seus *stakeholders* e, em particular, empresas participadas, investidores, empreendedores e parceiros. Será também dado particular destaque ao envolvimento e proximidade da diáspora Portuguesa junto da Portugal Ventures e à apresentação de Portugal como país gerador de talento e possuidor de uma economia aberta ao mundo.

Administrativa, Financeira & Recursos Humanos

Os objetivos definidos para o ano de 2016 da unidade Administrativa, Financeira & Recursos Humanos são promover a melhoria contínua da eficiência dos processos e da qualidade de informação prestada a todos os *stakeholders*, com principal enfoque no controlo de gestão.

Também na área Recursos Humanos, e devido à necessidade crescente de especialização e aprofundamento do conhecimento para prosseguir o ambicioso programa de investimentos em curso, prosseguir-se-á uma política de forte aposta na qualificação dos colaboradores da Portugal Ventures através de ações de formação específicas que irão permitir uma maior exposição às melhores práticas internacionais na indústria de capital de risco e nos diversos setores de investimento.

De forma a cumprir com a sua missão e objetivos, e uma vez que, de acordo com os objetivos estabelecidos, a atividade da Sociedade continuará a crescer, consideramos um incremento anual de 5 colaboradores para o triénio 2016-2018, condicionado à aprovação do excecionamento à Portugal Ventures da aplicação das restrições aplicada ao Setor Empresarial do Estado.

Neste contexto, os principais indicadores que a Portugal Ventures se propõe alcançar no ano de 2016 são como segue:

Figura 50: Principais indicadores do orçamento de 2016 [K EUR]

Principais Indicadores	(K€)	
	Orçamento 2016 (b)	Real 2015 (a)
Vendas e Serviços Prestados	5 803	5 434
Gastos com Pessoal	-2 540	-2 173
Fornecimentos e Serviços Externos	-2 999	-1 685
EBITDA	244	3 685
Resultado Líquido	61	3 069
Capitais Próprios	46 546	48 977
Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP)	0,1%	6,3%

Handwritten signatures and initials in blue ink.

9. Outra Informação Relevante

Participação de Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Sociedade a 31 de dezembro de 2015

As pessoas singulares designadas para exercerem o cargo nos Órgãos Sociais da Portugal Ventures não detêm nenhuma participação no capital social da Portugal Ventures. A composição acionista da Sociedade está discriminada no ponto 1.3. deste Relatório.

Lista dos titulares de participações qualificadas

Os titulares que detêm participações qualificadas no capital social da Portugal Ventures são como segue.

Figura 51: Principais acionistas da Portugal Ventures

Acionista	Nº de Ações	% Capital Social	% Direitos de Votos
IAPMEI -Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	3 069 094	37,97	37,97
AICEP, E.P.E.	1 568 648	19,41	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	834 962	10,33	10,33
Total Imputável	5 472 704	67,71	67,71

10. Agradecimentos

Os membros dos Órgãos Sociais, para exercerem funções no triénio 2015-2017, foram designados na Assembleia Geral ocorrida no dia 26 de Junho de 2015, pelo que expressamos o nosso agradecimento e reconhecimento a todos os membros dos Órgãos Sociais que cessaram funções.

Um agradecimento às entidades e membros que integram o Conselho Geral e de Supervisão e à Mesa da Assembleia Geral da Sociedade, pela relevante e indispensável colaboração prestada. Ao Revisor Oficial de Contas e aos Auditores é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período.

A todos os Acionistas queremos deixar aqui bem expresso o nosso reconhecimento pela dedicação e confiança sempre demonstrada, o que constituiu um forte incentivo para desenvolvermos a nossa atividade de forma segura e de acordo com as expectativas dos Acionistas.

Finalmente cumpre-nos registar com elevado apreço a competência e dedicação demonstrada por todos os Colaboradores da Portugal Ventures, decisivo para assegurar a concretização dos objetivos da Sociedade.

Porto, 17 de março de 2016

O Conselho de Administração

Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes - Presidente

Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira - Vice-Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes - Vogal



PARTE III - Demonstrações Financeiras

Balanço.....	85
Demonstração dos Resultados por naturezas.....	86
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	87
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	88
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	89

Balço em 31 de dezembro de 2015

Rubricas	Notas	2015	2014
A T I V O			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 076 867	1 155 831
Ativos Intangíveis	6	162 284	242 077
Participações financeiras (outros métodos)	7	32 053 036	20 280 467
Ativos por impostos diferidos	32	22 546	69 353
Subtotal		33 314 733	21 747 728
Ativo corrente			
Clientes	9	2 609 549	405 546
Estado e outros entes públicos	10	537	281 828
Outras contas a receber	11	1 243 734	2 064 144
Diferimentos	12	63 187	40 525
Caixa e depósitos bancários	4 e 13	13 003 628	27 632 533
Subtotal		16 920 636	30 424 577
Total do ativo		50 235 368	52 172 305
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	14	40 412 650	40 412 650
Reservas legais	15	834 273	822 592
Outras reservas	15	1 468 167	1 468 167
Resultados transitados	15	3 073 687	2 848 186
Excedentes de revalorização	16	119 156	122 733
Subtotal		45 907 933	45 674 328
Resultado liquido do período		3 069 027	233 605
Total do capital próprio		48 976 960	45 907 933
P A S S I V O			
Passivo não corrente			
Passivo por impostos diferidos	32	28 893	335 038
Outras contas a pagar	18	20 372	501 954
Subtotal		49 265	836 993
Passivo corrente			
Fornecedores	17	110 479	118 883
Adiantamentos de clientes		44	44
Estado e outros entes publicos	10	511 878	120 010
Acionistas/Sócios		394	394
Outras contas a pagar	18	586 348	5 183 980
Diferimentos	12	0	4 068
Subtotal		1 209 143	5 427 379
Total do passivo		1 258 408	6 264 372
Total do capital próprio e do passivo		50 235 368	52 172 305

O Contabilista Certificado

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Dr. Marco Paulo Monsanto Biscãa Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Luís Miguel de Sousa Lopes Vieira
Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Vogal

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2015

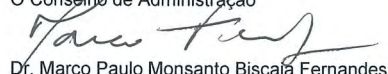
Rubrica	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	19	5 433 681	5 609 776
Subsídios à exploração	20	10 557	19 390
Ganhos/Perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	21	3	-93 612
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-1 685 376	-1 799 840
Gastos com Pessoal	23	-2 172 965	-2 120 579
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	24	117 546	-99 029
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	26	0	23 364
Aumentos/Reduções de Justo Valor	27	1 028 129	-1 135 661
Outros rendimentos e ganhos	28	1 001 301	104 792
Outros gastos e perdas	29	-48 250	-95 001
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 684 625	413 598
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	-235 402	-190 286
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 449 223	223 312
Juros e rendimentos similares obtidos	31	194 649	832 908
Juros e gastos suportados		-395	-2 350
Resultado antes de impostos		3 643 477	1 053 870
Imposto sobre rendimento do período	32	-574 449	-820 265
Resultado Líquido do Período		3 069 027	233 605

O Contabilista Certificado

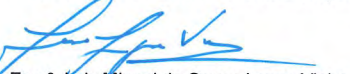


Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração



Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes
Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira
Vice - Presidente



Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Vogal

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2015

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Recebimentos de clientes		4 029 228	6 028 651
Pagamentos a fornecedores		-1 846 344	-1 854 936
Pagamentos ao pessoal		-2 073 706	-2 025 558
Caixa geradas pelas operações		109 178	2 148 157
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-56 261	-803 626
Outros recebimentos/pagamentos		57 588	272 601
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		110 505	1 617 133
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-25 822	-117 386
Ativos intangíveis		-60 744	-180 427
Investimentos financeiros		-15 032 391	-4 747 020
Outros ativos		0	0
Subsídios ao investimento		0	-10 748
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 850	5
Investimentos financeiros		96 955	4 904 977
Juros e rendimentos similares		279 794	675 621
Dividendos		0	0
Fluxos das atividades de investimento (2)		-14 736 358	525 022
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
		0	0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0	0
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-14 625 853	2 142 155
Efeitos das diferenças de câmbio		-3 052	-8 357
Caixa e seus equivalentes no início do período		27 632 533	25 498 735
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	13 003 628	27 632 533

O Contabilista Certificado

Dr.ª Sílvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Luís Miguel de Sousa Lopes Vieira
Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes
Vogal

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de janeiro de 2014		40 412 650	729 765	1 468 167	1 080 930	125 036	1 856 555	45 673 102
Alterações no período								
Realização do excedente de revalorização de AFT	16				4 112	-4 112		0
Ajustamentos por impostos diferidos					-582	1 808		1 226
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15		92 828		1 763 727		-1 856 555	0
		0	92 828	0	1 767 256	-2 303	-1 856 555	1 226
Resultado líquido do período							233 605	233 605
Resultado integral							-1 622 950	234 831
Posição em 31 de dezembro de 2014		40 412 650	822 592	1 468 167	2 848 186	122 733	233 605	45 907 933

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL						Total do capital próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição em 01 de janeiro de 2015		40 412 650	822 592	1 468 167	2 848 186	122 733	233 605	45 907 933
Alterações no período								
Realização do excedente de revalorização de AFT	16				4 112	-4 112		0
Ajustamentos por impostos diferidos					-535	535		0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15		11 680		221 925		-233 605	0
		0	11 680	0	225 501	-3 577	-233 605	0
Resultado líquido do período							3 069 027	3 069 027
Resultado integral							2 835 422	3 069 027
Posição em 31 de dezembro de 2015		40 412 650	834 273	1 468 167	3 073 687	119 156	3 069 027	48 976 960

O Contabilista Certificado

Dr.ª Silvia Manuela Sousa Moreira Soqueira da Silva

O Conselho de Administração

Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes
Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira
Vice - Presidente

Eng.ª Teresa Paula Marrenea Carneiro Fernandes
Vogal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2015

1. INTRODUÇÃO

A PORTUGAL CAPITAL VENTURES - Sociedade de Capital de Risco, SA, (doravante designada por Portugal Ventures), ex-InovCapital, foi constituída em 7 de julho de 1989 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de fevereiro.

Em 27 de junho de 2012 foi registada a operação de fusão por incorporação das sociedades AICEP Capital Global, SCR, SA e Turismo Capital, SCR, SA na Portugal Ventures. Esta fusão ocorreu no âmbito da reorganização e reestruturação do setor de capital de risco público definida na Resolução do Conselho de Ministros RCM 50/2011 e retroagiu os seus efeitos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2012.

A fusão tomou por base de referência os balanços das três sociedades envolvidas reportados à data de 31 de dezembro de 2011 e já devidamente aprovados nas respetivas assembleias gerais, tendo o apuramento dos termos de troca incorporado já a redução do capital da AICEP Capital Global em 18 milhões de euros ocorrida por deliberação da respetiva assembleia geral de 7 de maio de 2012.

Todos os elementos patrimoniais ativos e passivos objeto de transmissão por fusão foram inscritos, para efeitos fiscais, na contabilidade da Portugal Ventures com os mesmos valores que tinham na contabilidade das sociedades incorporadas e considerando os efeitos nos capitais próprios das deliberações das assembleias gerais ocorridas em 2012.

Sociedades	Capitais Próprios a 31.12.2011	Efeito das deliberações A.G de 2012	Capitais próprios corrigidos a 31.12.2012
InovCapital	31.516.891,44		31.516.891,44
AICEP C.G. (a)	26.516.862,28	-18.000.000,00	8.516.862,28
Turismo Capital (b)	6.281.930,52	-455.548,87	5.826.381,65
Total	64.315.684,24	-18.455.548,87	45.860.135,37

(a) Redução do capital social da AICEP Capital Global deliberado em A.G. de 7.mai.2012.

(b) Dividendo distribuído da TC - Turismo de Capital relativo ao exercício de 2011.

Na sequência, foram emitidas 2.582.530 ações, de valor nominal de cinco euros cada uma, correspondendo a um aumento do capital da Sociedade no valor de 12.912.650 euros, tendo sido fixado o capital social subscrito e realizado da Portugal Ventures em 40.412.650 euros, representado por 8.082.530 ações, de valor nominal de 5 euros cada uma, encontrando-se a respetiva distribuição apresentada na Nota 14.

A Portugal Ventures assegurou os respetivos direitos e obrigações das anteriores sociedades, incluindo a gestão dos Fundos de Capital de Risco.

A Sociedade tem por objeto apoiar e promover a criação e o desenvolvimento de empresas, através da participação temporária no respetivo capital social, e o exercício de todas as demais atividades permitidas por lei às sociedades de capital de risco.

À data de 31 de dezembro de 2015, para além de uma carteira própria de investimentos em Unidades de Participação de FCR, a Sociedade geria dezassete fundos a seguir discriminados:

- 1) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Valor 2;
- 2) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Finicia;
- 3) Fundo de Capital de Risco FAI Portugal Ventures Energias;
- 4) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIAEA – Fundo de Investimento de Apoio ao Empreendedorismo dos Açores;
- 5) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Industrias Criativas;
- 6) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Early Stage;
- 7) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Acelerador de Comercialização de Tecnologia II;
- 8) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Biocant;
- 9) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Universitas;
- 10) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Global 2;
- 11) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimentos;
- 12) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures FIEP;
- 13) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Internacionalização;
- 14) Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Turismo;
- 15) Fundo de Capital de Risco Dinamização Turística;
- 16) Turismo Inovação - Fundo de Capital de Risco.
- 17) Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I

abreviadamente designados, respetivamente, por:

- 1) “FCR Portugal Ventures Valor 2”;
- 2) “FCR Portugal Ventures Finicia”;
- 3) “FCR Portugal Ventures Energias”;
- 4) “FCR Portugal Ventures FIAEA”;
- 5) “FCR Portugal Ventures Industrias Criativas”;
- 6) “FCR Portugal Ventures Early Stage”;
- 7) “FCR Portugal Ventures ACTEC II”;
- 8) “FCR Portugal Ventures Biocant”;
- 9) “FCR Portugal Ventures Universitas”;
- 10) “FCR Portugal Ventures Global 2”;
- 11) “FCR Portugal Ventures GPI”;
- 12) “FCR Portugal Ventures FIEP”;
- 13) “FCR Portugal Ventures Internacionalização”;
- 14) “FCR Portugal Ventures Turismo”;
- 15) “FCR Dinamização Turística”;
- 16) “Turismo Inovação – FCR”;
- 17) “FCR Portugal Global Ventures I”.

Durante o exercício de 2015 ocorreu um processo de cisão envolvendo um dos Fundos geridos pela sociedade, nomeadamente:

- Cisão do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures GPI. A cisão foi aprovada em Assembleia de Participantes do Fundo realizada em 17 de junho de 2015, tornando-se eficaz a partir desta data;

A operação de cisão assumiu a modalidade de cisão simples, consistindo no destaque de parte dos ativos do Fundo de Capital de Risco Portugal Ventures Grandes Projetos de Investimentos, para a constituição de um novo fundo de capital de risco e a atribuição aos participantes do Fundo Cindido de unidades de participação representativas do capital do novo fundo, Fundo de Capital de Risco Portugal Global Ventures I, nos termos da relação de troca estabelecida no respetivo projeto de cisão.

A Portugal Ventures participa no capital social dos Fundos citados em 2), 4), 5), 6), 7), 8), 9), 10), 11), 13) e 17) (Nota 7.4.).

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures foram aprovadas para emissão em Conselho de Administração da Sociedade realizado em 17 de março de 2016. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures relativas ao exercício de 2015 estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as especificidades previstas no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) nº 12/2005 de 9 de Dezembro, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2006 e do Regulamento nº 3/2015, publicado em Diário da Republica de novembro de 2015, o qual veio revogar o Regulamento da CMVM nº 1/2008.

Devem entender-se como fazendo parte das normas do SNC o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº 15652/2009), os Modelos de Demonstrações Financeiras Portaria nº 986/2009, o Código de Contas Portaria nº 1011/2009 e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) Aviso nº 15655/2009 e as Normas Interpretativas Aviso nº 15653/2009.

O Regulamento da CMVM nº 12/2005 supra mencionado, define para modelo de organização da contabilidade das sociedades de capital de risco (SCR) e dos fundos de capital de risco (FCR), o Plano Oficial de Contabilidade o qual foi revogado, a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, passando-se a utilizar o SNC com as especificidades previstas no referido regulamento.

Com a publicação do Regulamento da CMVM nº 3/2015 e consequente revogação do anterior Regulamento nº 1/2008, é efetuada a revisão das regras de avaliação de ativos de capital de risco, passando a incluir o uso de metodologias internacionalmente reconhecidas, nomeadamente as aceites pela *Invest Europe* (antiga EVCA - *European Private Equity and Venture Capital Association*).

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do

Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício de 2015 quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das contas das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras no ano de 2015, são comparáveis com os do exercício anterior.

3. PRINCIPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Conversão Cambial

3.1.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Portugal Ventures e respetivas notas deste anexo são representadas em euros, salvo indicação em contrário.

3.1.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos / transações.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição (ou custo de aquisição reavaliado, com base nos diplomas legais ou em índices de preços nos termos da legislação em vigor deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas).

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para o SNC, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe

estão associados fluam para a entidade e quando o custo poder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparação e conservação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que foram incorridos.

As depreciações e as amortizações são calculadas por duodécimos, com base no método das quotas constantes. As taxas de amortização utilizadas são as máximas fiscalmente aceites como gasto, as quais não diferem da vida útil estimada dos ativos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Terrenos	não amortizados
Edifícios e outras construções (incluindo grandes reparações e beneficiações)	8 a 50
Obras em edifícios alheios	5
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 10

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

3.3. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são constituídos por software. Estes ativos são amortizados por duodécimos, segundo o método das quotas constantes de acordo com a vida útil esperada e às taxas máximas permitidas por lei. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

Vida útil	Anos
Programas de computadores	3 a 6

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente refletem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- Preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Portugal Ventures valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.4. Participações Financeiras

A carteira de ativos de capital de risco que integram o património da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2015 encontra-se valorizada conforme o regime previsto no Regulamento da CMVM nº3/2015, e compreendem:

- Outros investimentos financeiros – Unidades de participação de FCR

A rubrica "Participações financeiras – outros métodos" inclui as unidades de participação (UP's) detidas nos Fundos de Capital de Risco geridos pela Portugal Ventures.

A metodologia de avaliação aplicada teve em consideração, além do estabelecido no referido Regulamento da CMVM, as melhores práticas do mercado e baseia-se nas recomendações da *Invest Europe* (antiga EVCA - *European Private Equity and Venture Capital Association*), nomeadamente:

- A valorização de cada investimento de capital de risco é efetuada em cada data de reporte com periodicidade mínima semestral;
- A observação de consistência nas metodologias e critérios usados no processo de avaliação;
- A observação de coerência na avaliação de ativos com características semelhantes;
- A determinação do justo valor de cada ativo na data de reporte;
- A seleção da metodologia de avaliação apropriada e que incorpora o máximo de informação disponível acerca de todos os fatores que afetam materialmente o justo valor do investimento.

Para o efeito foi elaborado um regulamento interno de avaliação, remetido à CMVM, que explicita as metodologias e os critérios de avaliação aplicados na avaliação do património sob gestão da Portugal Ventures e dos quais resulta o reconhecimento não só das menos-valias potenciais como também das mais-valias potenciais. É efetuada ainda a avaliação autónoma e respetivo reconhecimento patrimonial dos acordos de aquisição ou de alienação a prazo existentes, associados a participações societárias. Em resultado das alterações às regras de avaliação dos ativos de capital de risco estabelecidas no novo regulamento da CMVM n.º 3/2015, o regulamento interno de avaliação encontra-se em fase final de revisão incorporando as seguintes regras gerais abaixo mencionadas:

I. Avaliação de ativos não negociados em mercado organizado:

- a. Nos primeiros 12 meses desde o momento de aquisição será utilizado o critério do Valor de Aquisição, salvo se tiver ocorrido algum evento que provoque a alteração dos factos e circunstâncias que determinaram a realização do investimento, caso em que deverá ser adotado qualquer um dos restantes critérios do Método do Justo Valor.
- b. São objeto de avaliação todas as participações sociais (ou de ativos equiparáveis) detidas pela Portugal Ventures há mais de 12 meses, às quais é aplicado o Método do Justo Valor resultante da aplicação dos seguintes critérios:
 - Fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados) – O valor do ativo consiste no somatório dos fluxos de caixa futuros gerados na sua vida útil, atualizados ao valor presente por uma taxa de desconto compatível com o nível de risco inerente (a uma taxa de custo médio ponderado do capital).
 - Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de setor, dimensão e rentabilidade – Esta metodologia corresponde à aplicação de um múltiplo de Vendas, EBITDA ou Resultado Líquido sobre o respetivo indicador do negócio alvo de avaliação.
 - Transações materialmente relevantes, efetuadas por entidades independentes nos últimos 12 meses face à data de avaliação.
 - Último valor patrimonial divulgado pela entidade responsável pela gestão quanto a participações em Fundos de Capital de Risco.
 - Outros internacionalmente reconhecidos.

II. Avaliação de ativos negociados em mercado regulamentado:

A avaliação dos instrumentos financeiros negociados em mercado organizado é realizada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 30º e 31º do Regulamento da CMVM n.º 2/2015. Assim, a avaliação de instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado terá por base o último preço verificado no momento de referência.

No caso dos preços praticados em mercado regulamentado não serem considerados representativos, mediante autorização da CMVM, são aplicados os preços resultantes da aplicação dos seguintes critérios:

1. Adoção de critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra difundidas através de entidades especializadas.
2. Na impossibilidade de aplicação da regra referida no número anterior, a entidade responsável pela gestão recorre a modelos de avaliação independentes, utilizados e reconhecidos nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.

A falta de representatividade do preço e das transações efetuadas em mercado regulamentado é estabelecida caso (a) o *free float* da empresa seja inferior a 15% ou (b) a empresa apresente capitais próprios negativos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado regulamentado que não sejam transacionados nos 15 dias que antecedem a respetiva avaliação são equiparados a instrumentos financeiros não negociados em mercado regulamentado.

III. Avaliação dos contratos associados

Nos casos em que exista disposição contratual para a determinação do preço de venda da participação, procede-se à sua avaliação reportada ao momento da avaliação da carteira. Existindo mais do que um método para a sua determinação, adota-se o valor identificado como o mínimo aplicável, ou, não existindo esse mínimo, aquele que se revela o mais prudente.

O valor do acordo, assim determinado, corresponde ao valor máximo pelo qual o ativo em causa é reconhecido patrimonialmente e que corresponderá ao valor final de avaliação do ativo detido pela Sociedade.

IV. Os créditos e outros instrumentos com natureza de dívida:

- a. São avaliados segundo a metodologia dos fluxos de caixa descontados (*cash flows* libertos descontados), tendo em consideração (i) as condições de reembolso e remuneração dos contratos associados e (ii) a taxa de juro de mercado e o risco de crédito do mutuário vigente à data da avaliação.
- b. São analisadas as situações excecionais onde o valor de aquisição é ajustado de acordo com uma matriz construída com base no histórico de recuperação de créditos, considerando expectativas de realização e quantias de incobráveis.

V. Parâmetros utilizados na avaliação de justo valor dos ativos:

Conforme disposto no Regulamento de Avaliação da Portugal Ventures são assumidos pressupostos de evolução da atividade das empresas participadas, bem como são aplicados parâmetros fundamentais para a determinação do Justo Valor dos ativos, parâmetros esses fixados no início do processo de avaliação em cada semestre e entre os quais identificamos os seguintes:

- *Taxa de juro sem risco* - mediana dos últimos 6 meses, desde a última avaliação, das Yields com maturidade a 10 anos, de obrigações dos países membros da zona Euro com rating AAA, obtida através da base de dados do Banco Central Europeu;
- *Prémio de risco de mercado* – com base num intervalo resultante da média dos últimos 6 meses, desde a última avaliação, do *Expected growth rate*, do *Equity Risk Premium* e do *Equity Risk Premium Smoothed* disponíveis na base de dados *Damodaran*;
- *Country Risk Premium* - disponível na base de dados *Damodaran*, com exceção para Portugal que é calculado pelo diferencial entre a *Yield* das obrigações do tesouro a 10 anos de Portugal e a *Yield* das obrigações do tesouro a 10 anos da Alemanha com recurso à base de dados *leconomics*. O *Country Risk Premium global* resulta de cálculos ponderados pela taxa dos mercados destino do volume de negócios da empresa;
- *Beta* - obtido a partir da base de dados *Damodaran*;
- *Debt to Equity Ratio (D/E)* - o *Debt to Equity Ratio* deverá corresponder a uma estrutura alvo para a empresa em questão. Assim, e caso essa informação não esteja disponível, é utilizada a informação na base de dados *Damodaran* referente à média dos sectores de atividade adequados.
- *Prémio small cap* – prémio incorporado no cálculo do retorno exigido ao capital próprio, tendo como base de referência a teoria desenvolvida por Roger G. Ibbotson utilizando como princípio os valores Ibbotson de "Low-Cap", "Micro-Cap" e "Medium-Cap". A atribuição de um *Small cap premium* é determinada considerando o Volume de Negócios da empresa, de acordo com o seguinte critério:

Volume de Negócios	Small Cap Premium
<=2.000k€	4,07%
<=10.000k€	3,00%
<=50.000k€	1,98%
<=250.000k€	1,20%

Quando determinada a valorização do ativo são registados os aumentos ou reduções de justo valor nas respetivas contas de rendimentos ou gastos e na rubrica de ajustamentos de participações financeiras no Balanço.

Os ativos financeiros detidos pela Portugal Ventures e que o sejam, igualmente, por outro Fundo de Capital de Risco gerido pela Portugal Ventures, são uniformemente avaliados quanto aos métodos, critérios e pressupostos.

A Portugal Ventures não detém participações financeiras em subsidiárias enquadráveis no artigo 6º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, nem nos parágrafos 4 a 7 da NCRF 15 – Investimentos em Subsidiárias e Consolidação, razão pela qual não são preparadas demonstrações financeiras consolidadas. Conforme preâmbulo ao regulamento 12/2005, estabelece-se que, por princípio, as SCR e FCR não consolidam contas com as respetivas participadas, sendo a opção em contrário sujeita a prévia autorização pela CMVM.

As participações financeiras compreendem:

Participações Financeiras	Sede	Atividade principal	Portugal Ventures, SA		Outros detentores de capital	
			% de capital detido		% de capital detido	
			31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
Associadas						
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	Fundo de capital de risco	30,0%	30,0%	70,0%	70,0%
FCR Portugal Ventures Global 2	Porto	Fundo de capital de risco	50,0%	1,5%	50,0%	98,5%
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	Fundo de capital de risco	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	Fundo de capital de risco	34,9%	34,9%	65,1%	65,1%
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	Fundo de capital de risco	37,5%	37,5%	62,5%	62,5%
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Porto	Fundo de capital de risco	41,7%	41,7%	58,3%	58,3%
Outras entidades						
Critical Ventures I - FCR	Coimbra	Fundo de capital de risco	17,9%	17,9%	82,1%	82,1%
FCR Portugal Ventures ACTec II	Porto	Fundo de capital de risco	12,4%	12,4%	87,6%	87,6%
FCR Portugal Ventures GPI	Porto	Fundo de capital de risco	8,1%	8,0%	91,9%	92,0%
FCR Portugal Ventures FIAEA	Porto	Fundo de capital de risco	9,1%	9,1%	90,9%	90,9%
FCR Portugal Ventures Universitas	Porto	Fundo de capital de risco	13,8%	13,8%	86,2%	86,2%
FCR Portugal Global Ventures I	Porto	Fundo de capital de risco	7,8%	-	92,2%	-

Dado que o normativo contabilístico aplicável ao regime de capital de risco, constante do regulamento da CMVM nº 3/2015, se sobrepõe às normas SNC sobre a valorimetria das participações financeiras, não foram aplicadas na íntegra as NCRF's 13, 14 e 15 que tratam, respetivamente, "Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas", "Concentrações de atividades empresarias" e "Investimentos em subsidiárias e consolidação".

3.5. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.6. Locações

As operações de locação são mensuradas como locação financeira ou locação operacional em função da sua substância, cumprindo os critérios definidos na NCRF 7 – Ativos fixos tangíveis. São mensurados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são reconhecidas como locações operacionais. Os contratos de locação operacional são registados em gastos nos períodos a que dizem respeito.

3.7. Clientes e Outras Contas a Receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a Receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou outros débitos da atividade normal da sociedade. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável).

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em 'Ajustamento de contas a receber', sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em aplicações de rendimento fixo e capital garantido, a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

3.9. Capital Social

À data de 31 de dezembro de 2015, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

3.10. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar constituem obrigações a liquidar por fornecimentos à atividade normal da Portugal Ventures. Os saldos destas rubricas são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

No exercício de 2015, a Sociedade manteve-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, beneficiando ainda do previsto no artigo 32º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aditado pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, tendo sido revogados os n.º(s) 1 e 2 do referido artigo pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Portugal Ventures tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. Os montantes das provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.13. Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que se referem, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos.

3.14. Prestação de serviços

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Portugal Ventures. Quando existe prestação de serviços, a mesma é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados.

3.15. Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases: i) relativamente aos juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo, ii) em relação aos dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Portugal Ventures (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

3.16. Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Portugal Ventures mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício ou obrigação económica no futuro.

3.17. Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- a. Justo valor das participações financeiras: o justo valor das participações financeiras que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações realizadas internamente. É utilizado o julgamento para a seleção das técnicas de avaliação e os pressupostos utilizados.
- b. Imparidade de dívidas a receber: para a análise da recuperabilidade das dívidas a receber é tida em conta a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- c. Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, podendo, no entanto, vir a ser alterados se a prática do sector, para situações idênticas, apontar para um *benchmark* diferente.

3.18. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. As ocorrências que sucedam após a data do balanço mas que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, quando sejam materialmente relevantes.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Portugal Ventures não possui qualquer saldo de caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para o exercício apresentado.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2015	31-12-2014
Depósitos à ordem	263 327	141 655
Outros depósitos bancários	12 734 636	27 483 850
Numerário	5 665	7 028
Total	13 003 628	27 632 533

A rubrica outros depósitos bancários respeita a aplicações de curto prazo de capital garantido.

4.3. Reclassificação dos valores inscritos nas rubricas da Demonstração de Fluxos de Caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, procedeu-se à reclassificação dos valores de certas rubricas na demonstração de fluxos de caixa. Na sequência do processo de reclassificação, os valores das rubricas "Pagamentos a fornecedores", "Pagamentos ao pessoal" e "Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento" da demonstração de fluxos de caixa a 31 de dezembro de 2014 da sociedade, foram reexpressos nas demonstrações financeiras de 2015, da seguinte forma:

Rubricas	Demonstração de fluxos de caixa em 31.12.2014	Demonstração de fluxos de caixa em 31.12.2014 reexpresso	Variação
Fluxos de caixa das atividades operacionais - Método direto			
Pagamentos a fornecedores	(1 825 086)	(1 854 936)	(29 850)
Pagamentos ao pessoal	(991 228)	(2 025 558)	(1 034 330)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 867 806)	(803 626)	1 064 180

A variação verificada na rubrica de "Pagamentos a fornecedores" deve-se à reclassificação dos valores pagos a título de retenções na fonte de IRS/IRC de fornecedores, que estavam incluídos na rubrica "Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento" e passaram para a rubrica de "Pagamentos a fornecedores".

Na rubrica de "Pagamentos ao pessoal", a variação ocorrida deve-se à reclassificação dos valores pagos relativos a retenções na fonte de IRS e pagamentos à Segurança Social, que vinham sendo refletidos na rubrica de "Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento" e passaram para a rubrica de "Pagamentos ao Pessoal".

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

Ativos fixos tangíveis	31-12-2015						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto							
Saldo inicial (final de n-1)	169 669	1 805 044	620 497	725 480	50 421	-	3 371 111
Adições	-	-	-	14 032	1 939	-	15 972
Alienações	-	-	(37 471)	-	-	-	(37 471)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	169 669	1 805 044	583 026	739 512	52 361	-	3 349 611
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	924 454	620 497	622 718	47 610	-	2 215 280
Depreciações do exercício	-	62 735	-	30 659	1 542	-	94 936
Outras variações	-	-	(37 471)	-	-	-	(37 471)
Saldo final	-	987 189	583 026	653 377	49 153	-	2 272 744
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	924 454	620 497	622 718	47 610	-	2 215 280
Saldo final	-	987 189	583 026	653 377	49 153	-	2 272 744
Valor líquido	169 669	817 855	-	86 135	3 208	-	1 076 867

Ativos fixos tangíveis	31-12-2014						Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativo bruto							
Saldo inicial (final de n-1)	169 669	1 667 530	620 497	763 303	53 895	3 360	3 278 254
Adições	-	134 154	-	24 026	-	-	158 180
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	3 360	-	(61 849)	(3 474)	(3 360)	(65 323)
Saldo final	169 669	1 805 044	620 497	725 480	50 421	-	3 371 111
Depreciações acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	872 350	620 497	643 687	49 625	-	2 186 159
Depreciações do exercício	-	52 104	-	40 880	1 459	-	94 443
Outras variações	-	-	-	(61 849)	(3 474)	-	(65 323)
Saldo final	-	924 454	620 497	622 718	47 610	-	2 215 280
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial (final de n-1)	-	872 350	620 497	643 687	49 625	-	2 186 159
Saldo final	-	924 454	620 497	622 718	47 610	-	2 215 280
Valor líquido	169 669	880 589	-	102 761	2 811	-	1 155 831

O excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis é de 189.873 euros, conforme se discrimina no quadro:

Ativos fixos tangíveis revalorizados	31-12-2015				31-12-2014		
	Data da revalorização	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Terrenos e recursos naturais	1993	127 193	42 476	169 669	127 193	42 476	169 669
Edifícios e outras construções	1998	464 273	147 398	611 671	482 391	153 341	635 731
		591 467	189 873	781 340	609 584	195 817	805 401

Os valores indicados são líquidos de depreciações e englobam as sucessivas reavaliações, as quais foram efetuadas com base em diplomas legais (Decretos-Lei n.ºs 264/92 e 31/98).

No exercício de 2015, as depreciações do ativo "Edifícios e outras construções", revalorizadas ao abrigo dos diplomas legais, totalizaram 24.060 euros sendo que deste montante 18.117 euros corresponde ao valor das depreciações incidentes sobre o seu custo histórico. O aumento anual das depreciações em resultado das revalorizações é, assim, de 5.943 euros dos quais 40% não são aceites como custo fiscal.

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 94.936 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 30).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao software adquirido para suporte das atividades da empresa. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis foi o seguinte:

Ativos intangíveis	31-12-2015		31-12-2014	
	Outros ativos fixos intangíveis	Total	Outros ativos fixos intangíveis	Total
	Com vida útil finita		Com vida útil finita	
	Programas de computador		Programas de computador	
Ativo Bruto				
Saldo inicial (final de n-1)	809 853	809 853	632 788	632 788
Adições	60 674	60 674	177 065	177 065
Saldo final	870 527	870 527	809 853	809 853
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial (final de n-1)	567 776	567 776	471 934	471 934
Depreciações do exercício	140 467	140 467	95 842	95 842
Saldo final	708 243	708 243	567 776	567 776
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	708 243	708 243	567 776	567 776
Valor líquido	162 284	162 284	242 077	242 077
Vida útil estimada (em anos)	3 a 6 anos		3 a 6 anos	

Não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

As depreciações do exercício, no montante de 140.467 euros, foram reconhecidas na sua totalidade em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização (Nota 30).

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. Participações financeiras (outros métodos)

No quadro seguinte é apresentada a variação da rubrica participações financeiras (outros métodos):

Participações financeiras (outros métodos)	31/dez/15			31/dez/14		
	Outros métodos			Outros métodos		
	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (UP's em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)	Justo valor (Partes de Capital)	NAV (UP's em FCR)	Custo (Prest. Acess./Suplem.)
Valor bruto:						
Saldo inicial (final de n-1)	-	20 280 467	-	3 146 838	20 236 757	1 943 267
Aquisições		10 795 730			1 542 852	75 660
Outros Investimentos (*)		1 640 283				
Alienacões	(4 265 393)	(51 325)		(4 493 670)		(2 018 927)
Abates	(5 349)			(30 551)		
Outros Desinvestimentos (*)		(2 057 547)			(413 956)	
Revalorizações		1 028 129		(50 475)	(1 085 187)	
Outras variações	4 270 743	417 299		1 427 858		
Saldo final	-	32 053 036	-	-	20 280 467	-
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial (final de n-1)						1 255 322
Perdas por imparidade do exercício						(22 449)
Reversões de perdas por imparidade						(1 232 873)
Outras variações						
Saldo final						
Ativo líquido	-	32 053 036	-	-	20 280 467	-
Total ativo líquido		32 053 036			20 280 467	

(*) Operação de Cisão do GPI e constituição do novo Fundo FCR Portugal Global Ventures |

Os valores inscritos nas rubricas de alienações, abates e outros desinvestimentos correspondem ao custo de aquisição.

A rubrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações, abates e outros desinvestimentos.

As revalorizações, variações de justo valor, estão decompostas na Nota 27.

Os investimentos e desinvestimentos em 2015 são como consta dos quadros seguintes:

Aquisições / Outros Investimentos	Atividade	Direitos de voto adquiridos	Custo aquisição
UP's em FCR			
FCR Portugal Ventures Global 2	Fundo de Capital de Risco	49,2%	10 744 405 €
FCR Portugal Ventures GPI	Fundo de Capital de Risco	0,1%	51 325 €
FCR Portugal Global Ventures I	Fundo de Capital de Risco	8,1%	1 640 283 € (*)
			12 436 013 €

Alienações / Abates / Outros Desinvestimentos	Atividade	Direitos de voto desinvestidos	Custo aquisição
Partes de Capital			
Altitude Software, BV	Tecnologias de Informação	1,0%	1 500 000 €
Entersite, Gestão e Manut. de Páginas na Internet, SA	Ativ. Informáticas e Conexas	8,1%	8 075 €
Hozar Portugal, SGPS, SA	Serviços Financeiros	6,8%	580 640 €
Investvar Comercial, SGPS, SA	Indústria do Calçado	7,5%	2 000 012 €
Micoplant- Micologia Aplicada, Lda	Biocologia	55,2%	160 000 €
Webtax - Gestão de Sistemas de Informação, SA	Tecnologias de Informação	33,3%	16 666 €
FCR Portugal Global Ventures I	Fundo de Capital de Risco	0,3%	51 325 €
FCR Portugal Ventures GPI	Fundo de Capital de Risco	2,8%	2 057 547 € (*)
Arc Atlantic Development	-	n.a	5 349 €
			6 379 615 €

(*) No âmbito da operação de cisão do GPI e constituição do novo Fundo FCR Portugal Global Ventures I

Os principais indicadores relativamente às participações financeiras em associadas são os seguintes:

Participações Financeiras	Sede	% detida a 31.12.2015	Ativo	Capital próprio	Resultado líquido	Exercício
Associadas						
FCR Portugal Ventures Finicia	Porto	30,0%	1 958 492	1 916 602	(68 525)	31/12/2014
FCR Portugal Ventures Global 2	Porto	50,0%	11 489 361	11 168 232	70 434	31/12/2014
FCR Portugal Ventures Indústrias Criativas	Porto	50,0%	4 586 384	4 546 738	(1 875 970)	31/12/2014
FCR Portugal Ventures Early Stage	Porto	34,9%	4 684 489	4 654 715	12 617	31/12/2014
FCR Portugal Ventures Biocant	Porto	37,5%	3 151 790	3 034 612	108 155	31/12/2014
FCR Portugal Ventures Internacionalização	Porto	41,7%	7 020 672	6 985 105	(218 850)	31/12/2014

7.2. Outros ativos financeiros

Outros ativos financeiros	31/12/2015	31/12/2014
	Custo (Suprimentos)	
Valor bruto:		
Saldo inicial (final de n-1)	319 936	3 402 034
Aquisições		-
Alienações/Reembolsos	(319 936)	(3 082 097)
Saldo final	0	319 936
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial (final de n-1)	319 936	2 371 583
Reversões de perdas por imparidade		(915)
Outras variações	(319 936)	(2 050 732)
Saldo final	0	319 936
Ativo líquido	0	0

Os valores inscritos nas rúbricas alienações/reembolsos correspondem ao custo de aquisição.

A rúbrica outras variações inclui o valor da utilização dos ajustamentos e imparidades afetos às alienações/reembolsos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a carteira de ativos da Portugal Ventures foi avaliada nos termos estabelecidos na Nota 3.4.

A Comissão do Mercado de Valores de Mobiliários (CMVM), no intuito de uniformizar os critérios de avaliação das participações de capital de risco veio, através do seu Regulamento n.º 3/2015, limitar a definição das metodologias e dos critérios de avaliação dos ativos de capital de risco, bem como definir a periodicidade mínima semestral da avaliação e da prestação da informação documental à mesma entidade reguladora.

No âmbito do postulado no Regulamento da CMVM n.º 12/2005 – *Contabilidade das sociedades e dos fundos de capital de risco* – a referida avaliação dos ativos será um reconhecimento patrimonial dos ativos com as inerentes repercussões ao nível contabilístico.

7.3. Informações exigidas pelo Regulamento da CMVM n.º 12/2005 - Composição Discriminada da Carteira de Capital de Risco

I – Discriminação das Participações sociais em capital de risco

Designação	Critério Valormétrico	Valor de aquisição (€)	Valor em carteira (€)	% no capital da participada	Tempo de titularidade das participações	% no ativo da carteira da SCR
Unidades de Participação em FCR						
Critical Ventures I - FCR	NAV / Justo Valor	1 170 528		17,90	1,51	3,44
FCR Portugal Ventures Global 2	NAV / Justo Valor	11 592 361		50,00	16,60	34,09
FCR Portugal Ventures GPI	NAV / Justo Valor	3 871 057		8,10	10,81	11,38
FCR Portugal Ventures Finicia	NAV / Justo Valor	1 200 000		30,00	8,67	3,53
FCR Portugal Ventures FIAEA	NAV / Justo Valor	100 000		9,07	4,97	0,29
FCR Portugal Ventures Internacionalização	NAV / Justo Valor	5 930 000		41,70	4,71	17,44
FCR Portugal Ventures Industrias Criativas	NAV / Justo Valor	3 000 000		50,00	4,34	8,82
FCR Portugal Ventures Early Stage	NAV / Justo Valor	2 500 000		34,88	4,26	7,35
FCR Portugal Ventures ACTec II	NAV / Justo Valor	1 041 843		12,40	6,36	3,06
FCR Portugal Ventures Universitas	NAV / Justo Valor	511 525		13,80	4,01	1,50
FCR Portugal Ventures Biocant	NAV / Justo Valor	1 500 000		37,50	4,01	4,41
FCR Portugal Global Ventures I	NAV / Justo Valor	1 588 958		7,80	0,54	4,67
Total no Exercício		34 006 272	32 053 036			
Total no Ano anterior		28 269 810	20 280 467			

II – Operações a prazo sobre participações sociais em capital de risco

A Portugal Ventures não tem acordos parassociais onde se encontra prevista a venda a prazo, à data de 31 de dezembro de 2015.

Garantias prestadas e recebidas pelas SCR

Entidade Beneficiária	Entidade garante	Montante nominal da garantia
Garantias Prestadas		
Administração Fiscal	Banco BIC	120 636
Administração Fiscal	Novo banco	444 228
Garantias recebidas		
Portugal Ventures, SA	Penhor de ações	2 190 959

As garantias prestadas a favor da Administração Fiscal no valor de 564.864 euros são referentes a processos fiscais que decorrem com antigos representantes da Portugal Ventures, nomeados para a representar no Conselho de Administração de empresas participadas por si e pelos Fundos por si geridos. No início de janeiro de 2015, uma garantia no valor de 31.124 euros foi executada em 20.428 euros (Nota 29). De acordo com opinião dos nossos advogados não é expectável que as outras garantias venham a ser acionadas.

7.4. Informação complementar – Fundos geridos pela sociedade

A Portugal Ventures para além da sua qualidade de Sociedade gestora participa no capital social de doze Fundos, detendo em cada um as seguintes unidades de participação:

Fundos geridos pela sociedade	2015	2014
Critical Ventures I - FCR	250	250
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	1 475	22
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	120	120
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	10	10
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	30	30
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	5 000	5 000
FCR Portugal Capital Ventures ACTec II	964 956	964 956
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	102	102
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	30	30
FCR Portugal Capital Ventures GPI	156	236
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	5 930	5 930
FCR Portugal Global Ventures I	158 896	0

8. LOCAÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Portugal Ventures deteve as seguintes locações operacionais:

Locações Operacionais	Prazo de locação		31-12-2015		31-12-2014	
	Início	Fim	Pagamento mínimo das locações	Total	Pagamento mínimo das locações	Total
Equipamento de transporte	17/09/2010	16/03/2015	4 069	4 069	6 465	6 465
			4 069	4 069	6 465	6 465

9. CLIENTES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Clientes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes, conta corrente	2 594 824	-	2 594 824	345 506	22 721	322 785
Clientes de cobrança duvidosa	596 039	581 315	14 725	1 146 669	1 063 908	82 761
Total	3 190 864	581 315	2 609 549	1 492 175	1 086 629	405 546

O valor inscrito em clientes respeita a prestação de serviços de consultadoria no acompanhamento da atividade de participadas da Sociedade e/ou dos Fundos que gere, bem como às comissões de gestão e/ou de montagem faturadas aos Fundos geridos pela Sociedade.

Imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas reversões de perdas por imparidade líquidas no valor de 27.454 euros, conforme mapa que segue:

Variação das imparidades de Clientes		
	31-12-2015	31-12-2014
Saldo inicial	1 086 629	1 284 633
Dotações	41 811	78 512
Reversões/Utilizações	(547 125)	(276 516)
Imparidades acumuladas	581 315	1 086 629

As perdas por imparidade para clientes foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2015	31-12-2014
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	537	281 828
Total	537	281 828
Passivo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	399 507	-
Retenção de imposto sobre o rendimento	42 927	41 944
Imposto sobre o valor acrescentado	23 438	32 099
Contribuições para a Segurança Social	44 085	44 421
Tributos das autarquias locais	1 921	1 546
Total	511 878	120 010

Os valores constantes do passivo respeitam essencialmente a movimentos registados no mês de dezembro de 2015, sendo exceção o valor inscrito na rubrica do imposto sobre o valor acrescentado que, de acordo com os prazos estabelecidos no respetivo código, inclui também o valor do IVA a entregar ao Estado relativo ao imposto apurado no mês de novembro.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas tem a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
- Imposto sobre o rendimento	(833 787)	(679 328)
- Pagamentos por conta	346 584	737 058
- Retenções na fonte	87 697	224 098
	(399 507)	281 828

À data de 31 de dezembro de 2015 não existiam dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

Outras contas a receber - correntes	31-12-2015			31-12-2014		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal	1 572	-	1 572	159	-	159
Devedores por acréscimos de rendimentos	740 286	41	740 244	1 719 325	41	1 719 284
Participadas	2 010	2 010	-	30 734	30 131	603
Devedores Diversos	1 523 737	1 022 164	501 573	1 535 247	1 191 354	343 894
Fornecedores Gerais	36	-	36	205	-	205
Credores Diversos	310	-	310	-	-	-
Total	2 267 950	1 024 215	1 243 734	3 285 671	1 221 526	2 064 144

O valor inscrito na rubrica de devedores por acréscimo de rendimentos respeita essencialmente a comissões de gestão (704.422 euros) e juros a receber (34.514 euros). Deste montante, a parcela de 32.647 euros é referente a juros de depósitos a prazo.

A rubrica de devedores diversos respeita essencialmente a alienações com pagamento diferido de participações de capital de risco e cedência de créditos.

As perdas por imparidade para dívidas a receber foram constituídas em função da respetiva mora e/ou risco de incobrabilidade.

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2015 a sociedade tem registado na rubrica diferimentos os seguintes saldos:

Diferimentos	31-12-2015	31-12-2014
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	63 187	40 525
Total	63 187	40 525
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	-	4 068
Total	-	4 068

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos, nomeadamente a renda das instalações de Lisboa e a licença informática.

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A discriminação desta rubrica, a 31 de dezembro de 2015, encontra-se devidamente explicitada na 'Nota 4' do presente anexo.

14. CAPITAL SOCIAL

À data de 31 de dezembro de 2015, o capital da Portugal Ventures encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 8.082.530 ações de valor nominal unitário de 5 euros.

O capital social da Portugal Ventures apresenta a seguinte repartição acionista:

Accionista	Capital Subscrito	
	Valor nominal	%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	15 345 470 €	37,97
AICEP, E.P.E.	7 843 240 €	19,41
Direção Geral do Tesouro e Finanças	4 174 810 €	10,33
Turismo Portugal, I.P.	3 080 575 €	7,62
Banco Comercial Português, SA	2 534 930 €	6,27
Banco BPI, SA	2 503 205 €	6,19
PME Investimentos - Sociedade de Investimento, SA	1 847 525 €	4,57
Novo Banco, SA	1 527 595 €	3,78
Banco Santander Totta, SA	1 009 935 €	2,50
Petróleos de Portugal - Petrogal, SA	504 965 €	1,25
Companhia de Seguros Açoreana, SA	12 625 €	0,03
Citibank International Limited, Sucursal em Portugal (*)	12 625 €	0,03
Banco Efisa, SA	5 050 €	0,01
Caixa Económica Montepio Geral	5 050 €	0,01
Banco BIC, SA	5 050 €	0,01
Total	40 412 650 €	100,00

(*) Citibank Europe Plc - Sucursal em Portugal a 01/01/2016

Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Portugal Ventures não possuem nem nunca possuíram qualquer ação representativa do capital social da Sociedade.

15. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

Reservas / Resultados Transitados	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados Transitados
Quantia em 01-01-2014	729 765	1 468 167	1 080 930
<i>Resultados Transitados</i>			1 763 727
<i>Aplicação de 5% do resultado do exercício</i>	92 828		
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3 529
Quantia em 31-12-2014	822 592	1 468 167	2 848 186
<i>Resultados Transitados</i>			221 925
<i>Aplicação de 5% do resultado do exercício</i>	11 680		
<i>Excedentes de revalorização realizadas</i>			3 577
Quantia em 31-12-2015	834 273	1 468 167	3 073 687

Pela legislação comercial em vigor, a reserva legal terá de ser reforçada em cada exercício, pelo mínimo de 5% do resultado líquido do exercício, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da PORTUGAL VENTURES, mas poderá ser utilizada na absorção de prejuízos caso esgotadas as outras reservas ou poderá ser incorporada no capital.

16. EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram os seguintes movimentos:

Excedentes de revalorização	Excedente de revalorização ativos fixos tangíveis		Excedente de revalorização total
	Terrenos	Edifícios	
Quantia em 01-01-2014	28 996	96 040	125 036
<i>Amortizações e imparidades</i>		(4 112)	(4 112)
<i>Outros movimentos</i>		1 808	1 808
Quantia em 01-01-2015	28 996	93 737	122 733
<i>Amortizações e imparidades</i>		(4 112)	(4 112)
<i>Outros movimentos</i>		535	535
Quantia em 31-12-2015	28 996	90 160	119 156

O valor inscrito na rubrica amortizações e imparidades respeita à realização da reserva no exercício pela via das depreciações dos bens revalorizados ao abrigo do Decreto-Lei 31/98, correspondendo o valor inscrito na rubrica outros movimentos à quantia do imposto diferido passivo gasto no exercício relativamente à percentagem (40%) do aumento das depreciações não aceite como gasto fiscal.

Existem restrições na distribuição aos acionistas dos excedentes de revalorização, dado que de acordo com o Código das Sociedades Comerciais os mesmos não podem ter as aplicações permitidas por lei enquanto não realizados.

17. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores c/c		
Gerais	110 479	118 187
Empresas associadas	-	696
Total	110 479	118 883

O valor inscrito na rubrica de fornecedores gerais respeita essencialmente a FSE, os quais são regularizados nos prazos de vencimento contratados.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a decomposição da rubrica de outras contas a pagar, é conforme segue:

Outras Contas a Pagar	31-12-2015	31-12-2014
<u>Passivo não corrente</u>		
Credores Diversos	20 372	501 954
Total	20 372	501 954
<u>Passivo corrente</u>		
Pessoal	1 474	1 878
Fornecedores de investimentos	16 709	26 021
Credores por acréscimos de gastos	309 781	376 807
Credores por subscrição não liberadas	183 375	4 420 036
Credores diversos	75 009	359 238
Total	586 348	5 183 980

A rubrica de credores por acréscimos de gastos inclui o gasto do exercício inerente a gastos com o pessoal – férias, subsídios de férias e respetivos encargos para a Segurança Social, que se vencem em 01 de janeiro de 2016 - e cujo montante totaliza 273.563 euros.

A rubrica de credores por subscrições não liberadas corresponde a capital subscrito e não realizado num Fundo em que a Sociedade participa (Notas 1 e 7).

A redução da rubrica de passivos não correntes deve-se à redução do crédito no montante de 481 mil euros decorrente de um compromisso de aumento de capital que a AICEP (empresa que integrou a fusão em 2012) entendeu não realizar, alegando que a outra parte não cumpriu as obrigações do acordo. Em 2015 ocorreu o encerramento do processo judicial de execução com desfecho favorável à Sociedade e consequente extinção do processo que estava registado no passivo.

Assim, a rubrica de passivos não correntes reflete essencialmente um crédito no montante de 15.053 euros decorrente dos contratos de financiamento e refinanciamento abaixo identificados, sendo que no valor do

balanço se encontra refletida a imputação da soma algébrica de mais e menos-valias potenciais atinentes às operações co-financiadas/refinanciadas, como se explicita:

SINFEPEDIP (IAPMEI) - A Sociedade firmou em 22 de Abril de 1996 com o IAPMEI, um contrato destinado a ser aplicado na proporção de 50% do investimento realizado na aquisição de participações em empresas com projetos apoiados no âmbito do PEDIP II, ou de outras iniciativas que concorram para os objetivos da política industrial. O montante deste financiamento só se veio a concretizar em 50%, 3,741 milhões de euros, valor que foi totalmente aplicado em investimentos em participações de capital de risco.

Os reembolsos são efetuados à medida que a Sociedade procede ao desinvestimento de participações adquiridas com o referido financiamento, sendo as mais ou menos valias concretizadas imputadas na proporção prevista na respetiva regulamentação.

Nos casos em que o valor de alienação dos desinvestimentos ocorre com pagamento diferido, a quota-parte que cabe ao IAPMEI é reembolsada na medida dos respetivos recebimentos.

FSCR PME – IAPMEI – A sociedade firmou dois contratos de refinanciamento reembolsáveis no montante global de 97.647 euros, celebrados em 12 de Março de 2008 ao abrigo do “PROGRAMA FINICIA” com o Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME-IAPMEI (“FSCR PME-IAPMEI”), cuja entidade gestora é a Sociedade “PME Investimentos – Sociedade de Investimento, SA”, sendo que em 2009 se concretizou o desinvestimento de uma operação relativa a um destes contratos.

Em tais contratos a Portugal Ventures agiu por si e em representação de dois dos Fundos de Capital de Risco que gere, dado que as operações objeto do refinanciamento são operações comuns à Sociedade e aos Fundos.

O FSCR PME-IAPMEI intervêm no Programa FINICIA partilhando o risco das operações realizadas ao abrigo deste programa com as Entidades Especializadas de Capital de Risco (“CR”) que adiram ao mesmo programa. A referida intervenção consiste, nomeadamente:

- No refinanciamento das CR, pela via de financiamento às mesmas; e
- Na partilha com as CR do capital por elas investido e da respetiva remuneração, através da repartição proporcional das mais-valias/menos-valias resultantes das operações efetuadas no âmbito do Programa FINICIA.

O reembolso de cada refinanciamento será efetuado aquando da concretização do desinvestimento da operação.

Assim, o valor em 31 de dezembro de 2015 dos citados contratos é como segue:

Outros passivos não correntes	SINFEPEDIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Valor de balanço	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	964 095	1 008 033	15 052	25 800	979 148	1 033 833
Reembolso	-	-	-	-10 748	-	(10 748)
Desinvestimento – quota-parte menos valias	(922 335)	(43 937)	-	-	(922 335)	(43 937)
	41 760	964 095	15 052	15 052	56 812	979 148
Imputação de mais e menos-valias potenciais	(41 759)	(964 095)	-	-	(41 759)	(964 095)
Passivo líquido	1	0	15 052	15 052	15 053	15 052

A variação no exercício da imputação das mais e menos-valias potenciais é como segue:

Variação da partilha de risco potencial	SINFEPEPIP (IAPMEI)		FSCR PME-IAPMEI		Total geral	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(964 095)	(1 008 033)	0	0	(964 095)	(1 008 033)
Utilização	922 335	43 937	-	-	922 335	43 937
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza negativa e/ou reversão dos de natureza positiva	-	-	-	-	-	-
Imputação da dotação de ajustamentos de natureza positiva e/ou reversão dos de natureza negativa	-	-	-	-	-	-
Saldo final	(41 760)	(964 095)	0	0	(41 760)	(964 095)

19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Dadas as características da sua atividade a Sociedade não efetua vendas. As prestações de serviços são assim decompostas:

Rédito das vendas e dos serviços prestados		31-12-2015	31-12-2014
OPERACÕES EM CONTINUAÇÃO			
Prestações de Serviços			
Mercado Interno			
Comissões Gestão dos FCR's	i)	5 409 181	5 406 195
Prestação de serviços - outros	ii)	24 500	193 581
Mercado Externo			
Prestação de serviços - outros		-	10 000
Total		5 433 681	5 609 776

Os serviços prestados têm o seguinte detalhe:

- i) As comissões de gestão sobre os Fundos sob gestão constituem a forma de remuneração da entidade gestora pelo exercício das respetivas funções. Conforme o disposto nos Regulamentos de Gestão dos Fundos geridos pela Portugal Ventures deve ser paga à entidade gestora uma comissão de gestão com referência ao último dia útil, a suportar pelo respetivo Fundo.

Estas comissões são calculadas em base trimestral sendo exceção a relativa ao FCR Portugal Ventures GPI que é calculada em base semestral e a do FCR Portugal Ventures FIAEA, calculada em base anual;

- ii) Esta rubrica refere-se a serviços prestados a sociedades participadas diretamente pela Portugal Ventures ou pelos Fundos sob gestão.

Adicionalmente, os Regulamentos preveem, em alguns casos, a possibilidade de ser atribuída, no final do exercício, uma percentagem sobre o saldo positivo acumulado das mais-valias líquidas realizadas por cada um dos Fundos na alienação dos seus investimentos financeiros.

O detalhe das comissões de gestão por Fundo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

Comissões de gestão por Fundo	2015	2014
FCR Portugal Capital Ventures	-	139 734
FCR Portugal Capital Ventures Valor	-	267 724
FCR Portugal Capital Ventures Inter-Regional	-	27 013
FCR Portugal Capital Ventures Finicia	116 064	115 748
FCR Portugal Capital Ventures Energias	105 615	114 588
FCR Portugal Capital Ventures Valor 2	1 770 543	1 368 548
FCR Portugal Capital Ventures Global 2	533 353	509 112
FCR Portugal Capital Ventures FIAEA	33 093	33 093
FCR Portugal Capital Ventures Industrias Criativas	124 093	129 357
FCR Portugal Capital Ventures Early Stage	147 184	71 691
FCR Portugal Capital Ventures ACTEC II	107 269	60 236
FCR Portugal Capital Ventures Universitas	83 903	61 429
FCR Portugal Capital Ventures Biocant	84 488	45 115
FCR Portugal Capital Ventures GPI	947 725	1 187 125
FCR Portugal Capital Ventures FIEP	130 000	250 000
FCR Portugal Capital Ventures Internacionalização	240 510	135 392
FCR Portugal Capital Ventures Turismo	602 751	746 199
FCR Dinamização Turística	78 072	121 561
Turismo Inovação – FCR	87 058	22 531
FCR Portugal Global Ventures I	217 460	-
	5 409 181	5 406 195

20. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios à exploração, obtidos durante o exercício de 2015, foram como segue:

Subsídios à exploração	31-12-2015	31-12-2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	10 557	19 390
Total	10 557	19 390

Subsídios respeitantes a contratos com 3 estagiários (contratos com início em 2014), ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com duração de 1 ano.

21. GANHOS/PERDAS IMPUTADAS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A rubrica de ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos que não os relacionados com o justo valor são assim decompostos:

Ganhos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	31-12-2015	31-12-2014
Alienações, cedências, abates	3	(93 612)
Total	3	(93 612)

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos apresentam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2015	31-12-2014
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	i)	856 211	918 490
Publicidade e propaganda		128 769	165 125
Vigilância e segurança		1 904	4 087
Honorários	ii)	135 196	78 290
Conservação e reparação		35 995	39 875
Materiais			
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		723	378
Livros e documentação técnica		1 296	1 059
Material de escritório		8 630	7 609
Artigos para oferta		-	1 651
Energia e fluidos			
Eletricidade		20 060	19 181
Combustíveis		33 279	39 118
Água		906	998
Deslocações, estadas e transportes			
Deslocações e estadas	iii)	99 818	148 935
Outros		375	36
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	iv)	134 349	133 717
Comunicação		33 188	40 459
Seguros		8 974	11 633
Contencioso e notariado		1 675	3 087
Despesas de representação		125 299	127 170
Limpeza, higiene e conforto		38 971	38 530
Outros serviços		19 758	20 410
Total		1 685 376	1 799 840

- i) Trabalhos especializados: inclui o gasto suportado com o trabalho realizado pelos Auditores, Revisor Oficial de Contas, consultadoria jurídica, fiscal e informática e outros serviços de consultadoria solicitados ao longo do ano.
- ii) Honorários: os principais valores referem-se aos honorários dos representantes em Conselhos de Administração de sociedades participadas.
- iii) Deslocações, estadas e transportes: inclui os gastos com as deslocações dos colaboradores ao serviço da empresa, em Portugal e no estrangeiro, com principal enfoque nos EUA e Alemanha.
- iv) Rendas e Alugueres: refere-se essencialmente às rendas dos escritórios de Lisboa e respetivos estacionamento.

23. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante o exercício de 2015, foram como segue:

Gastos com o pessoal	31-12-2015	31-12-2014
Remunerações dos órgãos sociais	230 730	230 726
Remunerações do pessoal	1 460 517	1 431 603
Encargos sobre remunerações	377 651	371 424
Seguros - Acidentes de trabalho	8 197	8 118
Gastos de ação social	2 386	1 457
Outros	93 483	77 251
Total	2 172 965	2 120 579

Os gastos com o pessoal refletem a redução remuneratória das remunerações dos membros dos órgãos sociais e restantes colaboradores, em conformidade com o disposto no artigo 2º e no artigo 4º da Lei 75/2014, bem como a manutenção da redução de 5% das remunerações base dos Administradores pela aplicação do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.

O número de colaboradores à data de 31 de dezembro de 2015 da Portugal Ventures era 38, sendo 3 administradores e 35 colaboradores.

No exercício de 2015, terminaram os contratos com 3 estagiários ao abrigo do programa de Estágios Profissionais do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, com duração de 1 ano, que tiveram início em 2014, e celebrou-se um contrato de estágio também com duração de 1 ano.

24. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica registou os seguintes movimentos:

Imparidade de dívidas a receber (gastos/reversões)	31-12-2015		31-12-2014	
	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber	Perdas por imparidade em contas a receber	Reversão de perdas por imparidade em contas a receber
Clientes	(41 811)	69 264	(78 512)	113 182
Outras contas a receber				
De Outros Devedores - Participadas	(603)	0	(40)	51
De Outros Devedores	(49 491)	140 186	(164 179)	30 470
Total	(91 905)	209 451	(242 731)	143 702

25. PROVISÕES

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como em 2014, esta rubrica não teve movimento.

26. IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS NÃO DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS

As perdas por imparidade e reversões de investimentos não depreciáveis / amortizáveis registadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram:

Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	31-12-2015	31-12-2014
Investimentos financeiros (registados ao custo)		
Reversões		
Prestações suplementares	-	22 449
Suprimentos	-	915
Total	-	23 364

27. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Os aumentos e reduções de justo valor são assim decompostos:

Aumentos / reduções de justo valor	31-12-2015	31-12-2014
Ajustamentos Positivos		
Participações Financeiras		
Partes de capital	-	13 128
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	1 965 160	461 405
	1 965 160	474 533
Ajustamentos Negativos		
Participações Financeiras		
Partes de capital	-	63 603
Outros investimentos financeiros (Unidades de Participação)	937 032	1 546 591
	937 032	1 610 194
Total	1 028 129	(1 135 661)

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é decomposta do seguinte modo:

Outros rendimentos e ganhos operacionais		31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares			
Desempenho cargos sociais noutras empresas		-	11 450
Outros rendimentos suplementares	i)	35 218	1 118
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis		2 714	11 787
Alienações		1	12 129
Outros Inv. Financeiros - Unidades de Participação		36	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros			
Alienações		5 850	4
Outros			
Excesso da estimativa para impostos		11 596	14 114
Outros	ii)	945 886	54 190
Total		1 001 301	104 792

- i) Outros Rendimentos suplementares: evidencia os valores faturados relativos a recuperação de gastos.
- ii) Outros: refere-se essencialmente ao ganho com encerramento do processo judicial de execução contra uma então participada com desfecho favorável à Sociedade e consequente extinção do processo que se tinha registado no passivo, no valor global de 931.583 euros.

29. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

Outros gastos e perdas operacionais		31-12-2015	31-12-2014
Impostos		11 714	12 480
Correcções relativas a períodos anteriores		885	830
Quotizações		13 663	11 190
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis		5 766	20 144
Outros			
IVA - Regularizações		6 354	16 785
Multas e Penalidades	i)	120	20 703
Outros		9 747	12 871
Total		48 250	95 001

- i) Multas e penalidades: em 2014 o valor inclui 20.428 euros relativos à execução de uma garantia bancária emitida a favor da Administração Fiscal referente a um processo fiscal com um antigo representante da Portugal Ventures, nomeado para a representar no Conselho de Administração de uma empresa participada (Nota 7.3).

30. GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

O detalhe desta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é como se segue:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2015	31-12-2014
Ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	62 735	52 104
Equipamento administrativo	30 659	40 880
Outros ativos fixos tangíveis	1 542	1 459
	94 936	94 443
Ativos intangíveis		
Com vida útil finita	140 467	95 842
	140 467	95 842
Total	235 402	190 286

Handwritten signature in blue ink.

31. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O detalhe dos juros e rendimentos similares obtidos do exercício findo a 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

Juros e rendimentos similares obtidos	31-12-2015	31-12-2014
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	171 552	705 749
Financiamentos concedidos a associadas	-	11 135
Outros financiamentos concedidos	23 097	116 024
Total	194 649	832 908

32. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERIODO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Impostos sobre o rendimento (DR)	31-12-2015	31-12-2014
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	833 787	679 328
Impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias	(259 338)	140 936
Gasto com impostos sobre o rendimento	574 449	820 265

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança social), à revisão e eventual correção por parte das autoridades fiscais.

Assim, as declarações fiscais da Sociedade dos exercícios de 2012 a 2015, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a inspeções das Autoridades Fiscais. No entanto, é convicção da Administração que não ocorrerão liquidações adicionais que tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, são reportáveis durante um período de 12 anos (6 anos para os incorridos até 2009, 4 anos para os de 2010 e 2011 e 5 anos para os incorridos em 2012 e 2013) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período, mas a sua utilização encontra-se limitada a 70% desde 1 de janeiro de 2014 (75% para os anos de 2012 e 2013) do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

O direito ao reporte dos prejuízos fiscais pode caducar caso se verifique, à data do termo do período de tributação em que é efetuada a dedução, que, em relação àquele a que respeitam os prejuízos, se verificou a alteração da titularidade de mais de 50 % do capital social ou da maioria dos direitos de voto, podendo requerer-se o direito a esse reporte.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014
Resultado antes de imposto	3 643 477	1 053 870
	3 643 477	1 053 870
Valores a acrescentar à matéria coletável	3 754 511	2 145 376
Valores a deduzir à matéria coletável	(4 116 649)	(744 948)
Matéria colectável	3 281 339	2 454 298
Taxa nominal de imposto	21,0%	23,0%
Coleta	689 081	564 489
Dedução à coleta	-	-
Derrama	49 220	36 814
Derrama Estadual	53 440	28 017
Tributação autónoma	42 046	50 009
Imposto corrente	833 787	679 328
Imposto s/ rendimento diferido	(259 338)	140 936
Imposto s/ rendimento	574 449	820 265
Taxa efectiva de imposto	15,8%	77,8%

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi como o segue:

Activos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dividas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2014	-	234 630	4 797	239 427
Imposto s/rendimento	-	(165 277)	(4 797)	(170 074)
Saldo em 01-01-2015	-	69 353	-	69 353
Imposto s/rendimento	-	(46 807)	-	(46 807)
Saldo em 31-12-2015	-	22 546	-	22 546
Passivos por impostos diferidos	Activos tangíveis	Dividas de cobrança duvidosa	Investimentos financeiros	Total
Saldo em 01-01-2014	15 602	-	349 800	365 402
Imposto s/rendimento	(1 808)	-	(28 555)	(30 364)
Saldo em 01-01-2015	13 793	-	321 245	335 038
Imposto s/rendimento	(535)	-	(305 610)	(306 145)
Saldo em 31-12-2015	13 258	-	15 635	28 893
Impostos diferidos líquidos a 2015	(13 258)	22 546	(15 635)	(6 347)

33. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

33.1. Remunerações do Conselho de Administração

As remunerações do pessoal chave da gestão da Portugal Ventures em 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes:

Remuneração	31-12-2015	31-12-2014
Remuneração total	230 730	230 726
	230 730	230 726

Estas remunerações correspondem ao valor dos respetivos gastos reconhecidos no exercício dos membros do Conselho de Administração.

33.2 Transações realizadas e saldos resultantes de transações

Foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas durante o ano de 2015 e de 2014:

Partes relacionadas - transações	31-12-2015		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	-	-	-
Serviços prestados	-	5 409 181	-
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	759	10 557	-
	759	5 419 739	-

Partes relacionadas - transações	31-12-2014		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Serviços obtidos	-	-	(1 770)
Serviços prestados	-	5 406 195	3 552
Juros obtidos	-	-	37 597
Operação Reenfoque - Aquisições	-	(949 203)	-
Operação Reenfoque - Alienações	-	3 535 038	-
Liquidação de passivos em nome da entidade ou pela entidade em nome de outra parte	985	3 198	-
	985	7 995 228	39 378

Os serviços prestados aos Fundos geridos pela Sociedade correspondem aos valores das comissões de gestão dos 17 Fundos (Nota 19).

No final do exercício de 2015, os saldos com partes relacionadas decompõem-se da seguinte forma:

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2015		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	-	2 534 899	-
Ajustam. dívidas	-	-	-
Contas a receber líquidas	-	2 534 899	-
Contas a pagar correntes	(394)	(35)	-
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(394)	(35)	-

Partes relacionadas - saldos pendentes	31-12-2014		
	Acionistas	FCR geridos pela empresa	Outras partes relacionadas
Contas a receber correntes	-	280 877	63 789
Ajustam. dívidas	-	-	63 789
Contas a receber líquidas	-	280 877	-
Contas a pagar correntes	(394)	(4 140 563)	(696)
Contas a pagar não correntes	-	-	-
Total contas a pagar	(394)	(4 140 563)	(696)

O valor inscrito na rubrica de contas a receber correntes relativo aos Fundos respeita essencialmente aos valores em dívida das comissões de gestão (Nota 9).

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

No exercício de 2015, não foram registados gastos com ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com saldos pendentes relativos a entidade relacionadas.

A Sociedade não prestou garantias a terceiros por responsabilidades assumidas por partes relacionadas.

Não existem garantias prestadas por partes relacionadas a terceiros por responsabilidades assumidas pela Sociedade.

34. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Portugal Ventures confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social, mais informa, não ser devedor de qualquer dívida vencida perante o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas é de 12.558 euros (bruta de 13.650 e redução prevista na Lei 75/2014 de 1.092). Estes valores são sujeitos a IVA à taxa normal.

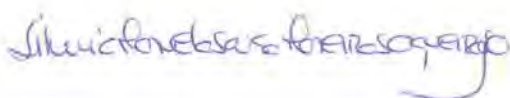
35. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram emitidas em 17 de março de 2016.

Não ocorreram quaisquer factos posteriores a 31 de dezembro de 2015 que afetem a interpretação e a apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2015.

Porto, 17 de março de 2016

O Contabilista Certificado



Dr.ª Silvia Manuela Sousa M. S. da Silva

O Conselho de Administração



Presidente

Dr. Marco Paulo Monsanto Biscaia Fernandes



Vice - Presidente

Eng.º Luis Miguel de Sousa Lopes Vieira



Vogal

Eng.ª Teresa Paula Marreneca Gameiro Fernandes



PARTE IV - Relatórios, Certificações e Pareceres

Certificação Legal de Contas

Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

Relatório dos Auditores Externos

Parecer do Conselho Geral e de Supervisão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da "Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, que evidencia um total de 50.235.368 euros e um total de capital próprio de 48.976.960, incluindo um resultado líquido de 3.069.027 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 20161396*

Contribuinte nº 502 138 394

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.


OPINIÃO

7. Em nossa opinião as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da " **Portugal Capital Ventures – Sociedade Capital de Risco, S. A.**" em 31 de dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 8 de abril de 2016


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
DA
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.

Senhores Acionistas,

1 - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 - RELATÓRIO

- 2.1 Ao longo do exercício, com a regularidade e a profundidade que se nos afiguraram adequadas, procedemos às verificações e controlos que por lei nos são cometidos, designadamente, examinando registos contabilísticos e testando, por escolha aleatória, a conformidade dos lançamentos com os documentos que lhes serviram de suporte.
- 2.2 Participámos em reuniões com os responsáveis pelos serviços, durante as quais nos foi dado conhecimento da atividade da empresa, o que nos permitiu o acompanhamento da sua gestão e nos prestaram todos os esclarecimentos e informações que solicitámos.
- 2.3 Periodicamente fomos dando conhecimento das verificações realizadas. Nesta data, emitimos o Relatório Anual sobre os trabalhos realizados, onde são descritos os trabalhos executados e as recomendações sugeridas.
- 2.4 O Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para além de satisfazer os requisitos legais, faz uma exposição clara e elucidativa quanto à situação da Sociedade, alude aos factos mais relevantes ocorridos, sintetiza a evolução previsível e apresenta uma proposta de aplicação dos resultados.
- 2.5 O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o seu Anexo, estão apresentados em conformidade com os correspondentes preceitos legais, refletem a posição dos registos contabilísticos e apresentam a situação financeira da Sociedade.



- 2.6 Tomámos conhecimento do Relatório do Governo Societário e confirmámos que a informação corresponde ao disposto no artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e emitimos o respetivo relatório e parecer.
- 2.7 Foi submetido à nossa apreciação o relatório de auditoria, datado de 7 de abril de 2016, apresentado pelo Auditor Externo, de cujo conteúdo tomamos conhecimento e que mereceu a nossa concordância.
- 2.8 Agradecemos ao Conselho de Administração a disponibilidade e o apoio que nos concedeu, o que contribuiu para o regular desempenho das nossas funções. Manifestamos, também, o nosso reconhecimento pelas palavras com que nos distinguiu no seu relatório.
- 2.9 Expressamos, igualmente, os nossos agradecimentos aos colaboradores da Empresa, com quem tivemos de contactar, salientando a valiosa ajuda que nos prestaram, o que facilitou o desempenho do nosso cargo.

3 – PARECER

Em conclusão e como corolário dos exames efetuados, somos de PARECER:

- 3.1 que podem ser aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e os seus Anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
- 3.2 que pode ser aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração;
- 3.3 que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 8 de abril de 2016



António Magalhães & Carlos Santos- SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. nº 179

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA (adiante também designada por Portugal Ventures), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 50 235 368 euros e um total de capital próprio de 48 976 960 euros, incluindo um resultado líquido de 3 069 027 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Ventures: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito do exame

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do



princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 7 de abril de 2016

Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.
(inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob o n.º 1122)

PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

1. O parecer do Conselho Geral e de Supervisão Incide sobre a Informação financeira, que inclui as demonstrações financeiras em base Individual, o respetivo relatório de gestão preparado pelo Conselho de Administração Executivo da Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A., relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

2. O Conselho Geral e de Supervisão reuniu em 13 de março e em 26 de junho de 2015 e em 22 de janeiro de 2016 com o Conselho de Administração Executivo, tendo tomado conhecimento oportuno das deliberações deste órgão.

3. O Conselho de Administração Executivo prestou ao Conselho Geral e de Supervisão todas as informações e esclarecimentos relevantes sobre o desempenho das suas funções, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e preceitos legais aplicáveis.

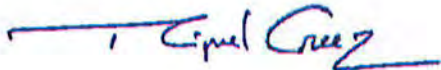
4. No âmbito das suas competências, o Conselho Geral e de Supervisão recebeu a recomendação de adoção de parecer favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício de 2015 preparado pelo Fiscal Único, tendo igualmente apreciado o Relatório dos Auditores, elaborado pela BDO & Associados, SROC, Lda sobre as demonstrações financeiras, em base Individual e com cujo teor concorda

5. O Conselho Geral e de Supervisão apreciou e adotou o respetivo parecer e emite opinião favorável sobre o relatório de gestão e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 preparado pelo Conselho de Administração Executivo, recomendando a respetiva aprovação pela Assembleia Geral Anual de Acionistas

O Conselho Geral e de Supervisão

20 de abril de 2016

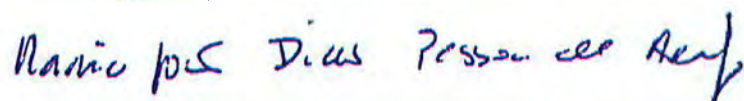
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., representado por
Dr. Miguel Cruz



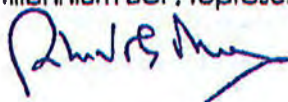
Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.,
representada por Dr. Artur Alves Pereira



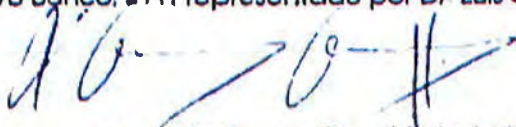
Direção Geral do Tesouro e Finanças, representada por Dra. Maria João Dias
Pessoa de Araújo



Millennium BCP, representado por Dr. Pedro Villas Boas



Novo Banco, S.A., representado por Dr. Luís Guimarães de Carvalho



BPI, S.A., representado por Dra. Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade
Correia de Lacerda



Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A., representada por Dr. Ricardo
Luz



ANEXO I

Grelha do Relatório de Governo Societário 2015

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
I	Síntese	X		X		Capítulo I do RGS	
II Missão, Objetivos e Políticas							
1	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	X		X		Capítulo II., nº 1 do Relatório de Governo Societário (RGS)	
2	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		Capítulo II., nº 2 do RGS	
3	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	X		X		Capítulo II., nº 3 do RGS	
4	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	X		X		Capítulo II., nº 4 do RGS	
III Estrutura de Capital							
1	Estrutura de capital	X		X		Capítulo III., nº 1 do RGS	
2	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X				Capítulo III., nº 2 do RGS	Não aplicável.
3	Acordos parassociais	X				Capítulo III., nº 3 do RGS	Não aplicável.
IV Participações Sociais e Obrigações detidas							
1	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X			X	Capítulo IV., nº 1 do RGS	Remetido aos órgãos competentes nos termos da Lei.
2	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		Capítulo IV., nº 2 do RGS	
3	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X				Capítulo IV., nº 3 do RGS	Não aplicável.
4	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X				Capítulo IV., nº 4 do RGS	Não aplicável.
V Órgãos Sociais e Comissões							
A. Mesa da Assembleia Geral							
1	Composição da mesa AG, mandato e remuneração	X		X		Capítulo V.- A. nº 1. do RGS	
2	Identificação das deliberações acionistas	X		X		Capítulo V.- A. nº 2 do RGS	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
B. Administração e Supervisão							
1	Modelo de governo adotado	X		X		Capítulo V.- B. nº 1 do RGS	
2	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		Capítulo V.- B. nº 2 do RGS	
3	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos	X		X		Capítulo V.- B. nº 3 do RGS	
4	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS	X		X		Capítulo V.- B. nº 3 do RGS	
5	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		Capítulo V.- B. nº 4 do RGS	
6	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	X		X		Capítulo V.- B. nº 6 do RGS	
7	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas	X		X		Capítulo V.- B. nº 7 do RGS	
8	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X		Capítulo V.- B. nº 8 do RGS	
9	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X		Capítulo V.- B. nº 9 do RGS	
C. Fiscalização							
1	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	X				Capítulo V. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC.
2	Identificação dos membros da Fiscalização	X				Capítulo V. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC.
3	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X				Capítulo V. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC.
4	Funcionamento da fiscalização	X				Capítulo V. - C. do RGS	Não aplicável. Ver Ponto ROC.
D. Revisor Oficial de Contas							
1	Identificação do ROC, SROC	X		X		Capítulo V. - D. nº 1 do RGS	
2	Indicação das limitações legais	X		X		Capítulo V. - D. nº 2 do RGS	
3	Remunerações auferidas pelo ROC	X		X		Capítulo V. - D. nº 3 do RGS	
4	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade	X				Capítulo V. - D. nº 4 do RGS	Não aplicável.

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
E. Auditor Externo							
1	Identificação	X		X		Capítulo V. - E. nº 1 do RGS	
2	Política e periodicidade da rotação	X		X		Capítulo V. - E. nº 2 do RGS	
3	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria realizados	X		X		Capítulo V. - E. nº 3 do RGS	
4	Indicação do montante da remuneração anual paga	X		X		Capítulo V. - E. nº 4 do RGS	
VI Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X	Capítulo VI. - A. nº 1 do RGS	
2	Comunicação de irregularidades	X			X	Capítulo VI. - A. nº 2 do RGS	
3	Indicação das políticas antifraude	X				Capítulo VI. - A. nº 3 do RGS	Anexo III Contém Regulamento Interno e Código de Conduta
B. Controlo interno e gestão de riscos							
1	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
2	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
3	Principais medidas adotadas na política de risco	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
4	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
5	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
6	Identificação principais tipos de riscos	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
7	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
8	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	X				Capítulo VI. - B. do RGS	
C. Regulamentos e Códigos							
1	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X		Capítulo VI. - C. nº 1 do RGS	
2	Código de Ética/Conduta	X		X		Capítulo VI. - C. nº 2 do RGS	
D. Deveres especiais de informação							
1	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		Capítulo VI. - C. nº 1 do RGS	
2	Plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		Capítulo VI. - C. nº 2 do RGS	
E. Sítio de Internet							
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	X		X		Capítulo VI. - D do RGS	www.portugalventures.pt ; www.digt.pt

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral							
1	Contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X				Capítulo VI. - C. nº 1 do RGS	
2	Propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentado ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	X				Capítulo VI. - C. nº 2 do RGS	
VII Remunerações							
A. Competência para a Determinação							
1	Indicação do órgão competente para fixar remuneração	X		X		Capítulo VII. - A do RGS	
2	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	X		X		Capítulo VII. - A do RGS	
3	Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		X		Capítulo VII. - A do RGS	
B. Comissão de Fixação de Remunerações							
1	Composição	X				Capítulo VII. - B do RGS	Não aplicável.
C. Estrutura das Remunerações							
1	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X				Capítulo VII. - C do RGS	
2	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada					Capítulo VII. - C do RGS	Não aplicável.
3	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X				Capítulo VII. - C do RGS	Não aplicável.
4	Diferimento do pagamento da componente variável	X				Capítulo VII. - C do RGS	Não aplicável.
5	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	X				Capítulo VII. - C do RGS	Não aplicável.
6	Regimes complementares de pensões	X				Capítulo VII. - C do RGS	Não aplicável
D. Divulgação das Remunerações							
1	Indicação do montante anual da remuneração auferida	X		X		Capítulo VII. - D do RGS	Divulgado no R&C da Sociedade.
2	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	X		X		Capítulo VII. - D do RGS	
3	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	X				Capítulo VII. - D do RGS	Não aplicável.
4	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X				Capítulo VII. - D do RGS	Não aplicável.
5	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade - ROC	X		X		Capítulo VII. - D do RGS	
6	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X				Capítulo VII. - D do RGS	Não aplicável.



Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
VIII Transações com partes Relacionadas e Outras							
1	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	X		X		Capítulo VIII. do RGS	
2	Informação sobre outras transações	X		X		Capítulo VIII. do RGS	
IX Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental							
1	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		Capítulo IX. do RGS	
2	Políticas prosseguidas	X		X		Capítulo IX. do RGS	
3	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável b) Responsabilidade ambiental c) Planos de igualdade d) Princípio da igualdade do género e) Política de recursos humanos f) Responsabilidade económica	X		X		Capítulo IX. do RGS	
X Avaliação do Governo Societário							
1	Cumprimento das Recomendações	X				Capítulo X. do RGS	
2	Outras informações					Capítulo X. do RGS	Não aplicável

